



SUPERNOVA[®]

Conselho Nacional de Justiça - CNJ Na Mídia

Correio Braziliense | Nacional

Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

BRASÍLIA-DF

Política - 17/08/2021

12

Folha de S. Paulo | Nacional

Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

Justiça rejeita queixa-crime de Aras contra Conrado Hübner Mendes

Poder - 17/08/2021

14

Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux, CNJ - Rosa Weber /

Supremo rejeita queixa-crime de ex-mulher contra Lira por injúria e difamação

Poder - 17/08/2021

16

O Globo | Nacional

Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

MERVAL PEREIRA - O imoderado Bolsonaro

Opinião - 17/08/2021

18

Valor Econômico | Nacional

Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

Ministros agem para amenizar crise entre Bolsonaro e Supremo

Política - 17/08/2021

20

Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

Governadores fazem nota em solidariedade ao STF

Política - 17/08/2021

22

Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

Julgamento da autonomia do BC tende a ser retomado no dia 25

Política - 17/08/2021

24

Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux, CNJ - Rosa Weber /

Supremo decide arquivar ação movida por ex-mulher contra Lira

Política - 17/08/2021

25

Bem Paraná | Paraná

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Violência contra a mulher: mutirão vai agilizar processos

Bem Rapidinho - 17/08/2021

26

Jornal do Comércio | Rio Grande do Sul

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Banco do CNJ reúne dados sobre violência a mulheres

Geral - 17/08/2021

27

A Crítica de Manaus Online | Amazonas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Violência contra mulher: mutirão vai agilizar julgamentos em todo país

Cotidiano - 16/08/2021

29

A Tarde Online | Bahia

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Violência contra mulher: mutirão vai agilizar julgamentos em todo país 30
Noticias - 16/08/2021

Agência Brasil | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Violência contra mulher: mutirão vai agilizar julgamentos em todo país 31
Noticias - 16/08/2021

Correio Braziliense Online | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Violência contra mulher: mutirão vai agilizar julgamentos em todo país 32
Noticias - 16/08/2021

Folha de Pernambuco | Pernambuco

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Conciliação /

TJPE abre inscrição para Semana Nacional de Conciliação nesta segunda (16) 33
Noticias - 16/08/2021

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Violência contra mulher: mutirão vai agilizar julgamentos em todo país 35
Noticias - 16/08/2021

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Nos 199 anos do TJPE, João Campos defende instituições fortes para defesa da democracia 36
Noticias - 16/08/2021

G1.Globo | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Tribunal de Justiça reconhece multiparentalidade em SP e autoriza registro de criança com dois pais, o biológico e o afetivo 38
São Paulo - 16/08/2021

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Conciliação, Judiciário - Covid-19 /

16ª Semana Nacional da Conciliação no AM é marcada para novembro 40
Amazonas - 16/08/2021

Isto é Dinheiro Online | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Violência contra mulher: mutirão vai agilizar julgamentos em todo país 41
Giro - 16/08/2021

ISTOÉ | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Violência contra mulher: mutirão vai agilizar julgamentos em todo país 42
Noticias - 16/08/2021

Jornal do Brasil | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Violência contra mulher: mutirão vai agilizar julgamentos em todo país 43
Notícias - 16/08/2021

Metrópoles | Distrito Federal

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Governadores de 13 estados e do DF assinam nota em apoio ao Supremo 44
Notícias - 16/08/2021

O Liberal - Belém (PA) | Pará

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - PJE /

Violência contra mulher: mutirão no judiciário vai agilizar julgamentos de processos 46
Notícias - 16/08/2021

Poder 360 | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Justiça Presente, Judiciário - PNUD, Judiciário - Presos, Judiciário - Sistema Prisional /

Após polêmica, Bolsonaro nomeia peritos para Mecanismo de Combate à Tortura 48
Notícias - 16/08/2021

R7 Notícias | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Violência contra mulher: mutirão agilizará julgamentos em todo país 50
São Paulo - 16/08/2021

UOL | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Violência contra mulher: mutirão vai agilizar julgamentos em todo país 52
Notícias - 16/08/2021

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Posts retomam foto manipulada para associar Alexandre de Moraes ao PCC 53
UOL Confere - 16/08/2021

Alagoas 24Horas | Paraná

CNJ - Maria Thereza de Assis Moura /

PGR diz a CNJ haver três delações premiadas envolvendo Marcelo Bretas 55
Notícias - 16/08/2021

Consultor Jurídico | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Presidente do CNJ, Judiciário - Covid-19 /

O pós-Covid-19 e as videoconferências no Judiciário: modelo híbrido veio para ficar 56
opinião - 16/08/2021

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Tânia Regina Silva Reckziegel /

Tribunais terão de instituir plano complementar de comunicação interna 58
Notícias - 16/08/2021

Correio Popular | São Paulo

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

| | |
|--|----|
| Violência contra mulher: mutirão vai agilizar julgamentos em todo país Notícias - 16/08/2021 | 59 |
| D24am Amazonas CNJ - Conselho Nacional de Justiça / Luiz Fux anuncia proposta de criação para vaga de representante notarial e de registro no CNJ Notícias - 16/08/2021 | 60 |
| Diário da Manhã - Passo Fundo Rio Grande do Sul CNJ - Conselho Nacional de Justiça / Violência contra mulher: mutirão vai agilizar julgamentos em todo país Notícias - 16/08/2021 | 62 |
| Diário Indústria & Comércio Paraná CNJ - Tânia Regina Silva Reckziegel / CNJ - Tribunais terão de instituir plano complementar de comunicação interna Notícias - 16/08/2021 | 63 |
| Jornal do Comércio - RS Rio Grande do Sul CNJ - Conselho Nacional de Justiça / Mutirão quer agilizar julgamentos relacionados à violência doméstica no Brasil Notícias - 16/08/2021 | 64 |
| Jornal do Dia - SE Sergipe CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Conciliação / Governadores divulgam nota em defesa de ministros do STF Notícias - 17/08/2021 | 65 |
| Tribuna Hoje - AL Alagoas CNJ - Conselho Nacional de Justiça / Tribunal de Justiça reconhece multiparentalidade e autoriza registro com dois pais Brasil - 16/08/2021 | 69 |
| Globo (Recife) Pernambuco CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Conciliação / Semana Nacional de Conciliação NETV 1ª Edição - 16/08/2021 | 71 |
| Globo News Nacional CNJ - Conselho Nacional de Justiça / Cerca de 100 mil crianças registradas sem pai no 1º semestre Em Pauta - 17/08/2021 | 73 |
| TV Câmara Nacional CNJ - CNJ, Judiciário - Judiciário, Judiciário - Presos / Violência contra a mulher: O que falta ser feito? 6h às 0h - 16/08/2021 | 74 |
| TV Justiça Rio de Janeiro | |

| | |
|--|-----|
| CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - CNJ, Judiciário - Judiciário / Entrevista com Karla Motta, Coordenadora de Estratégia do TRT-RN 6h às 0h - 16/08/2021 | 85 |
| CNJ - Conselho Nacional de Justiça / CNJ amplia transformação digital dos serviços do Judiciário Jornal da Justiça 2ª Edição - 16/08/2021 | 88 |
| CNJ - Conselho Nacional de Justiça / STJ promove a 6ª Caravana Virtual do Centro de Inteligência do Poder Judiciário Jornal da Justiça 2ª Edição - 16/08/2021 | 89 |
| CNJ - CNJ, Judiciário - Judiciário / Justiça pela Paz em Casa é promovida por juízes Jornal da Justiça 2ª Edição - 16/08/2021 | 90 |
| CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Judiciário / Conselho Nacional de Justiça promove pesquisa de satisfação sobre páginas de jurisprudência 6h às 0h - 16/08/2021 | 92 |
| CBN (Recife - PE) Pernambuco CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Conciliação / Lei vem ajudando os superendividados a pagar suas dívidas e voltar ao mercado de consumo CBN Total - 16/08/2021 | 93 |
| Correio Braziliense Nacional Judiciário - STF / Brasil assusta investidores Economia - 17/08/2021 | 95 |
| Judiciário - STF / Cobrado pelo STF, Aras abre apuração Política - 17/08/2021 | 97 |
| Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF / Manifesto de governadores Política - 17/08/2021 | 100 |
| Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF / 'O Brasil não aceita mais' Política - 17/08/2021 | 102 |
| Judiciário - Judiciário / CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA - EIXO CAPITAL Cidades - 17/08/2021 | 105 |
| Folha de S. Paulo Nacional Judiciário - Judiciário / Ministro teme impacto de cenário político e Covid nas concessões Mercado - 17/08/2021 | 108 |

| | |
|---|-----|
| Judiciário - STF / PAINEL Poder - 17/08/2021 | 110 |
| Judiciário - STF / O máximo do direito, o máximo da injustiça Tendência e Debates - 17/08/2021 | 112 |
| Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF / Ministros tentam convencer Bolsonaro a amenizar com STF e evitar atrito no Senado Poder - 17/08/2021 | 114 |
| Judiciário - STF / PGR ABRE INVESTIGAÇÃO CONTRA BOLSONARO POR ATAQUE ASURNAS Poder - 17/08/2021 | 117 |
| Judiciário - Judiciário / É o Judiciário, estúpido Opinião - 17/08/2021 | 118 |
| Judiciário - STF / FOLHA EXPLICA - Entenda como funciona o impeachment de ministros do STF Poder - 17/08/2021 | 119 |
| Judiciário - STF / Especialistas criticam argumento para prisão de Jefferson, apesar de crimes Poder - 17/08/2021 | 122 |
| Judiciário - Judiciário / Relator da reforma do IR não cede a pressões e diz que vai manter texto Mercado - 17/08/2021 | 125 |
| Judiciário - STF / TSE proíbe redes sociais de repassar dinheiro a investigados por fake news Poder - 17/08/2021 | 128 |
| Judiciário - STF / MÔNICA BERGAMO Ilustrada - 17/08/2021 | 130 |
| O Estado de S. Paulo Nacional Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF / Em busca de conflito Notas e Informações - 17/08/2021 | 132 |
| Judiciário - STF / COLUNA DO ESTADÃO - Paulistanos rechaçam a onda negacionista Política - 17/08/2021 | 134 |
| Judiciário - STF / Senado 'segura' indicação de Mendonça ao Supremo Política - 17/08/2021 | 136 |

| | |
|---|-----|
| Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF / Mourão diz ser 'difícil impeachment no STF' Política - 17/08/2021 | 138 |
| O Globo Nacional Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF / RUMO À GAVETA Política - 17/08/2021 | 139 |
| Judiciário - STF / TSE bloqueia pagamentos a canais que divulgam fake news Política - 17/08/2021 | 142 |
| Valor Econômico Nacional Judiciário - STF / Para Mourão, impeachment de ministros não passa no Senado Política - 17/08/2021 | 144 |
| Judiciário - Judiciário / A nova recuperação judicial do produtor rural Legislação & Tributos - 17/08/2021 | 145 |
| A Crítica de Campo Grande Mato Grosso do Sul Judiciário - Audiência de Custódia / Após União, Estados criam emendas sem transparência Notícias - 16/08/2021 | 147 |
| Jornal Do Commercio (PE) Pernambuco Judiciário - Conciliação / Solução de conflitos: TJPE abre inscrições para Semana Nacional de Conciliação Notícias - 16/08/2021 | 150 |
| Amazonas Notícias Amazonas Judiciário - Fazendo Justiça, Judiciário - Presos / 2.ª Vara de Execução Penal dá início ao calendário de audiências nas unidades prisionais da capital Amazonas Notícias Notícias - 16/08/2021 | 152 |
| Judiciário - Conciliação, Judiciário - Covid-19 / Amazonas: Corregedoria de Justiça anuncia nova edição da Semana Nacional da Conciliação Amazonas Notícias Notícias - 17/08/2021 | 154 |
| Diario de Pernambuco - Online Pernambuco Judiciário - Conciliação / TJPE abre inscrições para 16ª Semana Nacional de Conciliação Vida Urbana - 16/08/2021 | 156 |
| Portal do Holanda Amazonas Judiciário - Conciliação, Judiciário - Covid-19 / | |

| | |
|--|-----|
| Semana de Conciliação no Amazonas acontecerá em novembro, diz CGJ Notícias - 16/08/2021 | 157 |
| TV Band News Nacional Judiciário - Audiência de Custódia / Queixa crime contra Min. Alexandre de Moraes Madrugada BandNews - 16/08/2021 | 159 |
| TV Câmara Nacional Judiciário - Judiciário / Comissão de ciência e tecnologia: Regulação do uso da IA 6h às 0h - 16/08/2021 | 161 |
| TV Justiça Rio de Janeiro Judiciário - STF / Defesa de Roberto Jefferson pede conversão da prisão preventiva em prisão domiciliar Jornal da Justiça - 16/08/2021 | 172 |
| Judiciário - STF / Governadores de 13 estados e do DF divulgam nota conjunta em solidariedade ao STF Jornal da Justiça - 16/08/2021 | 173 |
| Judiciário - STF / Gilmar Mendes revoga proibição de Crivella de deixar o país Jornal da Justiça - 16/08/2021 | 174 |
| Judiciário - STF / Ministro Nunes Marques suspende julgamento sobre atendimento a pessoas trans no SUS Jornal da Justiça - 16/08/2021 | 175 |
| Judiciário - STF / PGR deverá se manifestar sobre pedido de investigação contra o presidente Bolsonaro Jornal da Justiça 2ª Edição - 16/08/2021 | 176 |
| Judiciário - STF / É falsa notícia-crime que pede a inclusão do cantor Sérgio Reis em inquérito do STF Jornal da Justiça 2ª Edição - 16/08/2021 | 177 |
| Judiciário - STF / Confira a nota pública divulgada em apoio ao Supremo Tribunal Federal Jornal da Justiça 2ª Edição - 16/08/2021 | 178 |
| Judiciário - STF / STF reconhece repercussão geral em processo sobre definição de trabalho escravo Jornal da Justiça 2ª Edição - 16/08/2021 | 179 |
| RÁDIO JUSTIÇA Distrito Federal Judiciário - STF / STF entende que concurso de promoção e remoção de magistrados do Tribunal de Justiça mineiro deve dar preferência à antiguidade na carreira de juiz Notícias - 16/08/2021 | 180 |

BRASÍLIA-DF



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Denise Rothenburg

Tem método

Os ataques ao **STF** seguem mais ou menos o mesmo padrão que marcou as investidas dos bolsonaristas em 2019 contra o então presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Naquela época, Maia contrariava os interesses do presidente. Agora, com Arthur Lira, quem contraria os interesses presidenciais são os ministros do **STF** e do TSE.

Esquece isso

Quem tem juízo já avisou a Jair Bolsonaro que é melhor colocar um freio nessa disputa com o **STF** e ajustar o foco na agenda econômica. É a saída para evitar que outros nomes ganhem fôlego e força para tentar quebrar a polarização entre o bolsonarismo e o PT.

E a tributária, hein?

Os deputados não estão seguros de que haverá acordo para votar a reforma tributária ainda hoje no plenário da

Câmara.

Quem manda

Os ministros da Casa Civil, Ciro Nogueira; de Comunicações, Fábio Faria; e da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, formam o mais novo polo de poder do governo, em canal direto com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Na relação com o Congresso, nada ocorre sem passar por esse time.

Menos é mais

Os ministros do **Supremo Tribunal Federal (STF)** combinaram dar um basta nas respostas ao presidente Jair Bolsonaro fora dos autos. A ordem é manter um certo recato na Suprema Corte e evitar dar motivos para que Bolsonaro insista na tensão entre os Poderes. Depois de uma saraivada de declarações e discursos, como o do presidente do **STF Luiz Fux**, dizendo que não haveria diálogo entre os Poderes por causa dos reiterados ataques de Bolsonaro a ministros do **STF** a ordem agora é falar apenas nos autos. A avaliação de juristas é a de que processos contra Bolsonaro não faltam para que os ministros exponham seus pontos de vista, seja no **STF** seja no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde há ações contra o presidente. A partir de agora, se Bolsonaro se exceder, outras ações virão.

CURTIDAS

O recado de Ibaneis/ O apoio do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, à carta dos governadores em solidariedade ao **Supremo Tribunal Federal** e seus ministros vem no sentido de avisar ao aliado Jair Bolsonaro que tudo tem limite. Ibaneis é da área jurídica e está fechado com a ideia de que o país precisa de paz para vencer os desafios mais urgentes.

Receber é uma coisa. . . / . . . Levar adiante é outra. Assim, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (foto), tem se referido ao pedido de abertura de processo contra ministros do **Supremo Tribunal Federal**.

Duda Mendonça/ Considerado um gênio da publicidade e do marketing político, Duda fez, ainda, uma exigência a todos os seus filhos, há vários anos, quando dividiu sua fortuna: Que dessem uma mesada para suas mães. E todos cumprem religiosamente as ordens paternas. Ele será cremado na quarta-feira, justamente para que dê tempo de seus filhos chegarem a Salvador.

Simão Sessim/ Ex-deputado federal pelo Rio de Janeiro por 10 mandatos, Simão Sessim foi sepultado ontem. Mais uma vítima da covid-19.

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF, CNJ -
Luiz Fux

Justiça rejeita queixa-crime de Aras contra Conrado Hübner Mendes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Mônica Bergamo e Bianka Vieira

SÃO PAULO - A Justiça Federal da 1ª Região rejeitou a queixa-crime apresentada pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, contra o professor da USP (Universidade de São Paulo) e colunista da Folha Conrado Hübner Mendes. O procurador geral pedia que Mendes fosse condenado pelos crimes de calúnia, injúria e difamação.

Em sua decisão, a juíza federal Pollyanna Kelly Maciel Medeiros Martins Alves afirma que não houve ofensa à honra de Aras e que a liberdade de expressão e a imprensa livre são pilares de uma sociedade democrática, aberta e plural.

'O direito de liberdade de expressão dos pensamentos e ideias consiste em amparo àquele que emite críticas, ainda que inconvenientes e injustas. Em uma democracia, todo indivíduo deve ter assegurado o direito de emitir suas opiniões sem receios ou medos, sobretudo aquelas causadoras de desconforto ao criticado', afirmou Alves em sua decisão.

A magistrada ainda destaca que aqueles que exercem função pública, como é o caso do procurador-geral, estão expostos a publicações que cite seu nome - sejam elas positivas ou negativas. Com isso, a queixa-crime, agora, será arquivada.

A decisão da Justiça Federal é celebrada pelo professor da USP, que a define como 'simples, objetiva e correta'.

'Autoridades não podem nos privar do direito à crítica, que não se confunde com ataque, ameaça e incitação. Não podem nos privar do direito às palavras e adjetivos contundentes, nem do direito ao sarcasmo e à galhofa', afirmou Mendes.

'Eles são autoridades e nós somos cidadãos. Se nem isso nos sobra, acabou a última película da democracia', complementa o professor.

Na petição, o procurador-geral citou publicações de Mendes nas redes sociais e coluna dele publicada na Folha intitulada 'Aras é a antessala de Bolsonaro no Tribunal Penal Internacional'.

'Aras não economiza no engavetamento de investigações criminais: contra Damares por agressão a governadores; contra Heleno por ameaça ao **STF**; contra Zambelli por tráfico de influência; contra Eduardo Bolsonaro por subversão da ordem política ao sugerir golpe', diz o texto assinado pelo colunista.

Nas postagens publicadas nas redes, o professor chamou Aras de 'Poste Geral da República' e 'servo do presidente'. E afirmou que ele é o 'grande fiador' da crise sanitária vivida no Brasil.

No mês passado, o professor também foi alvo de ofensiva do ministro do **STF (Supremo Tribunal Federal)** Kassio Nunes Marques.

O ministro do Supremo acionou a Procuradoria-Geral da República afirmando que Mendes fez afirmações 'falsas e/ou lesivas' à sua honra em artigo publicado na Folha.

O órgão deu andamento ao caso e repassou a representação à Polícia Federal.

O magistrado anexou no ofício à Procuradoria o texto 'O **STF** come o pão que O **STF** amassou', publicado em abril e no qual colunista abordou a decisão do ministro que liberava a realização de cultos, missas e demais celebrações religiosas no país em meio à pandemia de Covid-19.

'O episódio não se resume a juiz mal-intencionado e chicaneiro que, num gesto calculado para consumir efeitos irreversíveis, driblou o plenário e encomendou milhares de mortes', afirmou Conrado Hübner Mendes na ocasião.

As iniciativas de Augusto Aras e do ministro do Supremo contra o professor da USP mobilizaram a comunidade acadêmica. Um manifesto em apoio a Mendes reuniu mais de 280 professores de universidades brasileiras e nomes como Miguel Reale Jr. , José Rogério Cruz e Tucci, Debora Diniz e Gisele Cittadino.

No início do mês, um grupo de intelectuais de universidades da Alemanha enviou uma carta ao presidente **STF, Luiz Fux**, em sua defesa.

O Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), endossado pelo Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo grupo Ciências Sociais Articuladas, também fez uma nota em defesa do professor de direito da USP.

'Se tal prática tem se tornado, infelizmente, lugar comum no Brasil, ela atinge agora novo patamar em um cenário no qual um ministro do **Supremo Tribunal Federal** e o representante máximo do Ministério Público envidam esforços para judicializar críticas a suas decisões, constrangendo, assim, a opinião pública brasileira', disse a nota.

Conrado Hübner Mendes também é citado em

representação feita por Augusto Aras junto ao Conselho da Ética da USP em maio deste ano.

Passados três meses, o colegiado ainda não se manifestou sobre o tema.

Em nota divulgada no dia 29 de julho, o reitor da USP Vahan Agopyan, afirmou que a instituição 'prima pela pluralidade de opiniões científicas e acadêmicas' e que um de seus pilares 'assentase-na liberdade de expressão e na livre manifestação'. A manifestação, no entanto, não faz menção a Mendes.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux

Supremo rejeita queixa-crime de ex-mulher contra Lira por injúria e difamação



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Marcelo Rocha e Matheus Teixeira

BRASÍLIA - O **STF (Supremo Tribunal Federal)** decidiu arquivar uma queixa-crime contra o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), apresentada por sua ex-mulher Jullyene Lins.

Por 6 a 4, a corte afirmou que o processo movido contra o deputado federal por injúria e difamação não deve seguir e que a imunidade parlamentar de Lira o impede de ser investigado nesse caso.

A decisão ocorre em meio ao embate entre o **Supremo Tribunal Federal** e o presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido), que é apoiado por Arthur Lira.

Prevaleceu o voto divergente do ministro Alexandre de Moraes, que tem liderado o enfrentamento à ofensiva do chefe do Executivo contra a corte e é um dos ministros do Supremo mais criticado por Bolsonaro e por seus apoiadores.

Jullyenee Lira foram casados por dez anos e têm dois filhos. Ela acusou o ex-marido de injúria e difamação por uma declaração dada por ele em entrevista à revista Veja.

'Ela é uma vigarista profissional querendo extorquir dinheiro, inventando histórias. Meu patrimônio é o que está declarado no TSE", disse o deputado à revista.

Na petição, ela afirma que 'o medo a segue 24 horas por dia, pois sabe bem o que o querelado [Lira] é capaz de fazer por dinheiro'. Por sua vez, Lira diz que, ao longo do tempo, as denúncias da ex-mulher 'mostraram-se infundadas'.

Os ministros Gilmar Mendes, Kassio Nunes Marques, Edson Fachin, Dias Toffoli e **Luiz Fux** acompanharam o voto de Moraes.

Os ministros Luís Roberto Barroso, **Rosa Weber** e Cármen Lúcia votaram para encaminhar o caso para um dos juizados de violência doméstica de Brasília, enquanto Ricardo Lewandowski defendeu o envio do processo para um dos juizados criminais de Maceió (AL).

No voto vencedor, Moraes afirmou que a declaração de Arthur Lira sobre a ex-mulher 'foi externada por ocasião de uma entrevista jornalística unicamente como intuito de responder, como dito anteriormente, acusações de práticas criminosas lançadas pela querelante e que teriam relação direta com o cargo político por ele ocupado'.

'Eventuais declarações proferidas em defesa institucional do mandato e da idoneidade do parlamentar, compreendidas aquelas em que se afastam acusações de eventuais irregularidades ou atos de corrupção, estão relacionadas à função desempenhada, de modo que a manifestação controvertida se revela pertinente ao exercício do cargo,

em que pese, repita-se, o tom grosseiro das palavras', afirmou o ministro do Supremo.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF, CNJ -
Luiz Fux, CNJ - Rosa Weber

MERVAL PEREIRA - O imoderado Bolsonaro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: MERVAL PEREIRA

Na sua busca cotidiana do confronto, o presidente Bolsonaro replicou nas suas redes sociais uma convocação para uma 'manifestação gigante' no dia 7 de setembro que demonstre que ele tem a força popular para executar 'um bastante provável e necessário contragolpe'. O apoio significa uma perigosa validação do governo a uma ilegalidade.

Fazer manifestação para apoiar um movimento que se anuncia como greve política, para paralisar as estradas do país e pedir a substituição dos ministros do **Supremo Tribunal Federal** não é democrático, é militância radicalizada. Ainda mais que os representantes sindicais dos caminhoneiros já negaram apoio à iniciativa, atribuindo-a a interesses políticos do cantor sertanejo Sérgio Reis e a outros apoiadores bolsonaristas.

Os líderes dizem não haver nenhuma pauta específica para eles nessa manifestação. E mais uma escalada de Bolsonaro para esticar a corda, confrontar os Poderes e avançar sobre as limitações naturais de um Executivo

que depende dos demais Poderes para atuar corretamente dentro da Constituição.

Acredito que, sem o apoio dos verdadeiros líderes caminhoneiros, a tendência seja virar um movimento reduzido a militantes políticos radicais de apoio a Bolsonaro, que se aproveitam dessa categoria importante na economia brasileira para criar um clima de tensão. Uma a esta altura improvável paralisação prejudicaria o abastecimento dos supermercados e levaria pânico à população.

Provavelmente é o que querem, com a antecipação da divulgação nas redes sociais. E um trabalho político que estão fazendo, incentivados pelo presidente da República, o que é inaceitável. O presidente Bolsonaro vale-se de um pretensioso apoio das Forças Armadas para avançar sobre a democracia brasileira, insistindo numa leitura arrevesada da Constituição para definir o papel das Forças Armadas.

Na semana passada, em cerimônia de cumprimentos aos oficiais-gerais promovidos, no Palácio do Planalto, afirmou: 'Nas mãos das Forças Armadas, o poder moderador; nas mãos das Forças Armadas, a certeza de garantia de nossa liberdade, da nossa democracia e o apoio total às decisões do presidente para o bem da sua nação'. Esse papel de 'poder moderador' não existe, embora a redação do artigo 142 da Constituição possa dar margem a mal-entendidos quando diz quais são as funções das Forças Armadas: 'destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos Poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem'.

O presidente do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, ministro **Luiz Fux**, já havia decidido, numa ação impetrada pelo PDT em junho do ano passado, que 'a missão institucional das Forças Armadas (...) não acomoda o exercício do poder moderador entre os Poderes Executivo, Legislativo e **Judiciário**'.

Nessa mesma decisão, Fux diz que o poder das Forças

Armadas e limitado , excluindo qualquer interpretação que permita sua utilização para indevidas intromissões no independente funcionamento dos outros Poderes'.

O ministro do **STF** aposentado Ayres Britto incomodou-se com esse discurso recente de Bolsonaro, não apenas com ele ter se intitulado 'chefe da Nação', cargo que não existe constitucionalmente. A questão do 'poder moderador' deve ser debatida, pois, segundo Ayres Britto, 'se não houver essa discussão, as próprias Forças Armadas vão pensar que estão autorizadas a fazer o que Bolsonaro tem dito'.

Ele esclarece que 'basta ser uma força armada para não ter direito de falar por último. O **Judiciário** fala por último por seu poder ser proveniente da fundamentação técnica de suas decisões, da sua imparcialidade'. Ayres Britto explica que 'não existe, numa República presidencialista, poder moderador, só numa República parlamentarista. O chefe de Estado é moderador, e o primeiro-ministro governa. Num presidencialismo como o nosso, em que chefe de Estado e chefe de Governo coincidem, não existe poder moderador. Não está na Constituição'.

O presidente Bolsonaro vale-se de um pretenso apoio das Forças Armadas para avançar sobre a democracia brasileira

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário,
Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux

Ministros agem para amenizar crise entre Bolsonaro e Supremo

Autor: Fabio Murakawa, Matheus Schuch, Renan Truffi, Marcelo Ribeiro e Vandson Lima

Auxiliares do presidente Jair Bolsonaro tentavam ontem dissuadi-lo da ideia de entregar pessoalmente o pedido de impeachment dos ministros Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso, do **Supremo Tribunal Federal (STF)**. O presidente disse que apresentaria o pedido ao Senado após a prisão na sexta-feira do presidente do PTB, o ex-deputado Roberto Jefferson, aliado de Bolsonaro.

A tendência é que algum senador aliado faça a entrega ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), presidente do Senado, responsável por decidir sobre a abertura de processos de impeachment contra ministros da mais alta corte do país. O presidente deve subscrever o pedido, algo que tampouco ainda estava decidido.

A operação para acalmar Bolsonaro envolveu ministros políticos como Ciro Nogueira (Casa Civil) e Flávia Arruda (Secretaria de Governo). Na visão desses auxiliares, o gesto de Bolsonaro de atravessar a rua para levar a peça ao Senado dificultaria qualquer tentativa de distensão com o **Judiciário**.

Ciro deve se encontrar amanhã com o presidente do **STF, Luiz Fux**, para tratar da crise. A reunião foi agendada há semanas, quando a relação entre Planalto e Supremo já estava estremecida após os reiterados ataques de Bolsonaro. Não foi desmarcada, embora Fux tenha cancelado uma reunião entre os presidentes dos Poderes. Ontem, o ministro da Casa Civil esteve com Pacheco e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Um senador da base disse ao Valor, sob anonimato, que ainda estavam definindo entre aliados do presidente qual seria o parlamentar responsável pela entrega.

Mas ainda havia uma ala no governo a defender que o presidente se mantivesse firme na postura de enfrentamento. A Advocacia-Geral da União (AGU)

estaria preparando a peça para ser entregue amanhã. Essa posição, porém, tende a não prevalecer.

Pacheco, porém, não quer alimentar a crise. O presidente do Senado não vai se antecipar a qualquer movimento relacionado ao pedido de Bolsonaro.

Ontem, Pacheco foi ao Twitter em tom apaziguador, em meio à reação do **Judiciário** às ameaças de Bolsonaro. Pacheco disse que 'o diálogo entre os Poderes é fundamental e não podemos abrir mão dele, jamais'. 'Fechar portas, derrubar pontes, exercer arbitrariamente suas próprias razões são um desserviço ao país.'

Pacheco observou ainda que 'os avanços democráticos conquistados têm a vigorosa vigilância do Congresso, que não permitirá retrocessos'. Para ele, 'é recomendável, nesse

momento de crise, mais do que nunca, a busca de consensos e o respeito às diferenças'. 'Patriotas são aqueles que unem o Brasil, e não os que querem dividi-lo', afirmou.

Horas antes da fala de Pacheco, Bolsonaro disse a uma plateia de ministros e militares, que 'jamais nós seremos os motivadores de qualquer ruptura ou medidas que tragam intranquilidade para o povo brasileiro'.

Ele fez a afirmação em vídeo postado no fim da tarde pelo deputado Helio Lopes (PSL-RJ), filmado durante exercício militar em Goiás no período da manhã.

Bolsonaro levou uma comitiva de ministros e aliados para assistir à Operação Formosa, um exercício militar que a Marinha realiza anualmente naquela cidade goiana. Ao microfone, afirmou que as Forças Armadas 'garantem, dão suporte, aos três Poderes'. E disse que 'qualquer movimento nosso visa única e exclusivamente a defesa da pátria'. Entre os ministros presentes, estava Ciro Nogueira.

'O que me traz paz e por vezes, umas horas de sono

tranquilo é saber que em qualquer lugar do Brasil tem um militar vendo o que está acontecendo. E pronto para trabalhar pela nossa democracia, pela nossa liberdade, pelas garantias dos Poderes', afirmou.

Segundo o presidente, 'o Brasil precisa de paz, tranquilidade, precisa de harmonia, precisa que todos, sem exceção, respeitem a Constituição'. 'Não existe entre nós um compromisso maior do que aquele de servir a sua pátria. De buscar normalidade, a tranquilidade, a ponderação', afirmou. 'Jamais nós seremos os motivadores de qualquer ruptura ou

medidas que tragam intranquilidade para o povo brasileiro. ' Responsável pela eventual abertura de um processo de impeachment contra Bolsonaro, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), afirmou ontem que o país precisa de mais trabalho e menos confusão. 'O Brasil sempre terá no presidente da Câmara dos Deputados

um ferrenho defensor constitucional da harmonia e independência entre os Poderes', escreveu Lira, em sua conta oficial no Twitter. 'Vigilante e soberana, a Câmara avança nas reformas, como a tributária que votaremos nessa semana, na certeza de que o país precisa de mais trabalho e menos confusão', acrescentou.

Nogueira: ao lado de Flávia Arruda, ministro da Casa Civil é um dos que tentam acalmar Bolsonaro em relação ao **STF**

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário,
Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux

Governadores fazem nota em solidariedade ao STF

Autor: Tsadora Peron

Um grupo de 14 governadores divulgou ontem uma nota pública em 'solidariedade' aos ministros do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, 'em face de constantes ameaças e agressões'. Os chefes dos Executivos estaduais não citaram o nome do presidente Jair Bolsonaro, autor da maioria dos ataques contra o Supremo.

'O Estado Democrático de Direito só existe com **Judiciário** independente, livre para decidir de acordo com a Constituição e com as leis', afirmaram.

Os governadores apontaram que, 'no âmbito dos nossos Estados, tudo faremos para ajudar a preservar a dignidade e a integridade do Poder **Judiciário**'.

'Renovamos o chamamento à serenidade e à paz que a nossa Nação tanto necessita', disseram.

Entre os que assinaram a nota, estão dois nomes considerados pré-candidatos à Presidência no ano que vem, os tucanos João Doria(SP) e Eduardo Leite (RS).

A manifestação também teve o apoio dos governadores Rui Costa (PT-BA), Flávio Dino (PSBMA, Paulo Câmara (PSB-PE), Camilo Santana (PT-CE), João Azevêdo (Cidadania-PB), Renato Casagrande (PSB-ES), Wellington Dias (PT-PI) Fátima Bezerra (PTRN) e Waldez Góes (PDT-AP), todos filiados a partidos de oposição. A nota contou ainda com o aval de Renan Filho (MDB-AL), Belivaldo Chagas (PSD-SE) e Ibaneis Rocha (MDB-DF).

No fim de semana, Bolsonaro anunciou que entraria com um pedido de impeachment contra os ministros Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso no Senado. Barroso é o atual presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), já Moraes vai comandar a corte durante o pleito de 2022.

Nas últimas semanas, o presidente tem subido o tom contra os ministros do Supremo e atacado o sistema

eleitoral do país para defender a adoção do voto impresso. Os magistrados, por sua vez, têm adotado medidas para tentar conter as ameaças.

Moraes, por exemplo, abriu duas investigações contra Bolsonaro, uma para apurar as 'fake news' sobre as urnas eletrônicas disseminadas durante uma 'live' e outra após a divulgação d um inquérito sigiloso da Polícia Federal (PF) sobre o pleito de 2018.

Ele também determinou a prisão de um aliado do governo, o ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). Esta foi a primeira medida adotada no âmbito do inquérito instaurado para apurar a atuação de milícias digitais.

O TSE também abriu um procedimento administrativo para apurar os ataques de Bolsonaro ao sistema eleitoral.

O presidente do **STF**, **Luiz Fux**, já havia anunciado no último dia 5 o cancelamento de uma reunião entre os chefes de Poderes, em protesto pelos ataques feitos por Bolsonaro. Amanhã, porém, ele vai encontrar o novo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, para conversar.

Os ministros do **STF** também têm cobrado posicionamentos do procurador-geral da República, Augusto Aras, em pedidos envolvendo Bolsonaro. Considerado um aliado do Palácio do Planalto, o PGR tem deixado passar os prazos para se manifestar.

Desta vez, foi a ministra Cármen Lúcia, que deu 24 horas para Aras apresentar uma posição em uma notícia-crime apresentada contra o suposto uso político eleitoral da estrutura da TV Brasil por Bolsonaro. 'Os fatos narrados são graves, de interesse exponencial da República', disse.

Ontem, o TSE lançou uma campanha para defender a segurança das urnas eletrônicas. As peças serão veiculadas no rádio e na TV, além das redes sociais, e terão como garota propaganda a escritora Djamilia

Ribeiro. O slogan 'Urna Eletrônica: é segura, é fácil de checar, é do Brasil' tem o objetivo de demonstrar que o 'voto eletrônico é seguro, transparente e plenamente auditável'.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário,
Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux

Julgamento da autonomia do BC tende a ser retomado no dia 25

Autor: Luísa Martins e Isadora Peron

O julgamento da ação que questiona a autonomia do Banco Central (BC) pode ser retomado no dia 25 de agosto no **Supremo Tribunal Federal (STF)**. O processo foi incluído na pauta pelo relator, ministro Ricardo Lewandowski. Agora, cabe ao presidente da Corte, ministro **Luiz Fux**, confirmara data.

O caso começou a ser analisado em junho em plenário virtual. Na ocasião, foram computados dois votos: o do relator, pela derrubada da lei, e o do ministro Luís Roberto Barroso, que defende a manutenção da norma.

Em seguida, o ministro Dias Toffoli pediu 'destaque' - o que obriga a ação a ser discutida em sessão presencial. Nesses casos, o regimento do **STF** prevê que o placar seja zerado. Ou seja, mesmo que seus argumentos já sejam conhecidos pelos demais colegas, Lewandowski e Barroso terão de votar novamente.

A controvérsia jurídica está no fato de que o projeto de lei de iniciativa do governo federal - que tem competência exclusiva para esse tipo de regulamentação - foi juntado a outro semelhante, de autoria parlamentar, sendo que apenas o último foi votado.

Lewandowski entende que, ao manter válida lei que não tramitou adequadamente, cria-se um precedente perigoso, capaz de instalar 'indesejável balbúrdia na gestão da Administração Pública Federal, a qual ficaria sujeita aos humores cambiantes' dos parlamentares. O relator não entrou no mérito dos efeitos da autonomia do BC para a economia.

Já Barroso disse que o suposto Vício técnico deve ser superado, uma vez que o presidente Jair

Bolsonaro enviou projeto idêntico ao que já estava em curso. Para o ministro, como o processo envolve uma questão política, cabe ao Poder **Judiciário** 'ser deferente' às escolhas do Parlamento.

A ação foi impetrada em fevereiro pelo PT e pelo Psol, para quem a autonomia do BC pode prejudicar a economia do país diante de uma 'descoordenação das políticas monetária e fiscal'. Nos autos, a Advocacia-Geral da União (AGU) afirmou que as legendas estão tão somente insatisfeitas por terem 'perdido' na arena parlamentar.

Em um raro desalinhamento do governo, o procurador-geral da República, Augusto Aras, manifestou-se contra a lei. Segundo ele, os vícios formais 'devem ser corrigidos imediatamente para que não haja risco de insegurança jurídica' e para que o mercado possa 'atuar de forma desejável',

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux

Supremo decide arquivar ação movida por ex-mulher contra Lira

O **Supremo Tribunal Federal (STF)** decidiu rejeitar uma queixa-crime apresentada contra o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), por sua ex-mulher Jullyene Lins. O julgamento aconteceu no plenário virtual, no qual os ministros não se reúnem para debater o assunto, apenas depositam seus votos no sistema eletrônico.

Ao todo, seis ministros votaram pelo arquivamento. O relator, Luís Roberto Barroso, havia se manifestado contra o recurso apresentado pela defesa e para manter a decisão de enviar o caso para a Vara de Violência Doméstica de Brasília.

O relator do processo foi seguido pelas ministras Cármen Lúcia e **Rosa Weber**. Já o ministro Ricardo Lewandowski defendeu que o processo deveria tramitar na Justiça comum em Maceió.

A ação foi movida em junho do ano passado, quando Jullyene acusou Lira de injúria e difamação após ser chamada de 'vigarista profissional'.

A declaração de Lira foi uma resposta a uma entrevista da ex-mulher à revista 'Veja', em que ela acusou o parlamentar de ocultação de patrimônio e disse que ele começou a receber propina quando ainda era deputado estadual em Alagoas.

No voto vencedor, o ministro Alexandre de Moraes defendeu que as declarações de Lira estão compreendidas no âmbito da imunidade parlamentar. Esse entendimento foi seguido pelos colegas Gilmar Mendes, Kassio Nunes Marques, Edson Fachin, Dias Toffoli e pelo presidente da Corte, **Luiz Fux**.

Para ele, as palavras ofensivas dirigidas a Jullyene 'foram realizadas em um contexto de sucinto rebate às acusações por ela feitas e consideradas pelo querelado [Lira] como totalmente infundadas, não ultrapassando, dessa forma, os limites da liberdade de expressão negativa do parlamentar, acobertadas pela inviolabilidade constitucional; em que pese a grosseria

das mesmas'.

'No âmbito da imunidade material dos parlamentares, as frases grosseiras, vulgares, desrespeitosas ou com desconhecimento de causa devem ser analisadas pelo eleitor, pois é aquele que tem sempre o direito de saber a opinião dos seus representantes políticos', escreveu o ministro.

A defesa de Lira comemorou o resultado. 'Um julgamento significativo, pois coloca termo a uma série de condutas abusivas praticadas contra o Deputado Arthur Lira, que subvertiam institutos e invertiam princípios, sob o patrocínio de sua ex-companheira', disse o advogado Fábio Ferrario. (IP)

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux, CNJ - Rosa Weber

Violência contra a mulher: mutirão vai agilizar processos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

#JUSTIÇA

Começou ontem em todo o país, e vai até o dia 20 de agosto, a Semana Justiça pela Paz em Casa. A iniciativa é do **Conselho Nacional de Justiça**, em parceria com os tribunais de justiça dos estados. O programa Justiça pela Paz em Casa concentra esforços para agilizar o andamento de processos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher. Em especial a emissão de sentenças e decisões.

Na última edição, em março deste ano, foram realizadas 6.027 audiências e emitidas mais de 6 mil medidas protetivas. Com ABr.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Banco do CNJ reúne dados sobre violência a mulheres



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Aos 28 anos, a auxiliar administrativa G. A. O. teve seu trabalho invadido pelo marido, que a empurrou para dentro do carro e trancou as portas. No trajeto, ela foi espancada e arrastada para dentro de casa, quando ele pegou uma faca para tentar matá-la.

Ao se defender, teve as duas mãos esfaqueadas e, mesmo ferida, conseguiu fugir. Procurou uma delegacia onde foi acolhida. Meses depois, no julgamento, ouviu do juiz do caso que o agressor não podia ser condenado por tentativa do homicídio. 'Ela está aqui, bem viva e saudável', foi o que ouvi, relata, indignada com a decisão.

Histórias de mulheres vítimas de violência doméstica que preferem ficar no anonimato também se repetem Brasil afora e são vividas por figuras públicas. A ex modelo e empresária Luiza Brunet é uma delas. Em 2016, teve quatro costelas quebradas e ficou com os olhos roxos pelos golpes desferidos pelo então companheiro, o empresário Lirio Parisotto, que denunciou por violência doméstica.

A sentença de condenação do agressor demorou quatro

anos para sair. Desde o episódio, Luiza virou uma militante no combate à violência doméstica e, em junho, passou a integrar o Observatório do Poder Judiciário, a convite do presidente do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux.

Entender casos como o de Luiza Brunet e de G. A. O. é fundamental para que a Lei Maria da Penha - que completou 15 anos no dia 7 de agosto - consiga ter maior efetividade. Foi nisso que o **CNJ** apostou ao lançar a primeira fase do Banco Nacional de Medidas Protetivas de Urgência (BNMPU), que reúne dados estatísticos sobre medidas protetivas de urgência concedidas às mulheres no País. A atualização ocorrerá semanalmente.

A ferramenta foi apresentada no dia 10, durante a XV Jornada Lei Maria da Penha do **CNJ**, em comemoração aos 15 anos da legislação. 'Avançamos bastante, mas há muito o que fazer. A Lei Maria da Penha, referência mundial, precisa ser aplicada em todas as suas possibilidades', defendeu Luiza Brunet, que participou do encontro, realizado de forma virtual.

Somente em 2020, conforme revela o BNMPU, foram concedidas 386.390 medidas protetivas de urgência, que consistem em um conjunto de determinações concedidas ou não pelo Judiciário para que o agressor se afaste da mulher vítima ou em risco de sofrer violência. 'A partir desta unificação de dados, poderemos monitorar os pontos deficitários de combate à violência contra a mulher e contribuir para melhorar o enfrentamento à questão', destacou a conselheira do **CNJ** Tânia Reck ziegel, que é coordenadora do Comitê Gestor do BNMPU. Segundo ela, é fundamental a participação dos Tribunais de Justiça estaduais, que irão abastecer o banco com informações. Sem isso, completa, a ferramenta fica prejudicada pela subnotificação.

Para a professora de Direito da UniRitter e conselheira-diretora da Themis - Gênero, Justiça e Direitos

Humanos, Carmen Campos, este é justamente o ponto mais vulnerável para que a plataforma seja eficaz. 'O banco de dados é uma ferramenta importante, mas precisa ser abastecido, transparente e permitir o acesso às informações para que possamos saber o que acontece em cada estado, o que ainda é uma grande dificuldade', afirma.

A norma, salienta Carmen, é uma grande conquista, mas precisa ser implementada sob a perspectiva integral, a partir de uma rede de serviços que acolha as vítimas.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Violência contra mulher: mutirão vai agilizar julgamentos em todo país



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Agência Brasil

Violência

Agência Brasil

16/08/2021 às 09:41

Twitter

WhatsApp

Começa nesta segunda-feira (16) em todo o país, e vai até o dia 20 de agosto, a Semana Justiça pela Paz em Casa. A iniciativa é do **Conselho Nacional de Justiça**, em parceria com os tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal (DF).

O programa Justiça Pela Paz em Casa concentra esforços para agilizar o andamento de processos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher. Em especial a emissão de sentenças e decisões.

É o que explica a conselheira Tânia Reckziegel, presidente da Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis do **CNJ**: "no período, magistrados e magistradas dos tribunais de Justiça de todo o país deverão priorizar o andamento dos processos judiciais de violência doméstica, em especial, a emissão de sentenças, despachos e decisões",

Na última edição da Semana Justiça Pela Paz em Casa, em março deste ano, foram realizadas 6.027 audiências e emitidas mais de 6 mil medidas protetivas, além de proferidas 11.195 sentenças nas 27 unidades federativas, envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher.

A conselheira Tânia Reckziegel, fala da importância de projetos como este, uma vez que a morosidade da justiça pode colocar em risco a vida da mulher que sofre violência.

"A morosidade processual representa diversos riscos à mulher vítima de violência, podendo acarretar a ineficácia do resultado final do processo e, nessa hipótese, haverá, por via transversa, a denegação da Justiça. Assim, é muito importante o empenho dos atores de Justiça, para a rápida solução dos processos que envolvem a temática de violência doméstica", disse a conselheira.

Iniciado em março de 2015, o Justiça pela Paz em Casa conta com três edições de esforços concentrados por ano. As semanas ocorrem em março - marcando o dia das mulheres -, em agosto - para celebrar o aniversário de sanção da Lei Maria da Penha - e em novembro, mês em que a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Violência contra mulher: mutirão vai agilizar julgamentos em todo país



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Semana Justiça pela Paz em Casa é uma iniciativa do **CNJ** | Foto: Paulo H. Carvalho | Agência Brasil

Começa nesta segunda-feira, 16, em todo o país, e vai até o dia 20 de agosto, a Semana Justiça pela Paz em Casa. A iniciativa é do **Conselho Nacional de Justiça**, em parceria com os tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal (DF).

O programa Justiça Pela Paz em Casa concentra esforços para agilizar o andamento de processos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher. Em especial a emissão de sentenças e decisões.

É o que explica a conselheira Tânia Reckziegel, presidente da Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis do **CNJ**: "no período, magistrados e magistradas dos tribunais de Justiça de todo o país deverão priorizar o andamento dos processos judiciais de violência doméstica, em especial, a emissão de sentenças, despachos e decisões",

Na última edição da Semana Justiça Pela Paz em Casa, em março deste ano, foram realizadas 6.027 audiências e emitidas mais de 6 mil medidas protetivas, além de proferidas 11.195 sentenças nas 27 unidades federativas, envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher.

A conselheira Tânia Reckziegel, fala da importância de projetos como este, uma vez que a morosidade da justiça pode colocar em risco a vida da mulher que sofre violência.

"A morosidade processual representa diversos riscos à mulher vítima de violência, podendo acarretar a ineficácia do resultado final do processo e, nessa hipótese, haverá, por via transversa, a denegação da Justiça. Assim, é muito importante o empenho dos atores de Justiça, para a rápida solução dos processos que envolvem a temática de violência doméstica", disse a conselheira.

Iniciado em março de 2015, o Justiça pela Paz em Casa conta com três edições de esforços concentrados por ano. As semanas ocorrem em março - marcando o dia das mulheres -, em agosto - para celebrar o aniversário de sanção da Lei Maria da Penha - e em novembro, mês em que a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Violência contra mulher: mutirão vai agilizar julgamentos em todo país



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Começa nesta segunda-feira (16) em todo o país, e vai até o dia 20 de agosto, a Semana Justiça pela Paz em Casa. A iniciativa é do **Conselho Nacional de Justiça**, em parceria com os tribunais de justiça dos estados e do DF.

O programa Justiça Pela Paz em Casa concentra esforços para agilizar o andamento de processos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher. Em especial a emissão de sentenças e decisões.

É o que explica a conselheira Tânia Reckziegel, presidente da Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis do **CNJ**. Segundo ela, para agilizar o andamento de processos de violência contra mulheres, tribunais de Justiça de todo o país deverão priorizar esses casos com a emissão de decisões para os processos.

Na última edição da Semana Justiça Pela Paz em Casa, em março deste ano, foram realizadas 6.027 audiências e emitidas mais de 6 mil medidas protetivas,

além de proferidas 11.195 sentenças nas 27 unidades federativas, envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher.

A conselheira Tânia Reckziegel, fala da importância de projetos como este, uma vez que a morosidade da justiça pode colocar em risco a vida da mulher que sofre violência.

Iniciado em março de 2015, o Justiça pela Paz em Casa conta com três edições de esforços concentrados por ano. As semanas ocorrem em março - marcando o dia das mulheres -, em agosto - para celebrar o aniversário de sanção da Lei Maria da Penha - e em novembro, mês em que a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

Edição: Sheily Noleto / Guilherme Strozi

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Violência contra mulher: mutirão vai agilizar julgamentos em todo país



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Agência Brasil

Começa nesta segunda-feira (16) em todo o país, e vai até o dia 20 de agosto, a Semana Justiça pela Paz em Casa. A iniciativa é do **Conselho Nacional de Justiça**, em parceria com os tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal (DF).

O programa Justiça Pela Paz em Casa concentra esforços para agilizar o andamento de processos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher. Em especial a emissão de sentenças e decisões.

É o que explica a conselheira Tânia Reckziegel, presidente da Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis do **CNJ**: "no período, magistrados e magistradas dos tribunais de Justiça de todo o país deverão priorizar o andamento dos processos judiciais de violência doméstica, em especial, a emissão de sentenças, despachos e decisões",

Na última edição da Semana Justiça Pela Paz em Casa,

em março deste ano, foram realizadas 6.027 audiências e emitidas mais de 6 mil medidas protetivas, além de proferidas 11.195 sentenças nas 27 unidades federativas, envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher.

A conselheira Tânia Reckziegel, fala da importância de projetos como este, uma vez que a morosidade da justiça pode colocar em risco a vida da mulher que sofre violência.

"A morosidade processual representa diversos riscos à mulher vítima de violência, podendo acarretar a ineficácia do resultado final do processo e, nessa hipótese, haverá, por via transversa, a denegação da Justiça. Assim, é muito importante o empenho dos atores de Justiça, para a rápida solução dos processos que envolvem a temática de violência doméstica", disse a conselheira.

Iniciado em março de 2015, o Justiça pela Paz em Casa conta com três edições de esforços concentrados por ano. As semanas ocorrem em março - marcando o dia das mulheres -, em agosto - para celebrar o aniversário de sanção da Lei Maria da Penha - e em novembro, mês em que a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

Ouçã na Radioagência Nacional

[Clique aqui para ouvir outras notícias da Radioagência Nacional](#)

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

TJPE abre inscrição para Semana Nacional de Conciliação nesta segunda

(16)



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Portal Folha de Pernambuco

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), através do Núcleo de **Conciliação** (Nupemec), abriu inscrições para que os cidadãos cadastrem demandas passíveis de acordo na 16ª Semana Nacional de **Conciliação**.

As inscrições têm início nesta segunda-feira (16) e seguem abertas até o dia 10 de setembro. Poderão participar todos os processos de matérias cíveis, como, por exemplo, direito do consumidor, partilha de bens, sucessão, demandas empresariais, reconhecimento de paternidade, dívidas de mensalidades escolares e débitos com planos de saúde, dentre outros.

Também podem ser inscritas ações judiciais relativas a direito de família, como pedidos de divórcio, guarda de filhos, pensão alimentícia, regulamentação de visita, dissolução de união estável, e reconhecimento de união estável.

Para quem já tem processo em tramitação no Poder

Judiciário pernambucano, a inscrição deve ser feita por meio de formulário online, ou, se preferir, esta pode ser efetuada diretamente com a vara de origem do processo, para pedir a inclusão.

Caso não possua processo em andamento na Justiça estadual, o cidadão pode entrar em contato com o Centro **Judiciário** de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) mais próximo de sua residência e cidade, e assim agendar a sua sessão de **conciliação**.

Após a solicitação, o processo será analisado pela equipe do Nupemec, e no caso de ser selecionado, as partes serão informadas sobre o dia, horário, modalidade da audiência ou local onde será realizada a sessão de **conciliação**.

As audiências serão realizadas preferencialmente no formato virtual, nas Varas Cíveis e Criminais, nos Juizados Cíveis e Criminais, nas Casas de Justiça e Cidadania, nas unidades do Proendivados e nos 26 Centros Judiciários de Solução de Conflitos do TJPE, com a participação das Câmaras Privadas de **Conciliação** e Mediação.

O coordenador geral do Núcleo de **Conciliação** - Nupemec do TJPE, desembargador Erik Simões, ressalta que qualquer pessoa interessada em um acordo, seja na condição de parte autora ou ré, possui autonomia, legitimidade e independência para mostrar o seu desejo em prol da **conciliação** com a parte adversa.

"No caso de ações que já tramitam em nosso Tribunal, que a inscrição pode ser referente a processo de qualquer vara ou comarca de Pernambuco, incluindo as unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Com certeza, a nossa equipe buscará analisar cada inscrição efetuada e que demonstra chances de resultados positivos", afirma o desembargador.

Semana Nacional de **Conciliação**

Promovida pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, em parceria com o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), e demais Tribunais do país, a Semana Nacional da **Conciliação** é uma campanha anual para incentivar a cultura da **conciliação**.

Neste ano, a iniciativa acontece no período de 8 a 12 de novembro, e tem como lema '**Conciliação**: Mais tempo para você'. Durante o evento em Pernambuco, o Núcleo de **Conciliação** (Nupemec) vai concentrar esforços para solucionar o maior número possível de conflitos, por meio de acordo entre as partes.

Para saber mais, acesse o site do Nupemec. Confira aqui a lista com todos os contatos de e-mails e telefones das unidades judiciárias do TJPE.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Conciliação

Violência contra mulher: mutirão vai agilizar julgamentos em todo país

em março deste ano, foram realizadas 6.027 audiências e emitidas mais de 6 mil medidas protetivas, além de proferidas 11.195 sentenças nas 27 unidades federativas, envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher.

A conselheira Tânia Reckziegel, fala da importância de projetos como este, uma vez que a morosidade da justiça pode colocar em risco a vida da mulher que sofre violência.

"A morosidade processual representa diversos riscos à mulher vítima de violência, podendo acarretar a ineficácia do resultado final do processo e, nessa hipótese, haverá, por via transversa, a denegação da Justiça. Assim, é muito importante o empenho dos atores de Justiça, para a rápida solução dos processos que envolvem a temática de violência doméstica", disse a conselheira.

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Agência Brasil

Começa nesta segunda-feira (16) em todo o país, e vai até o dia 20 de agosto, a Semana Justiça pela Paz em Casa. A iniciativa é do **Conselho Nacional de Justiça**, em parceria com os tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal (DF).

O programa Justiça Pela Paz em Casa concentra esforços para agilizar o andamento de processos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher. Em especial a emissão de sentenças e decisões.

É o que explica a conselheira Tânia Reckziegel, presidente da Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis do **CNJ**: "no período, magistrados e magistradas dos tribunais de Justiça de todo o país deverão priorizar o andamento dos processos judiciais de violência doméstica, em especial, a emissão de sentenças, despachos e decisões",

Na última edição da Semana Justiça Pela Paz em Casa,

Iniciado em março de 2015, o Justiça pela Paz em Casa conta com três edições de esforços concentrados por ano. As semanas ocorrem em março - marcando o dia das mulheres -, em agosto - para celebrar o aniversário de sanção da Lei Maria da Penha - e em novembro, mês em que a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Nos 199 anos do TJPE, João Campos defende instituições fortes para defesa da democracia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Blog da Folha

Na solenidade em comemoração aos 199 anos de instalação do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), realizada no Salão do Pleno do Palácio da Justiça, na manhã desta segunda-feira (16), o prefeito do Recife João Campos foi agraciado com a Medalha Judiciário Desembargador Joaquim Nunes Machado (grau grande oficial). A cerimônia também foi transmitida ao vivo pelo canal do Youtube do TJPE devido às medidas sanitárias necessárias em razão da pandemia da covid-19.

O prefeito destacou a importância das instituições para a construção de um país forte. 'Uma honra muito grande ter sido agraciado com essa comenda do Tribunal de Justiça no ano em que completa 199 anos de instalação. Aqui a gente celebra as instituições, lembra que um país forte precisa de instituições fortes, que tenham harmonia entre si, então parabéns ao Tribunal, agradeço a homenagem', disse o gestor municipal após receber a medalha.

João Campos ressaltou ainda o quanto é importante haver independência dos poderes, mas também uma harmonia entre as instituições. 'É muito bom a gente poder celebrar a vida das instituições. Um país forte é aquele que tem as suas instituições fortes e respeitadas. Como a nossa constituição preconiza, há uma independência dos poderes mas deve haver uma harmonia. Então eu vim aqui prestigiar o Tribunal de Justiça de Pernambuco pelos seus 199 anos de instalação, no próximo ano já completando dois séculos, representando uma defesa do estado democrático de direito, da vida do estado de Pernambuco. Então parabéns ao Tribunal de Justiça e desejo que por mais muitos séculos ele seja responsável por preservar o estado democrático de direito', finalizou.

O presidente do Tribunal, Desembargador Fernando Cerqueira, ao abrir a solenidade, recordou um marco recente da história do TJPE: 'há dez anos iniciamos um novo capítulo da nossa história, na gestão do desembargador José Fernandes de Lemos, começamos a implantação do processo judicial eletrônico. Este sistema desenvolvido pelo **Conselho Nacional de Justiça** tinha a promessa de tornar a Justiça mais rápida e acessível. Naquela época, cerca de 200 mil processos ingressavam na Justiça de Pernambuco por ano. Hoje celebramos assim - os 199 anos de instalação do Tribunal com esse grande feito. Demos um passo para nos tornarmos um Tribunal cada vez mais digital'.

Além do presidente do TJPE e do prefeito João Campos, também compuseram a mesa durante a sessão: a vice-governadora Luciana Santos, o presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco Eriberto Medeiros, o procurador geral do Ministério Público Paulo Augusto. O Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Humberto Martins, participou de forma remota da sessão, com uma palestra magna.

A solenidade foi iniciada com o coral do TJPE cantando o hino do Brasil. A sessão também contou com a apresentação do vídeo institucional comemorativo 'Arte e Histórias no Palácio da Justiça' com o grupo teatral do TJPE, Trupe do Faz e Conta, e com o lançamento da reedição do livro 'Uma Corte de Justiça do Império: O Tribunal da Relação de Pernambuco'. Além da inauguração da Sala dos Desembargadores; e a inauguração da Rua Frei Vicente de Salvador e das estátuas em homenagem aos desembargadores Bernardo José de Gama, José Ferraz Ribeiro do Valle e Joaquim Nunes Machado, ao lado do Palácio da Justiça.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Tribunal de Justiça reconhece multiparentalidade em SP e autoriza registro de criança com dois pais, o biológico e o afetivo



O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) reconheceu como legítima (lícita) a multiparentalidade e determinou a alteração no registro de nascimento de uma criança para que conste o nome dos dois pais: o biológico e o afetivo.

Os desembargadores da 2ª Câmara de Direito Privado afirmaram que o conceito de 'família' sofreu diversas modificações com o decorrer dos anos e é necessário considerar a existência de novas configurações familiares, ainda que a legislação não as preveja.

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: G1

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) reconheceu nesta segunda-feira (16) a multiparentalidade e determinou a alteração no registro de nascimento de uma criança para que conste o nome dos dois pais: o biológico e o afetivo.

Os desembargadores da 2ª Câmara de Direito Privado afirmaram que o conceito de 'família' sofreu diversas modificações com o decorrer dos anos e, nesse sentido, é necessário considerar a existência de novas configurações familiares, ainda que a legislação não as preveja.

'Não se pode ser ignorado o princípio do melhor interesse da criança, sendo que no presente caso a manutenção do pai registral e a inclusão do pai biológico trará benefícios ao menor, tendo em vista a boa convivência entre as partes', afirmou a sentença.

A decisão aconteceu após uma ação movida pela

Defensoria Pública de São Paulo na 2ª instância, a pedido da mãe da criança.

Segundo a defensoria, Luiza e João tinham terminado o relacionamento quando ela descobriu estar grávida. Poucos meses depois, ela começou a namorar Pedro, que escolheu assumir a paternidade daquela criança, e a registrou em seu nome logo após o nascimento.

Após o resultado do teste de DNA que comprovou o vínculo biológico, João passou a também cuidar da criança, realizando visitas e ajudando na criação do bebê.

Pela boa relação que os dois possuem com a criança, Luiza procurou a Defensoria Pública para que fosse formalizada no registro de nascimento da criança a paternidade biológica de João, sem excluir a paternidade afetiva de Pedro, que já havia sido reconhecida.

Os dois pais biológicos estavam de acordo com a alteração - o único pedido de Pedro era para que a criança levasse também o sobrenome dele.

A Defensoria Pública pediu então à Justiça o reconhecimento da multiparentalidade, a homologação do acordo de reconhecimento de paternidade e a retificação do sobrenome da criança.

Porém, na 1ª instância judicial a juíza não reconheceu esse direito e não homologou o acordo, determinando que fosse excluído o nome do pai que havia registrado para inclusão do nome do pai biológico.

A decisão fez a Defensoria Pública recorrer ao TJ-SP, apontando que já há diversas decisões que reconhecem a pluriparentalidade e a paternidade socioafetiva no Brasil, havendo entendimento favorável no **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e no Supremo Tribunal Federal (STF).

Os defensores públicos também argumentaram que 'os princípios do melhor interesse da criança devem nortear a decisão, já que ambos os pais exercem seus papéis, todos de vital importância no desenvolvimento e na vida da criança'.

'Impor à criança o estilo de família matrimonializada não só representa um retrocesso, como também afronta às valorosas conquistas alcançadas com o passar do tempo. (...) A criança ainda poderá contar com outras vantagens, como a inclusão em planos de saúde e planos previdenciários e poderá pleitear alimentos dos dois pais, tendo alcance, inclusive, para efeitos sucessórios', afirmou a Defensora Pública Carolina Lot da Silva Nunes, que apresentou o recurso ao TJ-SP.

Também atuaram no caso a Defensora Dione Basílio Ribeiro, em 1ª instância, e o Defensor Adriano Elias Oliveira, do Núcleo de Segunda Instância e Tribunais Superiores.

VÍDEOS: Tudo sobre São Paulo e região metropolitana

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

16ª Semana Nacional da Conciliação no AM é marcada para novembro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ/AM) anunciou que o Poder **Judiciário** do Amazonas realizará, entre os dias 8 e 12 de novembro, um mutirão de audiências como parte das ações da Semana Nacional da **Conciliação**.

No Amazonas, a Semana Nacional da **Conciliação** é organizada e coordenada pela Corregedoria-Geral de Justiça, seguindo os direcionamentos do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, órgão promotor do evento.

Neste ano de 2021, a Semana da **Conciliação** chega à 16ª edição, tendo como tema "**Conciliação: Mais tempo para você**".

Conforme anunciado pela corregedora-geral de Justiça do Amazonas durante a reunião, no âmbito do Poder **Judiciário** Estadual, o mutirão deve ocorrer com audiências, preferencialmente, por videoconferência, em prevenção ao contágio pela **covid-19**.

Primeiras orientações

Para as pessoas com processos tramitando na Justiça

Estadual, a Corregedoria informa que a solicitação para que sua ação judicial seja incluída na pauta da Semana da **Conciliação** pode ser feita via internet, por portal do TJAM na internet, na opção "Quero Conciliar", que pode ser acessada diretamente no link a seguir:
<https://www.tjam.jus.br/index.php/formulario-queru-conciliar>

O link está disponível às partes processuais a qualquer época do ano e ao acessá-lo, o interessado responderá a um breve formulário e deve aguardar as instruções da unidade judiciária (Vara) onde tramita seu processo, para receber as orientações quanto ao agendamento da audiência.

Durante a reunião também foi discutida a possibilidade de realização de um curso intensivo para graduandos (estagiários ou voluntários) que poderão atuar, como em edições passadas do evento, como assistentes nas audiências. A referida formação deverá ser organizada pelo Sispemec/Nupemec em data que será anunciada.

Na reunião de trabalho também foram definidas as primeiras orientações para os magistrados da capital e do interior e deliberou-se sobre a composição da comissão de juízes (dos diversos segmentos) que atuarão como sub-coordenadores da atividade, em suas respectivas áreas. Todas as informações constarão em uma Portaria, que será divulgada nos próximos dias pela Corregedoria de Justiça.

Veja os vídeos mais assistidos do G1 Amazonas

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Conciliação, Judiciário - Covid-19

Violência contra mulher: mutirão vai agilizar julgamentos em todo país



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Agência Brasil

Começa nesta segunda-feira (16) em todo o país, e vai até o dia 20 de agosto, a Semana Justiça pela Paz em Casa. A iniciativa é do **Conselho Nacional de Justiça**, em parceria com os tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal (DF).

O programa Justiça Pela Paz em Casa concentra esforços para agilizar o andamento de processos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher. Em especial a emissão de sentenças e decisões.

É o que explica a conselheira Tânia Reckziegel, presidente da Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis do **CNJ**: 'no período, magistrados e magistradas dos tribunais de Justiça de todo o país deverão priorizar o andamento dos processos judiciais de violência doméstica, em especial, a emissão de sentenças, despachos e decisões',

Na última edição da Semana Justiça Pela Paz em Casa,

em março deste ano, foram realizadas 6.027 audiências e emitidas mais de 6 mil medidas protetivas, além de proferidas 11.195 sentenças nas 27 unidades federativas, envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher.

A conselheira Tânia Reckziegel, fala da importância de projetos como este, uma vez que a morosidade da justiça pode colocar em risco a vida da mulher que sofre violência.

'A morosidade processual representa diversos riscos à mulher vítima de violência, podendo acarretar a ineficácia do resultado final do processo e, nessa hipótese, haverá, por via transversa, a denegação da Justiça. Assim, é muito importante o empenho dos atores de Justiça, para a rápida solução dos processos que envolvem a temática de violência doméstica', disse a conselheira.

Iniciado em março de 2015, o Justiça pela Paz em Casa conta com três edições de esforços concentrados por ano. As semanas ocorrem em março - marcando o dia das mulheres -, em agosto - para celebrar o aniversário de sanção da Lei Maria da Penha - e em novembro, mês em que a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

Ouçá na Radioagência Nacional

[Clique aqui para ouvir outras notícias da Radioagência Nacional](#)

Veja também

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Violência contra mulher: mutirão vai agilizar julgamentos em todo país



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Começa nesta segunda-feira (16) em todo o país, e vai até o dia 20 de agosto, a Semana Justiça pela Paz em Casa. A iniciativa é do **Conselho Nacional de Justiça**, em parceria com os tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal (DF).

O programa Justiça Pela Paz em Casa concentra esforços para agilizar o andamento de processos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher. Em especial a emissão de sentenças e decisões.

É o que explica a conselheira Tânia Reckziegel, presidente da Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis do **CNJ**: 'no período, magistrados e magistradas dos tribunais de Justiça de todo o país deverão priorizar o andamento dos processos judiciais de violência doméstica, em especial, a emissão de sentenças, despachos e decisões',

Na última edição da Semana Justiça Pela Paz em Casa, em março deste ano, foram realizadas 6.027 audiências e emitidas mais de 6 mil medidas protetivas, além de

proferidas 11.195 sentenças nas 27 unidades federativas, envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher.

A conselheira Tânia Reckziegel, fala da importância de projetos como este, uma vez que a morosidade da justiça pode colocar em risco a vida da mulher que sofre violência.

'A morosidade processual representa diversos riscos à mulher vítima de violência, podendo acarretar a ineficácia do resultado final do processo e, nessa hipótese, haverá, por via transversa, a denegação da Justiça. Assim, é muito importante o empenho dos atores de Justiça, para a rápida solução dos processos que envolvem a temática de violência doméstica', disse a conselheira.

Iniciado em março de 2015, o Justiça pela Paz em Casa conta com três edições de esforços concentrados por ano. As semanas ocorrem em março - marcando o dia das mulheres -, em agosto - para celebrar o aniversário de sanção da Lei Maria da Penha - e em novembro, mês em que a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

Ouçã na Radioagência Nacional

[Clique aqui para ouvir outras notícias da Radioagência Nacional](#)

Veja também

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Violência contra mulher: mutirão vai agilizar julgamentos em todo país



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Começa nesta segunda-feira (16) em todo o país, e vai até o dia 20 de agosto, a Semana Justiça pela Paz em Casa. A iniciativa é do **Conselho Nacional de Justiça**, em parceria com os tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal (DF).

O programa Justiça Pela Paz em Casa concentra esforços para agilizar o andamento de processos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher. Em especial a emissão de sentenças e decisões.

Mais matérias do jornal:

É o que explica a conselheira Tânia Reckziegel, presidente da Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis do **CNJ**: "no período, magistrados e magistradas dos tribunais de Justiça de todo o país deverão priorizar o andamento dos processos judiciais de violência doméstica, em especial, a emissão de sentenças, despachos e decisões",

Na última edição da Semana Justiça Pela Paz em Casa,

em março deste ano, foram realizadas 6.027 audiências e emitidas mais de 6 mil medidas protetivas, além de proferidas 11.195 sentenças nas 27 unidades federativas, envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher.

A conselheira Tânia Reckziegel, fala da importância de projetos como este, uma vez que a morosidade da justiça pode colocar em risco a vida da mulher que sofre violência.

"A morosidade processual representa diversos riscos à mulher vítima de violência, podendo acarretar a ineficácia do resultado final do processo e, nessa hipótese, haverá, por via transversa, a denegação da Justiça. Assim, é muito importante o empenho dos atores de Justiça, para a rápida solução dos processos que envolvem a temática de violência doméstica", disse a conselheira.

Iniciado em março de 2015, o Justiça pela Paz em Casa conta com três edições de esforços concentrados por ano. As semanas ocorrem em março - marcando o dia das mulheres -, em agosto - para celebrar o aniversário de sanção da Lei Maria da Penha - e em novembro, mês em que a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.(com Agência Brasil)

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Governadores de 13 estados e do DF assinam nota em apoio ao Supremo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Flávia Said

Governadores de 13 estados e do Distrito Federal divulgaram nesta segunda-feira (16/8) uma nota pública em solidariedade ao Supremo Tribunal Federal (STF), aos ministros e às famílias, citando 'constantes ameaças e agressões' à Corte.

'O Estado Democrático de Direito só existe com Judiciário independente, livre para decidir de acordo com a Constituição e com as leis. No âmbito dos nossos estados, tudo faremos para ajudar a preservar a dignidade e a integridade do Poder Judiciário', diz a nota, que também pede serenidade e paz ao país.

Assinam o documento os governadores do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB); da Bahia, Rui Costa (PT); do Maranhão, Flávio Dino (PSB); de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB); de São Paulo, João Doria (PSDB); do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB); do Ceará, Camilo Santana (PT); da Paraíba, João Azevêdo (Cidadania); do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB); do Piauí, Wellington Dias (PT); do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT); de Alagoas,

Renan Filho (MDB); de Sergipe, Belivaldo Chagas (PSD); e do Amapá, Waldez Goês (PDT).

A nota não faz menção explícita a nenhuma autoridade, mas os governadores que a assinam são críticos da postura do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que tem subido o tom nas críticas à Corte.

No sábado (14/8), Bolsonaro disse que pedirá abertura de processo contra os ministros do STF Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso. O anúncio do mandatário da República foi publicado nas redes sociais e causou reações negativas de políticos.

Segundo Bolsonaro, o pedido será encaminhado esta semana ao presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

A afirmação do titular do Executivo federal veio um dia após o ministro Alexandre de Moraes determinar a prisão do ex-deputado e dirigente nacional do PTB, Roberto Jefferson, por suposta participação em uma organização criminosa digital montada para atacar a democracia.

'Na próxima semana, levarei ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, pedido para que instaure processo sobre ambos, de acordo com o art. 52 da Constituição Federal', tuitou Bolsonaro no sábado.

O artigo nº 52 da Constituição dá ao Senado Federal poder para 'processar e julgar os ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do **Conselho Nacional de Justiça** e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade'.

O clima entre Bolsonaro, o STF e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) esquentou nos últimos dias, após ataques do presidente às urnas eletrônicas. Esta semana, Moraes abriu investigação contra o chefe do Executivo nacional por ele ter divulgado nas redes

sociais inquérito sigiloso da Polícia Federal sobre a invasão de um hacker ao sistema de computadores da Corte eleitoral.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Violência contra mulher: mutirão no judiciário vai agilizar julgamentos de processos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: O Liberal

Nesta segunda-feira (16) teve início, em todo o país, a Semana Justiça pela Paz em Casa, que vai até o próximo dia 20. A iniciativa é do **Conselho Nacional de Justiça**, em parceria com os tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal (DF), com objetivo de concentrar esforços para agilizar o andamento de processos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher, em especial a emissão de sentenças e decisões. As informações são da Agência Brasil.

"Nesse período, magistrados e magistradas dos tribunais de Justiça de todo o país deverão priorizar o andamento dos processos judiciais de violência doméstica, em especial, a emissão de sentenças, despachos e decisões", explicou a conselheira Tânia Reckziegel, presidente da Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis do **CNJ**.

De acordo com informações divulgadas pelo Tribunal de

Justiça do Estado do Pará, estão aptos a participar da semana todas as unidades judiciárias que tenham competência para processar e julgar os feitos de violência doméstica e familiar contra a mulher e de feminicídio. O esforço concentrado inclui realização de audiências e prolação de sentenças, decisões interlocutórias e despachos, bem como a realização de baixas processuais necessárias.

No Pará, para a Semana Justipa pela Paz em Casa, magistrados e magistradas devem encaminhar um plano de ação à Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid), por meio de formulário, para o e-mail cevid@tjpa.jus.br, com as informações das atividades que serão desenvolvidas. As informações referentes aos feitos movimentados no período deverão ser inseridas, diariamente, no sistema Libra e no sistema de Processo Judicial Eletrônico (**PJe**) para conhecimento do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

A Coordenadoria Estadual da Mulher Vítima de Violência do TJPA, que tem à frente a desembargadora Rosi Maria Gomes, é responsável pela realização das edições da campanha Justiça Pela Paz em Casa no Estado do Pará. A iniciativa atende a Meta 8 do **CNJ**, que visa priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres nos Tribunais de Justiça dos Estados.

Em todo o País, na última edição da Semana Justiça pela Paz em Casa, em março deste ano, foram realizadas 6.027 audiências e emitidas mais de 6 mil medidas protetivas, além de proferidas 11.195 sentenças nas 27 unidades federativas, envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher.

Iniciado em março de 2015, o Justiça pela Paz em Casa conta com três edições de esforços concentrados por ano. As semanas ocorrem em março - marcando o dia

das mulheres -, em agosto - para celebrar o aniversário de sanção da Lei Maria da Penha - e em novembro, mês em que a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - PJE

Após polêmica, Bolsonaro nomeia peritos para Mecanismo de Combate à Tortura



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Poder360

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) substituiu 4 peritos do MNPCT (Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura), órgão responsável por investigar violações de direitos humanos em locais como penitenciárias, hospitais psiquiátricos, abrigos de idosos, dentre outros.

Em decreto publicado nesta 2ª feira (16.ago.2021) no DOU (Diário Oficial da União), o chefe do Executivo nomeou para mandato de 3 anos:

Ludmila Maria Costa Rocha: mestra em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política, Pós-graduada em Direito Público e Didática e graduada em Direito. Especialista em Políticas Públicas e Segurança, com vasta atuação na defesa, garantia e promoção dos Direitos Humanos. Foi Secretária Geral Adjunta da Comissão de Ciências Criminais e Segurança Pública da OAB-DF (Ordem dos Advogados do Brasil seccional do Distrito Federal), instrutora de segurança privada,

credenciada pelo Departamento da Polícia Federal nas matérias de Direitos Humanos, Direito Ambiental, Direito Constitucional e Direito Penal e de de Direitos Humanos em cursos de especialização da PM-DF, além de aluna do Curso de Formação do Quadro de Oficiais da FAB (Força Aérea Brasileira), entre outras atividades.

Rogério Duarte Guedes: formado em Serviço Social, com Especialização em Gestão Social: Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos, e em Gestão em Saúde. Possui experiência na área da saúde com ênfase em atenção primária e saúde mental e na Assistência Social com ênfase em Processo de Envelhecimento, Criança e Adolescente e Direitos Humanos.

Carolina Barreto Lemos: pesquisadora formada em Direito e mestra pela Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB, pesquisadora vinculada ao INCT-InEAC (Instituto de Estudos Comparados de Administração Institucional de Conflitos), Coordenadora do FLAD (Fórum Latino Americano de Antropologia do Direito) no Brasil, membro do Laboratório de Pesquisa Cidadania, Administração de Conflitos e Justiça e vice-coordenadora do Laboratório de Estudos Etnográficos e Antropologia do Direito. Atua também como advogada popular e é articuladora da Agenda Nacional pelo Desencarceramento e da Frente Estadual pelo Desencarceramento de Minas Gerais. Suas principais áreas de atuação são Direito Penal, Direito Processual Penal, Filosofia do Direito, Antropologia do Direito, Criminologia Crítica e Direitos Humanos.

Natalia Vilar Pinto Ribeiro: com graduação em Direito e doutorado em Teoria e Storia dei Diritti Umani - Università degli Studi di Firenze. Foi Assessora Especial do Ministro de Estado dos Direitos Humanos e é Coordenadora Estadual do Programa **Justiça Presente** do **CNJ (Conselho Nacional de Justiça)** e do **PNUD**

(Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

Eis a íntegra do decreto (44 KB). Os currículos foram retirados da plataforma Lattes.

Receba a newsletter do Poder360

CONTEXTO

Em junho de 2019, Bolsonaro exonerou todos os peritos do MNPCT e determinou que a nomeação de novos peritos para o órgão precisaria ser chancelada por ato do próprio presidente. Além disso, segundo o decreto, os novos membros não receberiam salário, não teriam qualquer vinculação a redes e entidades da sociedade civil, a instituições de ensino e pesquisa, dentre outros.

A atitude do presidente foi considerada retaliação ao trabalho que os peritos vinham desenvolvendo no órgão. Desde o início do governo Bolsonaro, os integrantes do Mecanismo vinham denunciando que a ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, Damarens Alves, trabalhava para impedir a atuação deles.

Em fevereiro de 2019, integrantes do Mecanismo e do CNPCT (Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) afirmaram que a ministra impediu a vistoria a penitenciárias do Ceará para avaliar denúncias de maus tratos e tortura no **sistema prisional** cearense. A denúncia dos peritos gerou uma crise no Ministério de Damarens, que acabou autorizando a inspeção.

Em abril, após realizarem as visitas, os profissionais divulgaram uma série de irregularidades, como instalações superlotadas, **presos** com mãos e dedos quebrados e lesões na cabeça afirmando terem sido atingidos por chutes ou golpes de cassetetes, celas alagadas, mofadas e falta de medicamentos para detentos com tuberculose, hepatite e HIV.

Em agosto do mesmo ano, a Justiça Federal determinou a reintegração dos 11 peritos demitidos por Bolsonaro. Outra medida anulada que constava no decreto foi a

transferência do MNPCT do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia. A decisão também manteve o pagamento dos peritos.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Justiça Presente, Judiciário - PNUD, Judiciário - Presos, Judiciário - Sistema Prisional

Violência contra mulher: mutirão agilizará julgamentos em todo país



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Da Agência Brasil

A- A+

Começa nesta segunda-feira (16), em todo o país, e vai até o dia 20 de agosto, a Semana Justiça pela Paz em Casa. A iniciativa é do **Conselho Nacional de Justiça**, em parceria com os tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal (DF).

O programa Justiça Pela Paz em Casa concentra esforços para agilizar o andamento de processos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher. Em especial a emissão de sentenças e decisões.

Veja também

São Paulo

Leis garantem proteção a quem testemunha violência doméstica

São Paulo

Coma, fim e recomeço: a luta de sobreviventes de feminicídios

Cidades

Com ofensas e humilhações, Justiça reforça violência contra a mulher

É o que explica a conselheira Tânia Reckziegel, presidente da Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis do **CNJ**: "no período, magistrados e magistradas dos tribunais de Justiça de todo o país deverão priorizar o andamento dos processos judiciais de violência doméstica, em especial, a emissão de sentenças, despachos e decisões",

Na última edição da Semana Justiça Pela Paz em Casa, em março deste ano, foram realizadas 6.027 audiências e emitidas mais de 6 mil medidas protetivas, além de proferidas 11.195 sentenças nas 27 unidades federativas, envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher.

A conselheira Tânia Reckziegel, fala da importância de projetos como este, uma vez que a morosidade da justiça pode colocar em risco a vida da mulher que sofre violência.

Leia também

Crescem a dor e os números da violência contra a mulher

A cada minuto, polícia recebe uma ligação por violência doméstica

"A morosidade processual representa diversos riscos à mulher vítima de violência, podendo acarretar a ineficácia do resultado final do processo e, nessa hipótese, haverá, por via transversa, a denegação da Justiça. Assim, é muito importante o empenho dos

atores de Justiça, para a rápida solução dos processos que envolvem a temática de violência doméstica", disse a conselheira.

Iniciado em março de 2015, o Justiça pela Paz em Casa conta com três edições de esforços concentrados por ano. As semanas ocorrem em março - marcando o dia das mulheres -, em agosto - para celebrar o aniversário de sanção da Lei Maria da Penha - e em novembro, mês em que a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Violência contra mulher: mutirão vai agilizar julgamentos em todo país



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Começa nesta segunda-feira (16) em todo o país, e vai até o dia 20 de agosto, a Semana Justiça pela Paz em Casa. A iniciativa é do **Conselho Nacional de Justiça**, em parceria com os tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal (DF).

O programa Justiça Pela Paz em Casa concentra esforços para agilizar o andamento de processos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher. Em especial a emissão de sentenças e decisões.

É o que explica a conselheira Tânia Reckziegel, presidente da Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis do **CNJ**: "no período, magistrados e magistradas dos tribunais de Justiça de todo o país deverão priorizar o andamento dos processos judiciais de violência doméstica, em especial, a emissão de sentenças, despachos e decisões",

Na última edição da Semana Justiça Pela Paz em Casa, em março deste ano, foram realizadas 6.027 audiências e emitidas mais de 6 mil medidas protetivas, além de

proferidas 11.195 sentenças nas 27 unidades federativas, envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher.

A conselheira Tânia Reckziegel, fala da importância de projetos como este, uma vez que a morosidade da justiça pode colocar em risco a vida da mulher que sofre violência.

"A morosidade processual representa diversos riscos à mulher vítima de violência, podendo acarretar a ineficácia do resultado final do processo e, nessa hipótese, haverá, por via transversa, a denegação da Justiça. Assim, é muito importante o empenho dos atores de Justiça, para a rápida solução dos processos que envolvem a temática de violência doméstica", disse a conselheira.

Iniciado em março de 2015, o Justiça pela Paz em Casa conta com três edições de esforços concentrados por ano. As semanas ocorrem em março - marcando o dia das mulheres -, em agosto - para celebrar o aniversário de sanção da Lei Maria da Penha - e em novembro, mês em que a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

Ouçã na Radioagência Nacional

[Clique aqui para ouvir outras notícias da Radioagência Nacional](#)

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Posts retomam foto manipulada para associar Alexandre de Moraes ao PCC



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Juliana Arreguy

Uma imagem falsa que associa o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes à facção criminosa PCC voltou a circular no Facebook desde sábado (14). A foto original é de 2006 e foi feita durante uma rebelião de presidiários em Junqueirópolis (SP), em meio à onda de ataques da facção naquele ano, e foi adulterada digitalmente para fazer crer que os detentos estavam pedindo a nomeação de Moraes para o STF.

A foto adulterada mostra presidiários segurando dois cartazes: um com a frase "PCC. Paz, justiça e liberdade" e o outro, "Alexandre de Moraes no STF". O segundo cartaz, na verdade, contém a frase "Contra a opressão". A imagem original (veja abaixo) é de 14 de maio de 2006 e foi feita pelo fotógrafo Alex Silva, da Agência Estado.

Segundo dados da plataforma de monitoramento Crowdtangle consultados pelo UOL Confere, a montagem foi publicada em pelo menos 203 posts no Facebook, com pouco mais de 2 mil compartilhamentos,

desde a manhã de sábado (14).

A montagem começou a circular no mesmo dia em que presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse que pedirá ao Senado que instaure um processo de impeachment contra Moraes e Luís Roberto Barroso, também ministro do STF. Foi Moraes quem determinou a prisão de Roberto Jefferson, presidente do PTB e aliado de Bolsonaro, e a inclusão do presidente como investigado no inquérito que investiga a disseminação de notícias falsas.

Montagem circulou no ano passado

A mesma montagem já havia circulado nas redes sociais em maio do ano passado, semanas após Moraes suspender a nomeação de Alexandre Ramagem como diretor-geral da Polícia Federal; Ramagem era escolha de Bolsonaro para o cargo e sua indicação levou o ex-ministro da Justiça Sergio Moro a pedir demissão e acusar o presidente de tentar interferir na PF.

Na época, as imagens foram desmentidas por AFP, Agência Lupa, Aos Fatos, Estado de S. Paulo e G1.

Acusação de ligação com o PCC

Moraes foi indicado ao STF em 2017 pelo então presidente Michel Temer (MDB). Após a indicação, em sabatina feita pelo Senado, ele negou que já tivesse advogado para o PCC.

O escritório de advocacia em que Moraes atuava defendeu a cooperativa de transportes Transcooper, suspeita de ligações com a facção. Moraes alega que o envolvimento da Transcooper com o PCC nunca foi comprovado.

Em 2006, época dos ataques do PCC no estado de São Paulo, Moraes era membro do **Conselho Nacional de Justiça**.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional
de Justiça

PGR diz a CNJ haver três delações premiadas envolvendo Marcelo

Bretas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A subprocuradora-geral da República, Lindôra Araújo, encaminhou um ofício ao Conselho Nacional de Justiça na qual informa que a Procuradoria-Geral da República celebrou três acordos de delação premiada envolvendo o juiz da 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro, Marcelo Bretas.

O documento foi remetido por ela no dia 1º de julho tendo por destinatária **Maria Thereza de Assis Moura**, corregedora nacional de Justiça. Ela pediu informações à PGR sobre acusações contra Bretas apontadas em uma reclamação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ao CNJ que pede o afastamento do juiz em razão da delação premiada do advogado Nythalmar Ferreira Dias, que teria na sua delação acusado Bretas de parcialidade e conluio com o Ministério Público nos processos da Lava Jato do Rio.

Na resposta Lindôra responde dizendo que os 'fatos narrados' na reclamação guardam relação com três acordos colaboração e que 'após a devida homologação dos acordos, poderá ser requerido o compartilhamento das evidências e relatos existentes que guardem relação com os fatos'.

'Cumprimentando-a cordialmente, em atenção à comunicação expedida no âmbito da Reclamação Disciplinar nº 0004278-39.2021.2.00.0000, informo que os fatos narrados guardam relação com (três) acordos de colaboração celebrados no âmbito da Procuradoria Geral da República, os quais ainda se encontram pendentes de homologação perante os respectivos tribunais (Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal), sob sigilo legal. Assim, após a devida homologação dos acordos, poderá ser requerido, ao juízo respectivo, o compartilhamento das evidências e relatos existentes que guardem relação com os fatos, observadas as cláusulas estabelecidas', diz Lindôra.

A celebração do acordo foi revelada pela CNN e parte do seu conteúdo revelado pela revista Veja. Na delação, Nythalmar teria dito que Bretas negociava penas, orientava advogados, investiga, combinava estratégias com o Ministério Público e direciona acordos de delação. Em razão disso, a OAB entrou com uma representação contra Bretas pedindo seu afastamento, que foi negado pelo CNJ.

Procurado, Bretas disse não saber do que se trata e, portanto, não tem o que dizer.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Maria Thereza de Assis Moura

O pós-Covid-19 e as videoconferências no Judiciário: modelo híbrido veio para ficar



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Vladimir Saboia

Não é novidade que a pandemia da Covid-19 impôs desafios a todos. Trabalhadores das mais diversas áreas de atuação tiveram de se reinventar para continuarem com seus importantes trabalhos em um momento de tamanha incerteza. No Judiciário não foi diferente. As videoconferências representam uma revolução e se tornaram comuns no dia a dia dos operadores do Direito. Entre pontos positivos e negativos, as audiências e sessões virtuais poderão ser consideradas o maior legado da Covid-19 ao Poder Judiciário, haja vista os impactos profissionais e sociais que produziram.

A modalidade já era prevista no artigo 286, §3º, do Código de Processo Civil, desde março de 2015, mas poucas eram as audiências realizadas nesse formato. Muitas vezes por falta de aptidão técnica dos próprios tribunais para a realização.

Com o fim da pandemia se aproximando e o anúncio do

retorno às sessões presenciais já no próximo mês, feito pelo presidente do STF, ministro Luiz Fux, faz-se necessária a discussão do modelo que será adotado, dado o sucesso inquestionável das videoconferências. Entre os advogados, o sistema virtual foi visto com bastante êxito, trazendo praticidade e agilidade aos trabalhos.

Não estamos negando os benefícios, a importância e a relevância das audiências presenciais. É inegável que a discussão presencial é relevante e seguirá com o peso que só uma profissão que vocação e oratória caminham juntas pode ter. Mas é importante ter em mente que o Poder Judiciário também precisa se adequar aos avanços tecnológicos e que ajudam, entre outras coisas, a agilizar os processos, tornando a Justiça brasileira mais eficaz - o que não é pouca coisa.

O próprio **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** reconheceu o aumento da produtividade em levantamento feito em agosto de 2020. No período entre 1º de abril e 4 de agosto, o Poder Judiciário brasileiro realizou 366.278 videoconferências por meio da Plataforma Emergencial de Videoconferência para Atos Processuais, a maioria voltada para realização de audiências e sessões de julgamentos. O dado foi apresentado pelo então **presidente do CNJ** e do STF, Dias Toffoli, que reconheceu a importância da adoção do sistema para a Justiça brasileira. "O uso da videoconferência tornou-se vital para que a Justiça brasileira continue ativa e preste um serviço de qualidade à sociedade, que também está se transformando e demandando cada vez mais soluções desta natureza."

O atual **presidente do CNJ** também reconhece a importância da adoção da ferramenta. "Os tempos recentes cooperaram para percebermos que os avanços tecnológicos já nos ofereciam bem mais do que imaginávamos. O fato é que a tradição nos fazia resistir ao aproveitamento de todo esse potencial. Durante a

pandemia, felizmente a tradição cedeu à inafastabilidade da jurisdição e fomos obrigados a nos adaptar à nova realidade", explicou o ministro Luiz Fux, durante a 318ª Sessão Ordinária do Conselho, realizada virtualmente.

Audiências presenciais, audiências virtuais, um sistema híbrido, quem sabe? O sistema judiciário brasileiro vai precisar encontrar um meio termo que alie o melhor dos dois mundos.

Uma proposta que se discute no meio da advocacia é a possibilidade de se realizar audiências virtuais para processos e casos que sejam de menor relevância e impacto no sistema judiciário, deixando, assim, os encontros presenciais para casos de maior pertinência e interesse jurídico. A criação de um sistema semelhante ao sistema de sustentações orais, em que o próprio advogado opta ou não pela utilização do espaço.

No entanto, existe uma questão que não pode deixar de ser considerada: a inserção do jovem advogado. Ao passo que é importante, pois é possível, realizar os despachos até de casa, de forma confortável (e barata) sem deslocamento, é preciso em refletir também que a criação de vínculos e relacionamentos entre os membros do Judiciário (juízes, promotores etc.) e os advogados é essencial para o bom funcionamento do Poder Judiciário - e que isso fica em segundo plano no ambiente virtual.

Assim, é fato que, pelo menos, é necessário garantir uma boa estrutura aos advogados, em especial os iniciantes. Nesse contexto, é vital que a Ordem dos Advogados do Brasil e suas seccionais estejam prontas para oferecer condições e infraestrutura para quem está iniciando nesta fase 2.0 da advocacia brasileira, com salas disponíveis aos advogados. Que o sistema de Justiça se adapte e continue fazendo aquilo que se espera dele: aproximando a Justiça do cidadão. Assim, o virtual deve ser um meio, e não um fim em si mesmo.

É fato que nos próximos meses estaremos, felizmente, mais perto do fim dessa pandemia, com a vacinação de boa parte da população. É o que podemos chamar de

pós-pandemia. Se não do ponto de vista sanitário, pelo menos do ponto de vista prático. Assim, em algum momento dos próximos meses o Judiciário terá de enfrentar várias discussões, como o retorno de sessões presenciais ou modelos híbridos.

Vladimir Saboia é integrante do escritório Basílio Advogados.

Revista Consultor Jurídico, 16 de agosto de 2021, 13h01

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Presidente do CNJ, Judiciário - Covid-19

Tribunais terão de instituir plano complementar de comunicação interna



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O **Conselho Nacional de Justiça** aprovou, na 90ª Sessão do Plenário Virtual, resolução que prevê a instituição do Plano Complementar de Comunicação Interna dos Tribunais.

CNJNova resolução do **CNJ** prevê que tribunais criem plano de comunicação interna

'O ato normativo foi proposto considerando as diretrizes da atual gestão do **CNJ**, em especial, o incremento da transformação digital dos serviços do Judiciário como evidente no Programa Justiça 4.0', explica a relatora do ato normativo, conselheira **Tânia Regina Silva Reckziegel**.

O texto determina que os tribunais deverão possuir canal digital de distribuição de comunicação instantânea ou assíncrona com todos os profissionais vinculados ao órgão.

Por meio dessa ferramenta será feita a divulgação interna de publicações oficiais, atos normativos, campanhas, eventos, jurisprudência e quaisquer outras comunicações de caráter institucional, assim definidos

pela política interna de comunicação. O novo canal, no entanto, terá caráter meramente informativo e complementar e não substituirá os meios oficiais de comunicação

'As mudanças implementadas nos processos de trabalho, em virtude da transformação digital, exigem canais que permitam célere e eficaz comunicação entre o corpo funcional dos órgãos do Poder Judiciário, magistrados e servidores', explica Tânia Reckziegel, que também é presidente da Comissão Permanente de Comunicação do Poder Judiciário.

Os órgãos terão 90 dias para implementação do novo canal de comunicação. 'O cerne do Plano é apenas a formalização da obrigatoriedade de os tribunais manterem canal digital de distribuição de comunicação, o que se mostra essencial ao exercício das atividades do Poder Judiciário, quer no contexto da atuação tradicional de outrora, quer no formato digital que está em processo de ampliação', afirma a conselheira.

Estratégia Nacional

A instituição do Plano Complementar de Comunicação Interna dos Tribunais está alinhada a macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o período de 2021-2026, como o que prevê agilidade e produtividade na prestação jurisdicional, aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária, visando a eficiência interna, a desburocratização, a simplificação de processos internos e a adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho. Com informações da assessoria de imprensa do **CNJ**.

0004731-34.2021.2.00.0000

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Tânia Regina Silva Reckziegel

Violência contra mulher: mutirão vai agilizar julgamentos em todo país



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Começa nesta segunda-feira (16) em todo o país, e vai até o dia 20 de agosto, a Semana Justiça pela Paz em Casa. A iniciativa é do **Conselho Nacional de Justiça**, em parceria com os tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal (DF).

O programa Justiça Pela Paz em Casa concentra esforços para agilizar o andamento de processos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher. Em especial a emissão de sentenças e decisões.

É o que explica a conselheira Tânia Reckziegel, presidente da Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis do **CNJ**: "no período, magistrados e magistradas dos tribunais de Justiça de todo o país deverão priorizar o andamento dos processos judiciais de violência doméstica, em especial, a emissão de sentenças, despachos e decisões",

Na última edição da Semana Justiça Pela Paz em Casa, em março deste ano, foram realizadas 6.027 audiências e emitidas mais de 6 mil medidas protetivas, além de

proferidas 11.195 sentenças nas 27 unidades federativas, envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher.

A conselheira Tânia Reckziegel, fala da importância de projetos como este, uma vez que a morosidade da justiça pode colocar em risco a vida da mulher que sofre violência.

"A morosidade processual representa diversos riscos à mulher vítima de violência, podendo acarretar a ineficácia do resultado final do processo e, nessa hipótese, haverá, por via transversa, a denegação da Justiça. Assim, é muito importante o empenho dos atores de Justiça, para a rápida solução dos processos que envolvem a temática de violência doméstica", disse a conselheira.

Iniciado em março de 2015, o Justiça pela Paz em Casa conta com três edições de esforços concentrados por ano. As semanas ocorrem em março - marcando o dia das mulheres -, em agosto - para celebrar o aniversário de sanção da Lei Maria da Penha - e em novembro, mês em que a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

Ouçã na Radioagência Nacional

[Clique aqui para ouvir outras notícias da Radioagência Nacional](#)

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Luiz Fux anuncia proposta de criação para vaga de representante notarial e de registro no CNJ



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Manaus - 'Minha ideia é criar, no **Conselho Nacional de Justiça**, uma vaga destinada ao representante notarial e de registro', disse o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, em conferência realizada no VII Encontro Amazonense de Notários e Registradores nesta sexta-feira (13), em Manaus. Segundo o magistrado, o **CNJ** precisa de um representante do segmento cartorário pela expertise e pela importância desta atividade no país.

(Foto: Kiko Sanches / Anoreg Amazonas)

Em seu discurso, Fux afirmou que a atividade extrajudicial funciona como uma Justiça coexistencial que contribui para a Justiça tradicional. 'O Poder Judiciário possui cinco mil comarcas no Brasil, mas também temos 15 mil cartórios. Vejam a capilaridade da atividade extrajudicial, sendo três vezes maior em comparação à presença do Judiciário nesses locais', destacou o ministro em seu discurso sobre desjudicialização, acrescentando que muitos atos podem ser solucionados em cartórios.

O presidente do STF foi convidado para participar do evento pela Associação e o Sindicato dos Notários e Registradores do Amazonas (Anoreg e Sinoreg/AM), que realizou o encontro em parceria com a Confederação Nacional de Notários e Registradores (CNR).

Presidente da Anoreg e do Sinoreg/AM, Marcelo Lima Filho, explicou que os cartórios estão presentes em todo o Amazonas, e esse fato deve ser explanado em encontros como este. 'Em cada rincão, em cada calha de rio, nós temos um cartório e um delegatário comprometido com a promoção da cidadania, combatendo o sub-registro e a irregularidade fundiária, mesmo diante das dificuldades logísticas, de telefonia e de acesso à internet. Sempre corajosos diante das dificuldades', disse Lima Filho, agradecendo à presença das autoridades e de cada tabelião e registrador no evento.

O encontro de notários e registradores teve início por volta de 15h e seguiu até a noite com quatro painéis de debates, além da conferência do ministro Luiz Fux. Entre os temas debatidos estiveram: direito à moradia e processo de regularização; atos de cidadania e desjudicialização; atos notariais eletrônicos; taxas cartorárias, entre outros. O objetivo foi reunir profissionais do segmento e debater as melhores práticas no atendimento à sociedade.

'É muito importante termos esses encontros regionais, pois promovem a união dos novos com os mais antigos, a mescla da juventude com a experiência e isso torna a classe mais forte e unida para galgar melhorias aos serviços cartorários', disse o presidente da CNR, Rogério Portugal Bacellar, mencionando a chegada de novos titulares de cartórios, aprovados em 2020 em concurso público promovido pelo Tribunal de Justiça do Amazonas (TJ/AM).

Também estiveram presentes no encontro, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Mauro Campbell, o desembargador João de Jesus Abdala Simões, representando o TJ/AM, a desembargadora Vânia Marinho, o presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam), deputado Roberto Cidade, e o deputado federal Sidney Leite e o deputado estadual Delegado Pércicles.

O VII Encontro Amazonense de Notários e Registradores foi transmitido ao vivo no canal da Anoreg/AM, no YouTube. Para assistir, acesse bit.ly/ViiEncontroLive.

CNJ

criação

Luiz Fux

ministro

proposta

registro

representante notarial

vaga

Receba as principais notícias do D24am no Telegram!

Clique e participe do nosso grupo!

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Violência contra mulher: mutirão vai agilizar julgamentos em todo país



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Começa nesta segunda-feira (16) em todo o país, e vai até o dia 20 de agosto, a Semana Justiça pela Paz em Casa. A iniciativa é do **Conselho Nacional de Justiça**, em parceria com os tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal (DF).

O programa Justiça Pela Paz em Casa concentra esforços para agilizar o andamento de processos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher. Em especial a emissão de sentenças e decisões.

É o que explica a conselheira Tânia Reckziegel, presidente da Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis do **CNJ**: 'no período, magistrados e magistradas dos tribunais de Justiça de todo o país deverão priorizar o andamento dos processos judiciais de violência doméstica, em especial, a emissão de sentenças, despachos e decisões',

Na última edição da Semana Justiça Pela Paz em Casa, em março deste ano, foram realizadas 6.027 audiências e emitidas mais de 6 mil medidas protetivas, além de

proferidas 11.195 sentenças nas 27 unidades federativas, envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher.

A conselheira Tânia Reckziegel, fala da importância de projetos como este, uma vez que a morosidade da justiça pode colocar em risco a vida da mulher que sofre violência.

'A morosidade processual representa diversos riscos à mulher vítima de violência, podendo acarretar a ineficácia do resultado final do processo e, nessa hipótese, haverá, por via transversa, a denegação da Justiça. Assim, é muito importante o empenho dos atores de Justiça, para a rápida solução dos processos que envolvem a temática de violência doméstica', disse a conselheira.

Iniciado em março de 2015, o Justiça pela Paz em Casa conta com três edições de esforços concentrados por ano. As semanas ocorrem em março - marcando o dia das mulheres -, em agosto - para celebrar o aniversário de sanção da Lei Maria da Penha - e em novembro, mês em que a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

*Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNJ - Tribunais terão de instituir plano complementar de comunicação interna



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, na sexta-feira (13/8), na 90ª Sessão do Plenário Virtual, resolução que prevê a instituição do Plano Complementar de Comunicação Interna dos Tribunais. 'O ato normativo foi proposto considerando as diretrizes da atual gestão do CNJ, em especial, o incremento da transformação digital dos serviços do Judiciário como evidente no Programa Justiça 4.0', explica a relatora do Ato Normativo n. 0004731-34.2021.2.00.0000, conselheira **Tânia Regina Silva Reckziegel**.

O texto determina que os tribunais deverão possuir canal digital de distribuição de comunicação instantânea ou assíncrona com todos os profissionais vinculados ao órgão. Por meio dessa ferramenta será feita a divulgação interna de publicações oficiais, atos normativos, campanhas, eventos, jurisprudência e quaisquer outras comunicações de caráter institucional, assim definidos pela política interna de comunicação. O novo canal, no entanto, terá caráter meramente informativo e complementar e não substituirá os meios oficiais de comunicação

'As mudanças implementadas nos processos de trabalho, em virtude da transformação digital, exigem canais que permitam célere e eficaz comunicação entre o corpo funcional dos órgãos do Poder Judiciário, magistrados e servidores', explica Tânia Reckziegel, que também é presidente da Comissão Permanente de Comunicação do Poder Judiciário.

Os órgãos terão 90 dias para implementação do novo canal de comunicação. 'O cerne do Plano é apenas a formalização da obrigatoriedade de os tribunais manterem canal digital de distribuição de comunicação, o que se mostra essencial ao exercício das atividades do Poder Judiciário, quer no contexto da atuação tradicional de outrora, quer no formato digital que está em processo de ampliação', afirma a conselheira.

Estratégia Nacional

A instituição do Plano Complementar de Comunicação Interna dos Tribunais está alinhada a macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o período de 2021-2026, como o que prevê agilidade e produtividade na prestação jurisdicional, aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária, visando a eficiência interna, a desburocratização, a simplificação de processos internos e a adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Tânia Regina Silva Reckziegel

Mutirão quer agilizar julgamentos relacionados à violência doméstica no Brasil



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Começou nesta segunda-feira (16) em todo o País e vai até sexta-feira (20), a Semana Justiça pela Paz em Casa. A iniciativa concentra esforços para agilizar o andamento de processos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher. Em especial a emissão de sentenças e decisões. O programa é do **Conselho Nacional de Justiça**, em parceria com os tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal (DF).

"No período, magistrados e magistradas dos tribunais de Justiça de todo o país deverão priorizar o andamento dos processos judiciais de violência doméstica, em especial, a emissão de sentenças, despachos e decisões", explica a conselheira Tânia Reckziegel, presidente da Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis do **CNJ**.

Na última edição da Semana Justiça Pela Paz em Casa, em março deste ano, foram realizadas 6.027 audiências e emitidas mais de 6 mil medidas protetivas, além de

proferidas 11.195 sentenças nas 27 unidades federativas, envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher.

A conselheira fala da importância de projetos como este, uma vez que a morosidade da justiça pode colocar em risco a vida da mulher que sofre violência: "A morosidade processual representa diversos riscos à mulher vítima de violência, podendo acarretar a ineficácia do resultado final do processo e, nessa hipótese, haverá, por via transversa, a denegação da Justiça. Assim, é muito importante o empenho dos atores de Justiça, para a rápida solução dos processos que envolvem a temática de violência doméstica".

Iniciado em março de 2015, o Justiça pela Paz em Casa conta com três edições de esforços concentrados por ano. As semanas ocorrem em março - marcando o dia das mulheres -, em agosto - para celebrar o aniversário de sanção da Lei Maria da Penha - e em novembro, mês em que a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Governadores divulgam nota em defesa de ministros do STF



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Governadores de 13 estados e do Distrito Federal divulgaram nota, nesta segunda-feira (16), em defesa do Supremo Tribunal Federal (STF).

O grupo manifestou solidariedade "aos seus ministros [da Corte] e às suas famílias, em face de constantes ameaças e agressões". "No âmbito dos nossos estados, tudo faremos para ajudar a preservar a dignidade e a integridade do Poder **Judiciário**. Renovamos o chamamento à serenidade e à paz que a nossa Nação tanto necessita", afirmaram os chefes de Executivos estaduais no manifesto.

Em outro trecho do documento, os governadores destacam que "o Estado Democrático de Direito só existe com **Judiciário** independente, livre para decidir de acordo com a Constituição e com as leis".

Na lista dos signatários estão os governadores Renan Filho (Alagoas), Waldez Goés (Amapá), Rui Costa (Bahia), Camilo Santana (Ceará), Ibaneis Rocha (Distrito Federal), Renato Casagrande (Espírito Santo), Flávio Dino (Maranhão), João Azevedo (Paraíba), Paulo Câmara (Pernambuco), Wellington Dias (Piauí), Fátima

Bezerra (Rio Grande do Norte), Eduardo Leite (Rio Grande do Sul), João Dória (São Paulo) e Belivaldo Chagas (Sergipe).

O manifesto foi divulgado após mensagem publicada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, no último sábado (14), no Twitter. Bolsonaro disse que pretende apresentar pedidos de impeachment contra os ministros Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes, nesta semana.

Leia a íntegra da carta:

"NOTA PÚBLICA DOS GOVERNADORES EM SOLIDARIEDADE AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Os Governadores, que assinam ao final, manifestam a sua solidariedade ao Supremo Tribunal Federal, aos seus ministros e às suas famílias, em face de constantes ameaças e agressões.

O Estado Democrático de Direito só existe com **Judiciário** independente, livre para decidir de acordo com a Constituição e com as leis.

No âmbito dos nossos Estados, tudo faremos para ajudar a preservar a dignidade e a integridade do Poder **Judiciário**. Renovamos o chamamento à serenidade e à paz que a nossa Nação tanto necessita.

Brasília, 15 de agosto de 2021.

Assinam esta carta:

RUI COSTA, Governador do Estado da Bahia

FLÁVIO DINO, Governador do Estado do Maranhão

PAULO CÂMARA, Governador do Estado de Pernambuco

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo

EDUARDO LEITE, Governador do Estado do Rio Grande do Sul

CAMILO SANTANA, Governador do Ceará

JOÃO AZEVÊDO, Governador do Estado da Paraíba

RENATO CASAGRANDE, Governador do Estado do Espírito Santo

WELLINGTON DIAS, Governador do Estado do Piauí

FÁTIMA BEZERRA, Governadora do Estado do Rio Grande do Norte

RENAN FILHO, Governador do Estado de Alagoas

BELIVALDO CHAGAS, Governador do Estado de Sergipe

IBANEIS ROCHA, Governador do Distrito Federal

WALDEZ GOÉS, Governador do Estado do Amapá

Pedido

O presidente Jair Bolsonaro voltou a dizer ontem que levará ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, um pedido para que instaure um processo contra os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso. Esse último também é presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O Artigo 52 da Constituição Federal prevê que é competência privativa do Senado processar e julgar os ministros do STF, os membros do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e do Conselho Nacional do Ministério Público, o procurador-geral da República e o advogado-geral da União nos crimes de responsabilidade.

Ruptura

"Todos sabem das consequências, internas e externas, de uma ruptura institucional, a qual não provocamos ou desejamos. De há muito, os ministros Alexandre de

Moraes e Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, extrapolam com atos os limites constitucionais", afirmou o presidente na publicação. De acordo com Bolsonaro, "o povo brasileiro não aceitará passivamente que direitos e garantias fundamentais (art. 5º da CF), como o da liberdade de expressão, continuem a ser violados e punidos com prisões arbitrárias, justamente por quem deveria defendê-los".

Luto

O empresário e engenheiro Jorge Prado Leite, 95 anos, morreu neste domingo (15), de causa natural. Ele deixou três filhos: Ivan, Marcelo e Adriana. O também engenheiro Ivan Leite comunicou a morte do pai pelo Facebook: "Guerreiro repousou. Perseverante sempre, assim foi meu pai ao longo de batalhas simples e das mais importantes pela vida. Partiu!!!". O sepultamento do corpo de Jorge Leite ocorreu às 16 horas deste domingo, no Cemitério Colina da Saudade, em Aracaju.

Empreendedor

Jorge Prado Leite fundou a Companhia Sul Sergipana de Eletricidade (Sulgipe), que abastece 12 municípios sergipanos e dois da Bahia, e implantou as rádios Esperança, em Estância, e a Rádio Jornal, em Aracaju. Ecologista, ele foi responsável pela preservação da maior reserva de Mata Atlântica de Sergipe, localizada no município de Santa Luzia do Itanhy

Artur Reis

Também morreu no final de semana o ex-deputado e ex-prefeito de Lagarto, Artur de Oliveira Reis, 94 anos. O ex-deputado federal Sérgio Reis se despediu do avô: "O legado do meu avô vai além da política. Ele deixa virtudes que orgulham os lagartenses, e sempre será reconhecido por isso", destacou Sérgio neste domingo, dia do sepultamento. Sérgio fez questão de lembrar que Artur Reis se tornou referência em caráter para o povo de Lagarto. "Um homem religioso dedicado à família, aos amigos e com um senso de compromisso inigualável. É natural que um homem com esse caráter, esse espírito inspirasse todos à sua volta, sejam filhos,

netos, amigos a continuar seu trabalho, que era o de fazer Lagarto desenvolvida, progressista, com oportunidades, principalmente para os mais pobres", disse.

Homenagens

Artur Reis faleceu neste em decorrência de causas naturais. Seu corpo foi velado inicialmente na Assembleia Legislativa de Sergipe, onde recebeu diversas homenagens da Casa na qual foi deputado por quatro mandatos, para depois seguir para o município de Lagarto, onde, nesta manhã, saiu em cortejo da Fundação José Augusto Vieira, no bairro Cidade Nova, até o Cemitério Nosso Senhor do Bonfim. Ele era pai do ex-prefeito de Lagarto e ex-deputado federal Jerônimo Reis e da deputada estadual Goretti Reis (PSD) e também avô do deputado federal Fábio Reis.

Protestos

O Dia Nacional de Luta do Serviço Público contra a Reforma Administrativa vai coincidir com a greve nacional unificada dos Correios. Será uma data marcada por protestos em todo o País. Em Sergipe, a manifestação vai sair do Centro de Aracaju, às 15h. A concentração será na Praça General Valadão de onde as trabalhadoras e trabalhadores seguirão em caminhada. Pela manhã, às 8h, o SINTESE fará protesto no Palácio dos Despachos.

Ataques

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT/SE), Roberto Silva, alertou que o cenário é de forte ataque à classe trabalhadora. "A bola da vez é o processo de privatização e entrega dos Correios à iniciativa privada e de desmonte do serviço público como a sociedade atualmente conhece". Roberto destacou que a população com menor renda será a principal prejudicada, pois é a usuária dos serviços públicos. "O Brasil precisa do serviço público. Queremos construir um dia de luta para mostrar como a população será ainda mais prejudicada com a Reforma Administrativa. Os Correios é uma empresa pública

importante para a logística do serviço público em todo o País. É uma empresa lucrativa. Não faz sentido vender, dilapidar este patrimônio. Como ficará a população? Como ficarão as famílias dos 100 mil trabalhadores dos Correios?", reforçou Roberto Silva.

Praia do Saco

A 7ª Vara Federal de Sergipe - Subseção Judiciária de Estância informa que as Ações Cíveis Públicas (ACPs) referentes à Praia do Saco (Boa Viagem) passarão por audiências de **conciliação** nos dias 2, 3, 8, 9, 10 e 15 de setembro e entre os dias 4 e 8 de outubro. As partes interessadas terão a oportunidade de negociar com o Ministério Público Federal (MPF) uma solução amigável para o processo, de acordo com a realidade de cada caso. As audiências serão realizadas pelo Centro de **Conciliação** (Cejusc) da Justiça Federal em Sergipe (JFSE), por meio da plataforma virtual Google Meet. O agendamento de datas e horários será informado nos respectivos autos. Para tornar os trabalhos mais produtivos, sugere-se que as partes desde logo iniciem as conversações com o MPF, conforme contatos e outras instruções disponibilizadas em cada processo.

Sede

O prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira, conheceu o projeto para construção da nova sede da Polícia Federal em Sergipe em reunião com o superintendente do órgão. O prédio da PF será erguido pelo órgão federal, com investimento aproximado de R\$ 40 milhões, no bairro Coroa do Meio, zona Sul, em um terreno cedido pela Prefeitura. Ao conhecer o projeto arquitetônico, que tem previsão para ser iniciado no final do próximo ano, Edvaldo destacou que o edifício "será de extrema importância para a cidade". O projeto da sede administrativa da PF em Sergipe contará com uma área total de 12.773,11 metros quadrados.

Indicação

O deputado estadual Iran Barbosa, do PT, apresentou, na Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese), a Indicação nº 446/2021, dirigida ao governador do

Estado, Belivaldo Chagas, solicitando-lhe que seja realizado estudo de viabilidade para a definição da atualização do limite do valor de veículos automotores a serem contemplados com a isenção de ICMS, quando adquiridos por pessoas com deficiência, em conformidade com a Lei 14.183/2021, que aumentou o limite do teto de isenção de IPI para o público PcD, que passou de R\$ 70 mil para R\$ 140 mil.

Atualização

De acordo com o parlamentar, essa atualização se faz necessária tendo em vista o crescente aumento ocorrido no preço dos automóveis e a impossibilidade de as pessoas com deficiência encontrarem veículos adequados com preço abaixo do atual limite de isenção, que, no estado de Sergipe é, até o momento, R\$ 70 mil. "É preciso a atualização do valor de isenção de ICMS para o público PcD e, por tratar-se de imposto de competência estadual, é necessário que tal alteração seja discutida por esta Assembleia Legislativa, após o envio de proposta pelo governador do Estado, para que assim seja efetivada a alteração do limite, a exemplo do ocorrido com a nova lei federal", explicou Iran Barbosa.

Com agências

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Conciliação

Tribunal de Justiça reconhece multiparentalidade e autoriza registro com dois pais



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

16 de agosto de 2021 16:59

? Ensaio fotográfico com recém-nascidos - Foto: Breno Esaki/Agência Saúde DF

Tribunal de Justiça reconhece multiparentalidade e autoriza registro com dois pais

Os desembargadores da 2ª Câmara de Direito Privado do TJ-SP afirmaram que o conceito de 'família' sofreu diversas modificações com o decorrer dos anos no Brasil e é necessário considerar a existência de novas configurações familiares, ainda que a legislação não preveja.

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) reconheceu nesta segunda-feira (16) a multiparentalidade e determinou a alteração no registro de nascimento de uma criança para que conste o nome dos dois pais: o biológico e o afetivo.

Os desembargadores da 2ª Câmara de Direito Privado

afirmaram que o conceito de 'família' sofreu diversas modificações com o decorrer dos anos e, nesse sentido, é necessário considerar a existência de novas configurações familiares, ainda que a legislação brasileira não as preveja.

'Não se pode ser ignorado o princípio do melhor interesse da criança, sendo que no presente caso a manutenção do pai registral e a inclusão do pai biológico trará benefícios ao menor, tendo em vista a boa convivência entre as partes', afirmou a sentença.

A decisão aconteceu após uma ação movida pela Defensoria Pública de São Paulo na 2ª instância, a pedido da mãe da criança.

Segundo a defensoria, Luiza e João tinham terminado o relacionamento quando ela descobriu estar grávida. Poucos meses depois, ela começou a namorar Pedro, que escolheu assumir a paternidade daquela criança, e a registrou o bebê no nome dele logo após o nascimento.

Após o resultado do teste de DNA que comprovou o vínculo biológico, João passou a também cuidar da criança, realizando visitas e ajudando na criação do bebê.

Pela boa relação que os dois possuem com a criança, Luiza procurou a Defensoria Pública para que fosse formalizada no registro de nascimento da criança a paternidade biológica de João, sem excluir a paternidade afetiva de Pedro, que já havia sido reconhecida.

Os dois pais biológicos estavam de acordo com a alteração - o único pedido de Pedro era para que a criança levasse também o sobrenome dele.

Tribunal de Justiça de São Paulo e a Catedral da Sé, no centro da capital paulista - Foto: Fernando

Fernandes/Agência Estado

A Defensoria Pública pediu então à Justiça o reconhecimento da mutiparentalidade, a homologação do acordo de reconhecimento de paternidade e a retificação do sobrenome da criança.

Porém, na 1ª instância judicial a juíza não reconheceu esse direito e não homologou o acordo, determinando que fosse excluído o nome do pai que havia registrado a criança para inclusão do nome do pai biológico.

A decisão fez a Defensoria Pública recorrer ao TJ-SP, apontando que já há diversas decisões que reconhecem a pluriparentalidade e a paternidade socioafetiva no Brasil, havendo entendimento favorável no **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e no Supremo Tribunal Federal (STF).

Os defensores públicos também argumentaram que 'os princípios do melhor interesse da criança devem nortear a decisão, já que ambos os pais exercem seus papéis, todos de vital importância no desenvolvimento e na vida da criança'.

'Impor à criança o estilo de família matrimonializada não só representa um retrocesso, como também afronta às valorosas conquistas alcançadas com o passar do tempo. (?) A criança ainda poderá contar com outras vantagens, como a inclusão em planos de saúde e planos previdenciários e poderá pleitear alimentos dos dois pais, tendo alcance, inclusive, para efeitos sucessórios', afirmou a Defensora Pública Carolina Lot da Silva Nunes, que apresentou o recurso ao TJ-SP.

Também atuaram no caso a Defensora Dione Basílio Ribeiro, em 1ª instância, e o Defensor Adriano Elias Oliveira, do Núcleo de Segunda Instância e Tribunais Superiores.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Semana Nacional de Conciliação

Em seguida ele faz o agendamento para comparecer à nossa sede na avenida crucificado lugar pra fazer o o a credencial.

Olha quem está com algum processo na justiça pendente pode resolver a partir de hoje na semana nacional de **conciliação**.

São processos na vara da família do consumidor.

O Mateu Sampaio ao vivo tenho informações pra gente sobre como participar já está posicionado pra bater esse papo com a gente Mateus boa tarde quem tem interesse em resolver né algum desses processos qual é o primeiro passo que com essa pessoa deve fazer.

Boa tarde Pedro pra você e pra todo mundo que está acompanhando o Wayne é um primeiro tem que entrar no site do tribunal de justiça de Pernambuco dáblío dáblío dáblío ponto TJ ponto BR.

Ponto jus ponto BR ela tem todas as informações porque as inscrições.

Vão até o dia dez de setembro quem está com a gente é a juíza Carina Aragão que a juíza de **conciliação** do TJ pé tudo bem doutora boa tarde tudo bem Mateus boa tarde Pedro boa tarde a todos os telespectadores do do NT vinho.

Quando as pessoas entrarem no site do TJ perto em todas as informações mas o que é que elas precisam saber a respeito dessa semana de **conciliação**.

Pra poder em a seguir com essas orientando então estamos nos aproximando da décima sexta edição da semana nacional de **conciliação**.

Aqui é uma campanha anual.

Promovida pelo conselho nacional de justiça em parceria com todo por de **judiciário** com todo por o **judiciário** de todo o país durante essa essa campanha

ela tem a finalidade de é é fomentar de incentivar.

A **conciliação** a cultura da **conciliação** tem que lembrar que não precisa vir até o Tejo até o TJ ao fórum desembargador Rodolfo Aureliano pra fazer essas inscrições.

Perfeitamente em Mateus as inscrições elas podem ser feitas por qualquer interessado seja ele pessoa física ou jurídica ela vai ser feita na página do tribunal o TJ pé ponto jus ponto BR.

Ela vai ter um ícone concilie.

E onde será dispor está disponibilizado um formulário online.

Que a parte interessada deverá preencher com seus dados e do ido com os dados da pessoa em face de quem quer promover o acordo quando é que vai acontecer a semana de **conciliação** pra essas pessoas.

Que vão se inscrever que devem se inscrever até o dia dez de setembro.

A semana nacional da **conciliação** este ano ela ocorrerá entre os dias oito a doze de novembro.

Qual a importância também dessa semana doutora Carina pra desafogar um pouco essas varas que já tem tantos processos apesar de muitos já serem eletrônicos né mais importância para desafogar e conseguir andar com ela.

Conciliações então Mateus a solução é construída em conjunto com as partes envolvidas no conflito não é aquelas que têm os interesses envolvidos no conflito.

Ela ela é a que mais é traz resultados tanto para os jurisdicional do que consegue chegar a bom termo em relação ao seu problema como também desafogar as varas.

Do poder **judiciário** né por promovendo maior celeridade no andamento e na resolução de uma demanda pois é.

Quem é que fica no meio dessa **conciliação** quem é essa figura principal que vai tentar resolver esse conflito entre as duas partes então a figura principal é a do conciliador.

Ou a do mediador não é que são no âmbito do tribunal de justiça de Pernambuco são servidores que foram capacitados e certificados pelo conselho nacional de justiça com as técnicas apropriadas para é trabalhar nessas sessões.

Por quanto tempo acontece essa **conciliação** porque às vezes o interesse é é muito difícil de resolver e tem que conversar bastante então o tempo ele ele é ele é variável não é.

Existem acordos que podem de é uma uma o tempo médio é de trinta minutos mas inclusive não é o caso da semana nacional da **conciliação** em que todas as sessões só pode acontecer durante esse período.

Mais de um modo geral uma audiência de **conciliação** ela pode ser marcada pra uma segunda para uma terceira sessão de resolver até se resolver.

Certo então a gente vai continuar conversando sobre esse assunto daqui a pouco até para saber a homologação quem é que dá a homologação é feita por um juiz.

Porque o acordo homologado ele é uma sentença não é um título ele é judicial prefeito doutor Carina muito obrigada Wil por enquanto aqui daqui a pouco a gente vai voltar pra falar ainda sobre essa semana nacional de **conciliação**.

Pra falar quais são os casos que podem ser resolvidos durante essa semana nacional de **conciliação** lembrando que as inscrições vão até o dia dez de setembro.

E a semana vai um pouquinho mais pra frente daqui a pouco quando a gente voltar eu dou exatamente quando vai ser essa semana nacional de **conciliação** do doutor até daqui a pouco viu porque nem quem é Pedro Valdo que você combinado bater em você até já.

E olha gente nesta semana comemorado o dia do estagiário estúdio é uma oportunidade por estudante se preparar pro mercado de trabalho.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Conciliação

Cerca de 100 mil crianças registradas sem pai no 1º semestre

O número de crianças registradas sem o nome do pai está crescendo no Brasil.

Só no primeiro semestre desse ano foram quase cem mil certidões de nascimento com esse espaço importante em branco.

Na maior maternidade cem por cento sul do país em Belo Horizonte nem toda mãe tem o parceiro do lado nesta hora tão importante de cada dez mulheres que dão à luz aqui três não tenho marido ou companheiro e acabam registrando o filho sem o nome do pai.

Com a pandemia isso aumentou bastante o número de mães solo né geralmente são mulheres mais vulnerabilidade das é com ensino médio.

Um completo ou ensino fundamental muitas estão desempregadas ele tem muitas mulheres também que acabam assumindo o cuidado desse bebê porque os pais estão privados de liberdade segundo a associação de registradores de pessoas naturais.

O percentual de crianças com apenas o nome da mãe na certidão de nascimento vem aumentando de quatro anos pra cá eram cinco e meio por cento no primeiro semestre de dois mil e dezoito passou para cinco vírgula nove por cento no mesmo período de dois mil e dezenove.

Chegou a seis por cento no ano passado e já são seis vírgula três por cento nos primeiros seis meses deste ano são quase cem mil crianças nascidas entre janeiro e junho de dois mil e vinte um.

Sem o nome do pai no documento quando esse espaço da filiação fica parcialmente em branco na certidão um direito da criança está sendo desrespeitado sem esse vínculo formal com o pai fica mais difícil ter acesso como beneficiário.

Há planos de saúde a heranças ir até.

A pensão alimentícia uma medida do **Conselho Nacional de Justiça** permite que cartórios façam de graça o reconhecimento de paternidade de forma rápida e amigável para foder os documentos da pressão sobre o que para reconhecer a criança.

Vai pedir a documentação também da criança né vai analisar está dando tudo certo assina pego a concordância da mãe se possível no mesmo momento você não pode ser em momento posterior ou a concordância do filho maior capaz.

E já está pronto a maior alegria do Caio chegou ontem à noite.

Pai de primeira viagem ele fez o registro na maternidade mesmo e o David Luca não ganhou só um sobrenome mas um parceirão pra toda vida doutor.

Muito ansioso.

Pra ver o que que vai ser daqui pra frente o que que o David vai se tornar é meu filho não é da melhor educação possível ser um homem de bem que tem respeito com o próximo aqui.

Sonha alto infeliz também é muito importante ter o nome do pai na certidão de nascimento pro pai pra mãe especialmente pra criança.

Um estudo do ministério da saúde vai mapear a cobertura vacinal de crianças de três e quatro anos em todas as capitais do Brasil.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Violência contra a mulher: O que falta ser feito?

Colar.

A lei Maria da Penha completou nesse mês quinze anos.

É considerado pela ONU uma das melhores do planeta nesse tema.

Mas no Brasil a violência doméstica assim como racismo tem caráter estrutural.

Aliás esses dois problemas costumam andar juntos.

Desde que entrou em vigor a lei Maria da Penha já foi alterada algumas vezes e atualmente cerca de duzentos projetos em análise na câmara propõe outros ajustes a maioria deles voltados a endurecer a punição contra os agressores.

Expressão nacional pergunta o que falta ser feito.

Eu recebo.

Hoje a procuradora da mulher da câmara deputada Tereza Nelma do PSDB de Alagoas.

Carolina horas diretora do instituto as mina.

A deputada Sílvia Cristina do PDT de Rondônia e Gabriele lançou o promotor de justiça do ministério público do estado de São Paulo que deve entrar daqui a pouquinho na nossa sala.

Senhoras muitíssimo obrigada por terem aceitado nosso convite para essa expressão nacional os pessoa nacional eu vou dizer até diferente do que acontece no momento entre os pensando nacional cem por cento feminino isso é muito bom pra gente na semana passada.

É eu conversei com a psicóloga Giane Cristina de Sá.

Que é idealizador do projeto suporte esse projeto da

sua dar apoio a mulheres vítimas de violência ou em relacionamentos abusivos.

Esse trabalho é desenvolvido aqui no Distrito Federal e o setor chamado cidade estrutural onde vivem cerca de quarenta e cinco mil pessoas uma região um setor bem carente aqui dos títulos federal.

Eu vou pedir para colocar no ar uma breve avaliação que a Jane faz sobre a lei Maria da Penha vamos assistir.

Bom com relação à lei da um a lei Maria da Penha.

É era importante é que têm ganhos né eu acho que a lei Maria da Penha ela tenha marcado.

É bem é outros ou outras situações de violência que não há violência física como por exemplo a violência psicológica eu acho que é um ganho importante é uma lei quer basicamente punitiva é.

Não existe esse impacto mesmo é tanto na reincidência de crimes né eu não o comportamento tanto do agressor quanto da vítima.

Não existe assim um tratamento por agressor que muitas vezes cresceu em live violento.

Vejam bem eu não estou justificando né e e se for pra ter argumento sobre essa questão da violência doméstica hoje de relacionamentos abusivos com o topo.

Eu o usaria até uma questão que é objetivamente ação da mulher né então essa objetividade são ela vem de muito tempo até por parte da mídia.

Qualquer comercial propaganda assim já tem um bom tempo isso eles utilizam o corpo da mulher.

Então assim e a mulher ela se produz ela se prepara para o homem então aonde vazamento moral ao

esvaziamento do sentimento onde realmente o homem.

Na nossa sociedade machista patriarcal ele olha pra mulher como objeto então você é um objeto ele pode usar e ele pôs fazer o que quiser com a mulher.

Não justifica mas eu acredito que traz novas reflexões né pra gente pensar sobre isso também.

Não é sobre essa importância desse comportamento sexual hoje.

Tempo todo Silva Cristina eu seja muito bem vindo à expressão nacional eu começo com a senhora deputada a Giane ela fala no vídeo dela entre outras coisas que na avaliação dela a lei Maria da Penha ela é uma lei basicamente punitiva.

Sem impacto na reincidência ou não mudança de comportamento tanto do agressor quanto da última a senhora concorda com essa avaliação.

Esse é meu prazer é estar falando com Steve para cumprimentar todas as as parceiras estão aí deputada Tereza Nelma Carol é sempre motivo de alegria abraço ou algo assim.

É a punição ela tem que fazer parte até que nós tínhamos um entendimento.

Disse te para setor público masculino agressor é e o senhor é o que vai realmente intervir pra que possa ter um resultado melhor e há alguma maneira os lugares especialmente.

Mas ainda sei falar.

É de agressão violência doméstica pra nós temos que terminar isso com o meio ambiente.

Eu vou dizer pra não ser o acompanhamento psicológico hoje dessas vítimas é algo que ele teve de se ler mas realmente a sério porque as marcas.

Elas ficam pra sempre na maioria de algumas e nós

precisamos é desse tipo de atendimento profissional se coloca se aqui África a qual muitas são submetidas à muito tempo.

E não se falar é claro falamos há em punição mais estudado de fármacos.

Boa parte desses agressores que muitas vezes.

Sabe o que bateram mas te amo mas sim amo ela mais queria uma violenta então de que maneira nós podemos três entendido então que ela falou é claro a gente tem esse entendimento assim a necessidade as leis.

Como você mesmo fez a aventura ainda nossa mas se passando não existem outras leis ou brasileiras para que seja bem mais punitiva ainda mais essas vertentes.

Sem dúvidas elas têm que ser levadas a conta pela estamos lidando com seres humanos nós estamos lidando com um burro Bulhões de sentimentos.

Pra quem de fato nós possamos ajudar nós dois nos acalantar mas também é por último ainda faz se as punições que infelizmente alguns casos elas são realmente necessárias.

Obrigado doutora de Paula Tereza Nelma quando falei sobre o vídeo depoimento da Giane.

Cara nós temos um gatinho passando tempo com ele alegando vídeo é a gente fala também da objetiva ficar são da mulher.

Ela comenta que a mídia a história bastante isto nem eu diria que sobretudo em propagandas em na parte de entretenimento telenovelas e tal e aí ela foi de novo.

A mulher b é vendida como objeto e serão objeto ou objetos se pode fazer.

Tudo quase tudo né apesar de que quando a gente é criança mas diz olha tem que cuidar dos seus brinquedos estão até os objetos.

Tem ser bem tratados bem cuidados acho que concorda com essa avaliação não é com essa opinião da Giane em relação a esse ponto.

Ah olá olá a tua gravata não sei Maristela muito prazer estar aqui junto com vocês minha querida colega e a cera é uma grande companheira deputada SP Cristina.

Sabe que eu tenho uma grande parceria a você Carolina estar aqui daqui junto com a agenda uma jovem que muito vai nos ajudar de como nós podemos melhorar a lei Maria da Penha no nosso país.

Na sua operacionalização.

É e a nossa querida promotora doutora Gabriela Mansur né que ainda vai entrar olha eu concordo sim apesar de que tínhamos o custeio tem diminuído.

Nada na mídia principalmente na televisão essa questão dessa missão dessa mulher.

Não é dessa massificação não passar o próximo o bastante para no outro século próximo passado existiam mas a televisão essa coisa toda.

Tem diminuído agora sobre essa questão da lei Maria da Penha você só cognitiva ela não é ela protege.

E também ter suas ações de punição só que nós vivemos no país.

Está certo em que não se faz a prevenção e que não mas há as campanhas são necessárias então esse efetivas.

Para divulgação e conscientização e mudança de cultura machista para passear cá o que é muito forte em nosso país.

Então nós precisamos mudar essa lógica.

Está de de como nós podemos trabalhar melhor com a lei Maria da Penha eu tenho depois que eu assumi com o procurador.

E feito exatamente a Estela entende preocupar bastante por quê.

Ao pra onde vai essa mulher.

Qual o destino dessa mulher lá na procuradoria nós recebemos uma faixa de cento e setenta e denúncias dois b três pra cá e eu fiz uma pergunta ao assumir.

Pronto onde estão agitando as mulheres qual foi o destino nelas.

Então eu concordo nesse aspecto com a Jane que tal falta gente fazer essa retirada propriamente funcionar como círculo.

Começo meio e fim e a gente fazer com que essa mulher não se perca.

Dentro dessa dessa situação aqui pra nós era necessário assim a punição mas é necessário também a educação.

Dou a reeducação do agressor e como também no destino desta mulher mas tenho mercado de trabalho pra ela.

Vai ter segurança pra ela proteção pra ela não se lhes der esse é um grande engano estão que nós estamos enfrentando é.

Na questão da lei Maria da Penha quinze anos.

Quais os avanços houve avanço sim eu digo até Maristela que houve avanço de Carolina na arte muito mais legislativa.

Do que a sua operacionalidade.

Porque se você pode ficar com essa rede funciona eu acredito cada mas não imaginaram.

O que você fosse.

Vai por a busca das delegacias mantas nós temos no país.

Trezentos e oitenta e um era delegacias que atende a mulher.

Quando você vai para o poder **judiciário** cento e trinta e oito varas.

Especializadas da mulher ali está a família e crianças e adolescentes que estrutura é essa e aí marido eu já fiz reunião no **CNJ** eu tenho uma agenda chá.

Lá no **CNJ** discutindo pega contando vocês têm um plano de implementação dessas varas.

Tenho discutido com o ministério da justiça.

Qual é o plano pra mais delegacias pra mim e fique à vontade insegura ao encontrar uma mulher com olho roxo ou alguma marca e o dizer diga pra ela vai derretendo dia.

Ela denuncia a casa abrigo funciona atende os filhos dela deputado.

É vamos vamos falar de desses desses pontos mais boquinha frente eu queria ouvir agora a Carolina.

A jornalista Carolina onze Carolina seja muito bem vinda aos que são nacional Carolina o instituto as mina trabalhou em conjunto com outras organizações da sociedade civil vamos até a meta das propostas em tramitação na câmara e no senado.

Na cama dessas quase duzentas propostas que eu mencionei na abertura do programa eu queria que vocês ficassem rapidamente o que é o instituto as Lina e o que que esse levantamento indica.

Em relação aos problemas que nós já colocamos aqui o que a Jane falou que as duas parlamentares falar.

Legal é um insulto a mina é um instituto que usar jornalismo tecnologia e informação.

Para lutar é com ultravioleta contra a mulher e pela desigualdade e contra a desigualdade de gênero é.

A gente então tem dois projetos que eu sentaria aí três projetos na verdade que eu estaria como centrais nesses temas que a gente tá falando agora ou elas no congresso que é esse mapeamento de e avaliação.

Da de todos os projetos que envolvem gênero que estão no congresso nacional o aplicativo penhas que é de ajuda direta a mulheres situação de violência de formação de rede de mulheres que querem ajudar mulheres em situação de violência.

E o mapa das delegacias da mulher que vai mapear e é verificar a qualidade do atendimento às mulheres nas delegacias.

E todos esses projetos eles estão aí muito em linha com o que a deputada Tereza é fita.

E por que porque se vamos falar sobre elas no congresso então é um a cada três projetos de lei que tenta alterar a lei Maria da Penha que é uma lei assim.

Aqui é a tática completa que vai base do da punição.

É para com a novidade começando a conscientização chegando na punição e depois tentando é re.

A tentando ajudar essa mulher que sofreu a violência a questão é hoje o executivo está muito focado no meio da comissão o congresso não tentem não tem fiscalizado.

É o as outras as outras é colocar as outras partem da lei com é exigido do executivo que te coloque ali da prática e além de tudo isso.

Os pellets que são criados é focam na punição do agressor então.

É a lei é completa mas não está sendo executado nem pelo executivo nem cobrada pelo congresso e quando o

congresso vai pensar em alterar a lei.

Ele pensa em alterar na avaliação das organizações do elas no congresso e do instituto as minas para pior porque porque ele só foca.

Não punitiva mesmo que apenas um dos lados aí uma das soluções que a violência doméstica já é precisa então assim um a cada três pelas foco na punição.

Nove é então vamos vamos também tem fi é é desculpa nove sua opção em penalização ao homem oito.

São só oito são focados em conscientização então a ser indicada setenta e cinco projetos criados em dois mil e dezenove só oito são focadas de conscientização.

E eu.

Isso mostra pra que lado eu não sou o congresso tem ido aí quando a gente fala em soluções pra violência contra mulher é a lei diz pra essa questão da da.

Da delegacia a gente fez um levantamento ano passado.

É falando aqui.

Seria o áudio já existem hoje só quinze por cento são vinte quatro horas.

Então você tem mesmo uma uma desprestígio desprestígio da da execução das políticas públicas.

Dos serviços pelas mulher.

De uma falta de concentração dos servidores que estariam aí pra ajudar essas mulheres.

E hoje também a gente está é publicando da em breve no nosso.

No nosso site que é de jornalismo um levantamento que mostra a execução de políticas de das verbas de política pública para as mulheres no congresso no

Brasil.

E mostrando como o governo Bolsonaro é vem deixando de executar essas verbas que estão já estão aprovadas pelo congresso nacional.

E que deixam a área por exemplo para as casas da mulher brasileira que estão equipamento completo íntimas com o acolhimento pras mulheres do início ao fim do processo de de saída.

De um de um relacionamento abusivo violento mas que estão hoje em sua maioria financiada da pena.

Pelas cidades quando existem e quando são financiadas por que não estão absolutamente sucateadas.

Muito obrigado pelo ele entrou num ponto da deputada que a gente quer tratar um pouquinho mais à frente que a questão do financiamento disso né do da destinação de recursos públicos pra isso agora ela ela é a toca em dois num ponto que é muito importante.

Aqui é a falta de fiscalização pelo congresso nacional mostra mencionou que tem ido ao **CNJ** tem buscado saber o que que está acontecendo.

E assim como a Caroline as pessoas que estão participando do programa elas vão na mesma linha elas diz o seguinte ó.

A Flávia musa ela partida pelo tubo ela disse percebe o que falta mais agilidade na aplicação dos mecanismos de defesa da mulher.

As leis ainda sou o que que cílios demais com os agressores.

Falta mais agilidade na aplicação deste mecanismo ela volte a dizer o na São Paulo é muito importante participação nenhum homem o programa nele disse de ter debaixo necessária urgente a pandemia escancarou.

O aumento dos casos de violência contra mulher

crianças e idosos tempo ainda vai a linha né.

E a Roberta Cristina passos ela disse concordo totalmente que a existência de estruturas que realmente funciona é fundamental para a eficácia da lei Maria da Penha.

O fim Ana Maria diz o seguinte lei não implementa políticas públicas isso é.

Fundamental na campanha de conscientização e formação trabalhar as crianças e adolescentes piores.

Então tanto para Carolina quanto os nossos telespectadores eles estão com dois pontos né a questão da fiscalização.

Da de fiscalização da implementação e da responsabilidade do congresso nacional nacional na fiscalização da implantação dessas políticas eu queria ouvi la em relação a isso.

Mas se ela está sempre algo para vestir.

Ah veja só os é tudo o que foi colocado aí está certa.

É pertinente está certo sim porque falo assim as fiscalização e do tempo dando lá na procuradoria junto com toda equipe fazer um levantamento.

Aquilo que realmente existe nessa noite.

Fazendo um levantamento que diariamente lado de alguns encontram é sairia da cadeia nossa fiscalização.

Tem toda razão Carolina está em nós precisamos mudar essa realidade.

Quanto à questão do financiamento nós incluímos junto ao relator da Id o uma demanda muito diga.

Aqui é a questão do orçamento da mulher não existe.

Nos orçamentos do Dudu do país nem no Distrito Federal específico da mulher essa iniciativa já existente

diversos municípios.

Ao redor do mundo como Barcelona e deste país com o Barcelona Buenos Aires sete de sete e em diversos países.

Como também o México e a praga o orçamento mulher evidencia tornar transparente a existência de políticas específicas.

Quem compare com a diferença só você eu e é quando alguém entre homens e mulheres trazendo para o orçamento a sensibilidade ao tema.

Não é o orçamento paralelo por alguns técnicos aí alegar uma fé que foi feito na lona do ano passado e então nós demos.

Tento tentativas Carolina pra que nós tenhamos um orçamento expressiva há uma resistência muito grande dos técnicos do pras pessoas responsáveis.

Para ser melhor ataque da comissão de orçamento inteiro e então nós precisamos mudar essa cultura isso ano passado nós tentamos esse ano mas mas você fez.

Estamos colocando emendas na l d oh está certo mas há uma resistência muito grande financiamento é um caos.

Nós não temos o ou um ministério que financia essa política pública.

Nós temos uma outra minha grande conta delegacias porque quando você vai a um prefeito pra pedir pra requerer que incluem delegacias o que eu lide com.

Aqui coloque essa delegacia para funcionar final de semana ele pergunta quem vai arcar com os custos.

O que ele diz que ele não tem condições.

Existe um pé de um projeto de lei na câmara que Margarete ou e da deputada Margarete foi o que que que o fundo nacional de segurança nacional tenha uma

parcela um percentual.

Para a questão da implementação das delegacias tem vários projetos nesse sentido mas nós não temos ainda o financiamento.

Garantido nem no ministério da mulher nem os outros ministérios é uma rã a sensação que eu tenho Caroline.

Com a qual as quinze anos é que a política da mulher é uma ideia ainda é uma anjo depende de um gestor essa lei ela não é tão levada a sério e prioritária ou nós gostaríamos.

Bom eu eu tô sendo informada que que há de a promotora Gabriela Mansur vai entrar já já na nossa conversa mas enquanto ela entra vou pedir para colocar no ar então o segundo vídeo segundo trecho do vídeo da depoimento da Gean e podemos assistir.

Existe um juízo de valores por parte da sociedade que vão olhar pra aquela mulher e vão falar eu já fiz de tudo.

É ela não quer sair e não é a questão não é ela querer ou ela né desejar permanecer no relacionamento é que assim está tudo alterado ela vai buscar.

É refúgio em bebidas às vezes em drogas então é um problema puxando um outro problema né um sentimento de culpa nela não sabe o lugar dela dentro.

Da relação é problemas maiores assim como depressão ansiedade ansiedade.

Pânico então causa danos irreversíveis à mulher ela não consegue é executar a rotina como cuidar da casa dos filhos trabalhar é Fred sair e não vai precisar de ajuda.

E ela vai precisar de ajuda de profissionais ela vai precisar do apoio da família né então não é fácil sair de um relacionamento abusivo até porque a mulher precisa enxergar que ela está dentro.

De um relacionamento abusivo ela precisa reconhecer

ela precisa entender que a identidade dela está prejudicada então ela está acreditando na fala de outra pessoa então ela está internalizando aquilo então se a pessoa fala pra ela.

Que nunca mais ela vai conseguir é se relacionar com outra pessoa ela vai acreditar que não o que ela não é uma mãe suficientemente boa ela vai acreditar.

Não é ela vai internalizando internalizou de então assim a mulher sozinha ela não sai de um relacionamento abusivo ela não sai de uma violência ou então precisa sim tenho toda uma rede de apoio inclusive de profissionais.

Boa sequência da nossa conversa eu e o que quer dizer que nós convidamos o ministério da mulher da família dos direitos humanos participar desse programa infelizmente não eles não aceitaram não puder aceitar o nosso convite.

Expressão nacional ele sempre tenta fazer isso toda vez que está falando de implantação de políticas públicas.

Com cada regra geral o poder executivo a implantação dessas políticas a gente sempre convida um representante do governo federal para participar do nosso debate.

É Caroline ovos não nós não a Giane a fala dela ela mais uma vez valeu gente escolhendo falava dela.

E não fala sobre a necessidade da mulher ter condições.

Não é de de sair dessa situação de agressão ela fala da questão da sociedade reconhecer isso.

Eu falei de mim para mais uma desde a sua do seu trabalho né em relação ao monitoramento das proposições legislativas em tramitação na câmara dos deputados vocês chegaram a avaliar a medida provisória dez meia uh.

Que propõe o chamado novo bolsa bolsa família se à

política o desenho da política apresentada pelo governo contribui nesse sentido vai nessa linha de ajudar essa mulher que precisa sair dessa dificuldade financeira.

É assim a gente inclusive publicou de um vídeo comentando o auxílio do Brasil a ampliação do antigo bolsa família que seguem essa mesma linha.

De impor poderá ir de garantir que esse dinheiro chegue às mulheres as mães de família e não é como vencido feito.

Não acho que desde que o patriarcado patriarcado que eu.

Cursos estejam na mãe na mão dos meus pais que muitas vezes são ausentes como a gente sabe é isso é muito importante existem vários estudos que li indicam essa.

Essa essa roupa esse recebimento de dinheiro é do do auxílio bolsa família ou hostes do Brasil.

É com uma uma maior autonomia empoderamento da mulher.

É pra tanto para ajudar a força e quanto pra se você se sentir.

É realmente e a a responsável a sua alcunha lado capaz de cuidar de si e da vocês sabem que é isso que ela já faz.

Mas acho que eu o recebi nem aí pro auxílio ele reforça.

Diga pra ela.

Então isso é muito importante é com esse valor ainda maior.

A gente espera que esse pacto seja ainda maior qual que é a nossa preocupação especificamente neste caso com esta política é a gente já tem hoje um verdade lo é pra novas famílias do bolsa família então.

E não a gente sabe né que com a pandemia e com a crise é financeira e política inúmeras famílias.

Chegaram à a linha de pobreza com a inflação também e estão precisando desse de do auxílio bolsa família já menor do que me pediu ao seu Brasil não estão conseguindo acesso por questões burocráticas por questões orçamentárias.

Então a nossa preocupação ao é ver uma bem ali bem vindo aumento é necessário.

É essencialmente diante da inflação e da crise que a gente está vivendo então se esse aumento é bem vindo no valor precisa vir do aumento da dotação orçamentária seis a ver com o aumento da execução dessa política pública.

Ela precisa destravar as questões do ministério que a gente sabe que vem sendo sucateadas.

Ela o governo atual então não adianta só aumentar o valor mais continuar segurando o funil de novas de entrada nove a Lina.

Na base de de beneficiários então a nossa preocupação é que esses sejam ao auxílio que seja.

Aumentado mas o melhor pra poucos e aí não atinja todo mundo que precisa desse auxílio e o Brasil siga e voltando pro mapa da fome.

Infelizmente infelizmente isso já é uma realidade né.

A o aumento de brasileiros em situação de miséria é significativo por uma consulta todo uma má situação econômica que vem de antes da condenação.

Que se agravou com a pandemia e que pelo que você se desenha no cenário econômico não vai ser revertido.

Tão cedo deputada Tereza Nelma mulher aqui uma sugestão da Eva Sônia ela diz o seguinte eu acho que o governo federal deveria construir casas para essas mulheres passaram a palavra pouco pra onde essa

mulher vai né.

Não gratuitas mas com uma prestação com a mulher possa parar eu sou uma mulher vítima de tortura psicológica me dói muito.

Então acho que a gente pode aceitar essa fala da Eva Sônia para tratar de vários pontos primeiro que a questão da violência psicológica pré mais recentemente incluída no código de no código do de um código de.

Na legislação criminal né segundo essa questão da da das cheias e ace expressas mulheres e eu queria ouvi lo também em relação a medida provisória.

Mas antes.

É não dar bem vinda seja bem vinda promotora gabela sua está conectando ainda por favor detalhe.

O que krishna.

Olha é sobre n b dez b é um nós estamos você sabe desse discutindo na secretaria da beira na câmara.

De emendas e inclusive não só para as mulheres não para as mas como também para as mulheres vítimas de violações.

Quando nós tratamos desse assunto a o governo federal ele resiste mundo sempre disse que não tem recursos novos.

Sempre disse que ao menos Carlos e achei que aqui pra sempre nessa luta já existe no na na câmara vários projetos.

Relacionados a essa questão demais recursos quando a Eva Nero que a internauta que colocou pra nós a necessidade da residência.

Já existe uma um percentual nos conjuntos habitacionais para as pessoas vulnerabilidade.

Nós poderíamos tentar fazer o ecólogo para as

mulheres em situação de violência e como também discutir junto à caixa econômica.

Um crédito não o suporte para estas mulheres para este público alvo não terem nós vimos que realmente desenvolver políticas que verdade essa segurança.

Porque veja só e absurdo agir de agenda e nem mortos pelo Brasil afora de casa abrigo não aceitaram a colher com os feios.

Recentes.

Só sei de seus filhos com crianças.

E isso não pode acontecer a política não tenho idade a criança o adolescente faz parte da vida daquela bunda dele então nós estamos muito debruçada sobre essa questão.

De fazer com que a lei Maria da Penha ela se amplie e ela se estrutura da rede no nosso país.

A gente vive num país muito grande que tem várias iniciativas mas a gente ainda ainda uma colcha de retalho a rede da da de proteção à mulher no nosso time.

Deputado muito obrigada eu e a promotora cadeia não suas que ela não conseguiu se conectar ainda atentamente na nossa sala então isso não vai comigo até que é porque a gente acesso a câmara está desligada assim.

Não pro seja bem para saber que todas as manobras aqui pra dar tudo certo.

Seja muito bem vinda promotor ao nosso debate mas eu vou querer ouvi la daqui a pouquinho sobre a questão da questão financeira a questão da garantia de recursos.

Quando eu queria entrar num ponto que a gente não tratou ainda do nosso debate que falei nada pelas duras mas que a gente contratou ainda na nossa conversa

que a questão racial.

E na abertura do programa eu falei que que há aqui o racismo e a violência doméstica são problemas estruturais que muitas vezes se sobrepõem né.

Nós sabemos que a violência doméstica ela acontece todas as classes sociais.

Não é uma ilusão dizer que só acontece nas nas classes pobres.

E a nascente sabe o que ela acontece.

No vizinho aqui do meu lado né acontece qualquer lugar pode acontecer.

Mas é quando a gente pensa do perfil da população carcerária brasileira a gente sabe que são bases são sobretudo homens pobres e pretos.

Aí a minha pergunta pra senhora como operador do direito esses são isso não indica que são necessárias.

Políticas públicas também dispensa também que a maioria das mulheres agredidas são mulheres pobres e pretas pobres vaqueiros.

Você não é necessário a sobreposição a junção de políticas públicas.

Que evitem que esse problema de aumentar o encarcerar o homem é deles a violência durante dois dias recebo salário ele não aumentar ainda mais essa característica da população carcerária brasileira.

Bom aqui são dois pontos é diferente no meu entendimento nós não podemos achar todos os crimes de violência contra mulher Maristela comida na prisão efetiva do agressor.

E eu como promotora de justiça atentos fazer um a um equilíbrio e agir com proporcionalidade aos direitos envolvidos mas eu venho também de uma cultura tradicionalmente política vista.

O que deve ser é valorizado em determinados assuntos porque a gente tem essa questão da necessidade da prisão em alguns casos mais que nós devemos ter alternativas.

Para determinadas situações então assim esse é o ponto de vista como promotor nos crimes de uma forma geral existem crimes que não dá para evitar o encarceramento porque colocam toda a sociedade.

Numa situação de risco é um risco à segurança pública e o risco a própria vítima e nós não podemos fechar os olhos a isso.

Porém existem outros crimes independentemente da cor da pele de quem o cometeu que podem ser terem alternativas penais para essa situação evitando o encarceramento e muitas vezes.

São alternativas penais que garantem muito mas a prevenção da da reincidência do que a própria prisão e na própria prisão independentemente do crime antes destes homens serem postos em liberdade eu defendo muito.

Uma ressocialização uma ressocialização de em todos os aspectos.

Quando está falando de violência contra mulher e essa pessoa está encarcerado não tem como pôde o carro na rua.

Sem que haja uma ressocialização porque ele vai voltar mais revoltado ele vai voltar com mais raiva daquela mulher muitas vezes inconformado com o que aconteceu porque ele não entendeu ainda que de violência contra mulher é crime baseado numa situação de.

De desequilíbrio e e desigualdade social entre homens e mulheres então esse é o ponto de vista agora óbvio que nós temos mais mulheres negras que sofrem violência com que essas mulheres têm menos oportunidades de trabalho.

Entrevista com Karla Motta, Coordenadora de Estratégia do TRT-RN

O ato da presidência do PR PR ou estabeleceu a criação do laboratório do tribunal nove.

A ação faz parte de uma iniciativa nacional e é tema da nossa entrevista de hoje pra falar sobre esse assunto eu conversei com Carla morte tinha coordenadora de planejamento e gestão estratégica do TRT vinte um seja muito bem vindo ao programa justiça de trabalho Carla.

Obrigada cara o Brasil está aqui.

Pra começar o que exatamente é o inova este laboratório é aí que foi instituído.

Oi nova ele é um equipamento mecanismo que foi implantado pelo TRT vinte um em atendimento a orientação do conselho nacional de justiça.

O conselho nacional de justiça é criou uma rede de inovação.

A renova ajude e essa rede de inovação tem como objetivo é incrementar o atendimento à sociedade o meio da gestão da inovação cada poder **judiciário**.

E aí nós estamos no âmbito da justiça do trabalho.

Conforme orienta o **CNJ** implantando um laboratório de inovação aqui no TRT não tinha um quando se fala de inovação.

Ou de quem exatamente você está falando ou existem dois dois conceitos principais inovações que são as inovações de roupa por ou desculpe vamos.

Que é quando você faz algo totalmente original novo e nunca foi feito no mundo em nenhuma outra área.

E existem as inovações incrementais.

Que é nós adotarmos novos formatos de trabalho novos equipamentos novos métodos que já existem outros ambientes mais questão inovadores para validação nós

tínhamos atuando.

Então aqui no tribunal o nosso foco principal na justiça tem sido assim é mais orientado para uma inovação incremental.

Embora o primeiro movimento é da inovação na justiça nacional tenha sido com a criação dos les horas os laboratórios de inovação em objetivos de desenvolvimento sustentável.

Isso é nacional tenha se com a criação dos les horas os laboratórios de inovação em objetivos de desenvolvimento sustentável que pode se considerar uma inovação desportiva.

O que a justiça brasileira foi a primeira justiça no mundo que aderiu aos olhos de Deus de desenvolvimento sustentável da ONU.

Então nós estamos indo é nessa sequência foi foi realizado esse movimento de criação dos maiores.

Nós aqui no TRT vinte um participamos de todos os eventos laboratório de inovação de objeto e desenvolvimento sustentável que houve no ano passado.

E contribuintes nos já implantamos algumas práticas no âmbito desse laboratório do **CNJ** partir no r e vinte um.

É orientado pra.

O objeto e oito water s oito e na esses anos isso não é da meta no que é uma meta que a linha há uma meta do **CNJ** que a linha a prestação jurisdicional elas já têm vou me sentar.

Nesse contexto a gente trabalhou questão de trabalho seguro.

Como promover o trabalho seguro tanto é por estímulo por parte do tribunal como as estimulando também as

empresas a implantar e nós priorizamos por exemplo causas relativas à acidente de trabalho.

E foram realizadas várias lives e outras outras iniciativas.

Bom a voltar atrás de mim então antes da criação desse laboratório o tribunal a instituição já estava voltada pra esse tipo de inovação já desde que começou o movimento e nós podemos dizer que até.

Anders dele por ter é.

No ano de dois mil e dezenove foi inaugurada na nova sede da escola judicial até vinte um uma sala de inovação.

Essa sala da inovação tem um layout totalmente adaptado e uma estrutura é que visa a adoção de metodologias.

A ages e interativas é não existe e a verticalização a trabalhar em mesas redondas onde se reúne pessoas de diversos níveis e era a os.

É um dos magistrados lado a lado com servidores pra propor e plano militar soluções e que visem que contribui para o desenvolvimento da instituição.

Sempre com fome de poder realizar justiça no âmbito das relações de trabalho.

Carla e o que muda a partir de agora em que foi instituída a criação desse laboratório.

Bem o que muda é o seguinte cara eu nós tínhamos aqui no tribunal é três é escritórios de projetos.

Então o esses escritórios de projetos são responsáveis o é e o elementar em às inovações.

Isso já aconteceu antes de termos um laboratório de inovação toda mudança que era realizada toda inovação incremental que ela foi do nome do tribunal desde que foi foram criados lá os olhos de projetos.

Vêm sendo conduzidas por ele apenas a gente não utilizar a nomenclatura de inovação.

O que nós vamos fazer agora é começar a registrar e a catalogar as inovações que o tribunal efetivamente realizado no âmbito dos escritórios de projetos tanto projeto institucionais.

Como o de projetos de engenharia é puro como de tecnologia da informação e comunicação novecentos situação de inovação conduzidas em todos os três escritórios.

E essas iniciativas continuarão sendo executadas apenas gente vai registrar las e comprovado por outro lado.

O surgimento do laboratório nos mobiliza a o incremento desses e noventa e sete teve inovadoras então nós vamos fomentar ainda mais a inovação no tribunal em todas as áreas.

Tanto na prestação jurisdicional como em todas as unidades de apoio visando a continuidade da sustentabilidade e a melhoria da justiça atalho.

Era justamente isso que eu ia lhe perguntar essas ações de inovação são tanto voltados pra dentro da instituição como pra também melhorar o atendimento ao público.

Isso mesmo quando são inovações voltadas para dentro as inovações para a droga dela são pra dar suporte ao atendimento ao júri simulado.

Não é tão tudo que o tribunal faz é voltado para o melhor atendimento à sociedade.

É uma melhor comunicação um melhor entendimento das demandas e necessidades um azulejos ação dos procedimentos internos para dar uma resposta mais rápida a sociedade não temos de ir em termos de atendimento das suas desses.

Certo então o nosso foco sempre é esse mesmo quando nós estamos realizando atividades rotineiras como uma contratação ou uma capacitação isso.

Para dar suporte a prestação jurisdicional e o nosso principal cliente que a sociedade ela sempre é direta ou indireta me focar.

Carla você falou a respeito de algumas práticas que o tribunal já colocou pra funcionar mesmo antes da criação desse laboratório queria que você citasse outras que por Ventura foram criadas nessa área de inovação.

Sem é nós temos agora no momento nós estamos fazendo o desdobramento da estratégia do tribunal o tribunal trabalham com planos estratégicos alinhados com a justiça do trabalho nacional.

O senhor fez alinhados com a justiça nacional um todo todos os segmentos deixe isso todos os anos e nós estamos fazendo agora dos obra meta para dois mil e vinte um dois mil e vinte seis.

Então nós temos onze objetivos estratégicos e esses objetivos serão alcançados de seis anos.

Para alcançar esses objetivos nós vamos realizar projetos de inovação pra conseguirmos é alavancar a posição do tribunal e de modo que ele alcance a visão do futuro desejado.

E consegui realmente prestar um melhor serviço com uma maior interatividade com a sociedade.

Nós podemos ver por exemplo é o aprimoramento da da internação virtual ou magistrados e os relacionados a realização das audiências né.

A justiça ela não parou de trabalhar apesar da pandemia e do isolamento social porque os atendimentos passaram a ser é em nossas casas e nós de casa.

Fazemos a nossa casa o tribunal e conseguimos continuar dessa maneira atendendo a sociedade suas

necessidades Carla e como é que a gente faz pra acompanhar o trabalho que vai ser desenvolvido pelo enorme.

Nós vamos é criar na página principal do tribunal wing para o laboratório de inovação onde vamos relatar é todas as iniciativas inovadoras realizadas no tribunal.

Então lá sociedade para poder acompanhar o que tem sido feito e os resultados gerados por isso sempre em alinhamento com os nossos objetivos estratégicos.

E com a com o alinhamento também a visão isso é profissional do time teve de ou.

Então é o tribunal em movimento em prol da sociedade.

Sempre se estendendo e com a outra de pensar globalmente e agir localmente.

É o que nós queremos é isso.

Pensar nas soluções e estejam em outras unidades já eram bons resultados e trazê las de uma maneira adequada para nossa realidade além também de desenvolver soluções internas nossas.

Muito obrigado aquela pelas informações e bom trabalho aí nesse novo laboratório obrigada Carol e até breve o programa justiça e trabalho vai ficando por aqui a gente volta na semana que vem até lá você nos acompanha através das redes sociais.

Chá.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - CNJ, Judiciário - Judiciário

CNJ amplia transformação digital dos serviços do Judiciário

Resolução aprovada pelo **Conselho Nacional de Justiça** determina que os tribunais de todo o país implementem, em 90 dias, novo canal de comunicação interna. A ação amplia a transformação digital dos serviços do Judiciário.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

STJ promove a 6ª Caravana Virtual do Centro de Inteligência do Poder Judiciário

A 6ª Caravana Virtual do Centro de Inteligência do Poder Judiciário teve como tema as demandas previdenciárias e as ações integradas do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal, do **Conselho Nacional de Justiça**, do STJ e da Procuradoria-Geral Federal na redução de litígios.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Justiça pela Paz em Casa é promovida por juízes

Começou nesta segunda-feira em todo o país a semana justiça pela paz em casa organizada pelo Conselho Nacional de Justiça.

A semana justiça pela paz em casa é um esforço concentrado de juízes para agilizar os processos sobre violência contra mulher.

O trabalho é feito desde dois mil e quinze e se repete três vezes durante o ano em março, agora em agosto e novembro. Desde a primeira edição os juízes proferiram quase duzentas e trinta mil sentenças.

E determinar não cento e vinte mil medidas protetivas para as mulheres, as sessões do tribunal do júri chegaram a mil e seiscentas.

Segundo Maria Cristiane, a viúva supervisora de política judiciária nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres do **CNJ**, essa mobilização reduzirá a taxa de congestionamento de processos na justiça.

Além de garantir a integridade da mulher vítima de violência, este ano muitas ações da semana justiça pela paz em casa vão ser feitas de maneira virtual por causa da pandemia de que o vi de dezenove.

O Superior Tribunal de Justiça promoveu a sexta caravana virtual do centro de inteligência do poder **judiciário**.

A sexta edição da caravana virtual do centro de inteligência do poder **judiciário** teve como tema as demandas previdenciárias.

E as ações integradas do centro nacional de inteligência da justiça federal do conselho nacional de justiça e do STJ e da procuradoria geral federal na redução de litígios.

O evento foi transmitido ao vivo pelo canal do STJ no YouTube.

Na cerimônia de abertura o presidente da corte o ministro Humberto Martins.

Ressaltou o trabalho desenvolvido no centro de inteligência para aprimorar a prestação jurisdicional. Os chefes de inteligência buscam identificar soluções comuns a causas semelhantes.

Que se repente milhares de processos judiciais em tramitação.

Na verdade o efeito prático dessa nova sistemática é a segurança jurídica das decisões.

Diga para problemas idênticos em seus fundamentos a ministra Susete Magalhães, que integrante da segunda turma da primeira sessão e também da comissão gestora de precedentes e de ações coletivas do STJ.

Destacou as iniciativas utilizadas no tribunal para otimizar a tramitação de processos e reduzir litígios.

O STJ tem se comprometido.

Com a prestação jurisdicional célere, isonômica e segura juridicamente na via dos recursos repetitivos.

Em um dos painéis da caravana o secretário **judiciário** do STJ Augusto Gentil apresentou os resultados positivos alcançados após um acordo de cooperação.

Com a advocacia geral da união que adotou uma política de judicialização e análise de dados.

Nós alcançamos a excepcional marca de trezentos e cinquenta mil processos que deixaram.

É de você é o tempo se realmente encaminhados ao STJ realizado em parceria com o conselho nacional de justiça a proposta da caravana é promover a troca de ideias entre os segmentos da justiça.

Sobre temas como gestão de precedentes, demandas

de massa e estruturação do centro de inteligência locais.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - CNJ, Judiciário - Judiciário

Conselho Nacional de Justiça promove pesquisa de satisfação sobre páginas de jurisprudência

O conselho nacional de justiça está promovendo até o dia trinta de setembro uma pesquisa de satisfação sobre as páginas de jurisprudência dos tribunais.

A ideia é saber qual é a percepção e avaliação dos usuários e identificar possíveis problemas e assim fazer melhorias dos serviços prestados pelo poder **judiciário**.

Você encontra o link da pesquisa no site do STJ no banner o que pode melhorar na página de jurisprudência e pronto não deixe de participar a sua opinião é muito importante.

Agora olha essa notícia o superior tribunal de justiça ficou em primeiro lugar entre os tribunais superiores no ranking da transparência do poder **judiciário** dois mil e vinte um.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Judiciário

Lei vem ajudando os superendividados a pagar suas dívidas e voltar ao mercado de consumo

Duas e quarenta e um serviço de serviço movimento econômico Patrícia Raposo boa tarde Patrícia.

Oi Paulo boa tarde você vai varrer todas e o destaque do movimento econômico dessa tarde não CBN total Patrícia.

Halo hoje eu quero falar de uma lei que venho ajudando aí o super endividados a pagar suas dívidas e mostra voltar ao mercado de consumo.

Nós temos aí milhões de e endividados no Brasil e eles podem recorrer à lei número quatorze mil cento e oitenta ganhou um deste ano ela foi publicada em dois de julho.

Ela traz no seu bojo a mediação um novo instrumento para que as pessoas físicas.

Posso repactuar as dívidas acumuladas no período de até cinco anos é esse modelo da repactuação.

Ele é comum já na na justiça muito usado para empresas vinham pra ação judicial e agora ele ele vem para beneficiar a pessoa física.

Era ele vem pra evitar que os endividados Bush que fazer mais empréstimos para pagar o que deve ir aí só fazem aumentar o problema não é porque aumenta a dívida também.

Hoje é a **conciliação** é usada na pela justiça pra negociar uma dívida de cada vez mais com essa lei que a lei do superendividamento.

Torna se possível permitir é por meio judicial ou este judicial que vários débitos possam ser negociados conjuntamente a lei não vai.

É tendo adeptos ela vai permitir quinhentos que eles possam ser negociados é advogada e mediadora é a

Mercedes Moraes SP explica que essa lei.

Está para pessoa física como a lei de falências estado para a pessoa jurídica e para ter acesso a essa repactuação via é de o via judicial o cidadão deve procurar o centro **judiciário** e dissoluções de conflitos e cidadania.

Ou seja justo que é e se ele optar pelo caminho este judicial ele deve procurar as câmaras extra judiciais são ligados ao **Conselho Nacional de Justiça** essas instituições acho que convocam os credores.

Elas sentarem à mesa e dar início às negociações estes roedores eles não são obrigadas a aceitar o convite mas a maioria aceita porque entende que através de negociação fica mais fácil receber é o dinheiro devido.

Agora é essa lei ela traz uma oportunidade de e de mais uma oportunidade de trabalho Paulo porque essas câmaras extra judiciais elas cobram.

Não é a nona pelo meio pela via judicial é o serviço é gratuito mas pela câmara enche o judicial é pago eu para o serviço é particular e muitas pessoas que não querem se expor.

Corre a essas câmaras extra judiciais e o grande desafio agora é preparar os mediadores então já estão sendo abertos cursos.

Para que essas pessoas possam fazer é a capacitação e começarem a atuar e serem remunerados por isso então quem tiver interesse pode procurar o núcleo permanente de métodos consensuais de soluções de confiar.

Litro ou os distritos judiciários solução de conflitos de cidadania nos tribunais em cada estado e se uma lei federal já está em vigor e então quem tem.

Problema já pode recorrer a essa lei para tentar resolver os seus os seus conflitos aí financeiros Paulo obrigada Patrícia boa tarde até amanhã.

Até amanhã boa tarde bem entrevista total hoje o programa dele.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Conciliação

Brasil assusta investidores



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os ataques do presidente Jair Bolsonaro ao sistema eleitoral, ao **Supremo Tribunal Federal (STF)** e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) são vistos por investidores estrangeiros como o sinal de que a atenção do presidente já está voltada para a eleição de 2022. Isso significa que daqui até outubro do próximo ano as incertezas tendem a aumentar - e os gastos públicos também. Em meio às discussões sobre o Orçamento, precatórios e o novo Bolsa Família - batizado de Auxílio Brasil -, dizem alguns, o país passa a ser visto como um país difícil para investir. Os que ainda estão olhando para o mercado brasileiro dizem que agora o principal temor é uma quebra fiscal de um governo preocupado com a reeleição.

Na visão de gestores de fundo e analistas estrangeiros, a agenda liberal prometida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, tende a ficar pressionada conforme o Planalto se volta para a reeleição. Dando como certo o aumento de gastos públicos e a continuidade da turbulência política, os estrangeiros temem um desequilíbrio fiscal e começam a discutir como será 2023, após a disputa pelo Palácio do Planalto.

'Os mercados estão acostumados a lidar com o barulho político e olham os dados e ações concretas para saber o que de fato acontecerá após a volatilidade', afirma Martin Castellano, chefe para a América Latina do Instituto de Finanças Internacionais (IIF na sigla em inglês). 'A incerteza recai mais sobre quem vai ganhar a eleição - e qual será a política em vigor - do que sobre as declarações políticas do presidente a respeito do processo eleitoral'.

Para Will Landers, chefe de renda variável da BTG Pactual Asset Management, gestora do banco de mesmo nome, a eleição já entrou no radar. 'As pessoas já estão prestando atenção nas eleições, que se pensava que seriam um tema só no ano que vem', diz.

Campanha antecipada

O debate sobre voto impresso e as acusações infundadas de fraude eleitoral não afugentam os investidores, segundo os gestores ouvidos. Eles concordam com Castellano ao dizer que os donos do dinheiro estão habituados às turbulências políticas e ao 'barulho' - em especial no governo Bolsonaro. A atenção do presidente ao assunto, no entanto, é vista como uma antecipação da campanha.

Segundo dois nomes da área em Wall Street, as especulações sobre a formação da política econômica dos candidatos mais competitivos já começaram. 'Se Bolsonaro ganhar, Paulo Guedes continua? Se Lula ganhar, ele traz um nome do mercado para seu governo?', diz uma fonte do mercado.

No primeiro semestre, uma recuperação econômica mais forte no Brasil e a disposição do governo em defender reformas econômicas melhorou o humor de estrangeiros com o país, na comparação com os países da América Latina. Mas julho trouxe más notícias, com fluxo de investimento negativo, e agosto, na leitura do IIF segue volátil.

A preocupação global com o avanço da variante Delta

do novo coronavírus contribuiu para o saldo negativo do mês passado. No cenário doméstico, a questão fiscal é a mais frágil, diz Castellano.

FGTS: liberação de R\$ 8 bi aos cotistas

Para que o rendimento fique acima da inflação e haja ganho real aos trabalhadores, o governo federal propõe distribuir 96% do lucro obtido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o que significa a liberação de R\$ 8, 12 bilhões às contas dos cotistas. A proposta sobre a fatia que poderá ser resgatada este ano, informação adiantada por fontes ao Correio, será analisada pelo Conselho Curador do FGTS hoje.

Pela lei, o FGTS possui rendimento fixo de 3% ao ano, mais Taxa de Referência (TR) que, atualmente, está zerada. A ideia é repor, pelo menos, a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2020, que foi de 4, 52%. Caso a distribuição siga o proposto pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, o ganho real será de 0, 4%, podendo a rentabilidade total ser de 4, 92%.

A fatia estudada é mais generosa do que a distribuída em 2019, quando o percentual foi de 66% do lucro, injetando R\$ 7, 5 bilhões para os cotistas, de um total de R\$ 11, 3 bilhões. Em 2020, o FGTS acumulou receitas de R\$ 33, 4 bilhões e despesas de R\$ 25 bilhões, chegando a um lucro líquido de R\$ 8, 468 bilhões, o que representa uma queda nos resultados na comparação com o ano anterior.

A estratégia do governo com os elevados percentuais, e o incremento com ganho real, é incentivar os cotistas a manterem OS recursos nas contas. Se confirmada a proposta, a rentabilidade ficará acima da caderneta de poupança, que não bateu a inflação em 2020. Essa estratégia segue a linha de 2019, quando a rentabilidade das contas do FGTS ficaram em 4,90%, superando o da poupança.

Para que os trabalhadores tenham acesso aos recursos, é necessário se enquadrar nas condições normais de saque, como demissão sem justa causa, aposentadoria,

doenças graves, compra de casa própria ou saque-aniversário - modalidade criada pelo governo de Jair Bolsonaro, que permite ao contribuinte sacar parte do dinheiro todos os anos.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Cobrado pelo STF, Aras abre apuração



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: » AUGUSTO FERNANDES » SARAH TEOFILU

O procurador-geral da República enfrentou mais um desgaste com o **Supremo Tribunal Federal**. Enquanto os ministros da mais alta Corte de Justiça se debruçam em inquéritos contra o presidente Jair Bolsonaro, o chefe da PGR, Augusto Aras, tem ignorado pedidos da Corte para que ele se manifeste acerca das acusações feitas contra o chefe do Executivo. Em pouco mais de um mês, Aras recebeu o ultimato de três ministros diferentes para se pronunciar sobre os processos que envolvem o presidente. A situação tem gerado amplo descontentamento interno, quando procuradores e subprocuradores apontam que o procurador tem falhado na tarefa mais basilar do Ministério Público, que é se manifestar em processo quando requisitado pelo juízo.

Ontem, o **STF** cobrou mais uma vez uma resposta da PGR. À ministra Carmen Lúcia deu 24 horas para que Aras se posicionasse a respeito da live de Bolsonaro, transmitida pela TV Brasil no fim de julho, na qual o presidente da República descumpriu a promessa de apresentar provas acerca da vulnerabilidade das urnas eletrônicas. Ao invés de fundamentar as acusações,

Bolsonaro criticou duramente a atuação do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso. Na peça judicial apresentada por deputados do PT, Bolsonaro é acusado de ter praticado ato de improbidade administrativa ao fazer uso pessoal de um bem público, de propaganda antecipada e de crime eleitoral.

Cármem Lúcia já havia requisitado a manifestação de Augusto Aras em 3 de agosto, mas não foi atendida. Ao reforçar o pedido para Aras, a ministra destacou que os fatos narrados na peça são 'graves' e 'de interesse exponencial da República'. 'O manifesto interesse público e superior da nação impõem a observância de prioridade no andamento processual do caso', ponderou a integrante do Supremo.

No primeiro aviso ao PGR, a ministra destacou que 'a despeito de se ter consolidado não ser deste **Supremo Tribunal Federal** o foro próprio para conhecimento e julgamento de ação de improbidade contra autoridade pública, há de se considerar que o grave relato apresentado pelos autores da petição conjuga atos daquela natureza com outros que podem, em tese, configurar crime'.

'Todo comportamento que atente contra a República, os poderes do Estado nacional, especialmente, contra a garantia de independência dos seus membros, os serviços públicos e o patrimônio da Nação constitui, nos termos constitucionais e legalmente definidos, atos de improbidade administrativa que podem conduzir a severas consequências para os seus autores', alertou a magistrada. Investigação preliminar

No início da noite de noite, Augusto Aras se pronunciou. O procurador-geral da República, Augusto Aras, informou nesta segunda-feira, 16, ao **Supremo Tribunal Federal (STF)** que abriu uma investigação preliminar para apurar se o presidente Jair Bolsonaro cometeu irregularidade ao atacar o sistema eleitoral.

No documento, Aras disse que determinou a

instauração do procedimento (uma notícia de fato) na última quinta-feira, 12, e que o Ministério Público Federal 'apurará os fatos noticiados e discernirá, oportunamente, em torno de eventual(is) prática(s) de ilícito(s) penal(is) e de lastro probatório mínimo para oferecimento de denúncia.

Aras prosseguiu. 'A depender da robustez dos elementos obtidos por meio dessas diligências, cabe ao órgão ministerial, então, discernir em torno de oferecimento de denúncia, de dedução de pedido de instauração de inquérito ou ainda de arquivamento, comunicando-se, oportunamente, ao respectivo Relator', disse o procurador-geral.

É a primeira vez que Aras se manifesta sobre as declarações de Bolsonaro contra o sistema eletrônico de votação. Embora viesse sendo pressionado por um grupo significativo de subprocuradores a optar por uma ação 'enfática' contra as ameaças do presidente, o procurador-geral evitou tomar partido na briga entre os Poderes. Denúncia ao CNMP

A morosidade de Augusto Aras em relação à conduta de Jair Bolsonaro provocou forte reação no Ministério Público Federal. Na semana passada, um grupo de subprocuradores-gerais aposentados e o ex-procurador-geral Cláudio Fonteles encaminharam ao Conselho Nacional do Ministério Público (CCNMP) um pedido de investigação criminal contra Aras por prevaricação em relação aos processos envolvendo o presidente Jair Bolsonaro e pessoas ligadas ao governo.

Procuradores e subprocuradores consideram um vexame o caso particular da live de Bolsonaro. Comentam que, além de não ser a primeira vez em que Aras demora a se pronunciar, a falha diz respeito a uma questão basilar no Ministério Público, que é se manifestar dentro do prazo estipulado por um juiz. Eles ressaltam que uma coisa é discordar do mérito da manifestação, algo natural. Outra coisa é não haver manifestação, e o juiz ter que reiterar o pedido de vista à procuradoria.

A 'advertência' de Cármen Lúcia somou-se a um caso

recente, que foi a perda de prazo da procuradoria no caso da prisão do ex-deputado federal Roberto Jefferson, presidente do PTB. O ministro Alexandre de Moraes procurou a PGR no dia 5 de agosto para que se manifestasse em 24 horas, mas a procuradoria só foi se pronunciar sobre a prisão sete dias depois, na noite do dia 12, e a manifestação só foi juntada ao processo no dia seguinte, 13 de agosto, às 13 horas, depois que Roberto Jefferson já havia sido preso (o que ocorreu naquele mesmo dia pela manhã).

A PGR afirmou, em nota, que se manifestou no tempo oportuno - mas ultrapassou o prazo de 24 horas determinado por Moraes. O caso, dentro da PGR, é visto com extrema gravidade. Integrantes da procuradoria entendem que, fosse um membro de primeira ou segunda instância, responderia na corregedoria por situações como essa, em razão de não responder no prazo determinado pelo juiz, em especial em um caso que envolve um pedido de prisão.

" Todo comportamento que atente contra a República, os poderes do Estado nacional, especialmente, contra a garantia de independência dos seus membros, os serviços públicos e o patrimônio da Nação constitui, nos termos constitucionais e legalmente definidos, atos de improbidade administrativa que podem conduzir a severas consequências para os seus autores. "

Cármen Lúcia, ministra do **STF**

"A depender da robustez dos elementos obtidos por meio dessas diligências, cabe ao órgão ministerial, então, discernir em torno de oferecimento de denúncia, de dedução de pedido de instauração de inquérito ou ainda de arquivamento, comunicando-se, oportunamente, ao respectivo Relator. "

Augusto Aras, procurador-geral da República

Corregedor corta fonte de recursos

O corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro Luís

Felipe Salomão, identificou uma lista de canais envolvidos com a divulgação de notícias falsas, cujo objetivo seria ganhar dinheiro com a manipulação de espectadores a partir da monetização das páginas pelas redes sociais. Dentre os perfis ligados à propagação de desinformação, estão o do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), de seus filhos Carlos (Republicanos-RJ), Flávio (Patriota-RJ) e Eduardo (PSL-SP), assim como os de outros quatro deputados federais e influenciadores bolsonaristas.

No âmbito do inquérito administrativo em curso no TSE, Salomão determinou que as redes sociais YouTube, Twitch, TV, Twitter, Instagram e Facebook suspendam imediatamente as monetizações dos conteúdos publicados pelas pessoas e páginas indiciadas na investigação. Os recursos financeiros que vierem a ser obtidos pelos investigados serão transferidos para uma conta vinculada ao tribunal. O corregedor-geral ainda não decidiu se a medida se estende aos perfis de políticos.

Salomão determinou ainda a imediata suspensão de pagamentos às transmissões ao vivo, como as realizadas semanalmente por Bolsonaro. Os conteúdos publicados no canal do presidente no Youtube não são monetizados - a exemplo da tradicional live realizada às quintas-feiras, que o levou a ser investigado pelo TSE por divulgar notícias falsas que atentariam contra os ministros da Corte -, mas os usuários que retransmitem as suas publicações ainda podem se beneficiar financeiramente da disseminação de publicações mentirosas.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Manifesto de governadores



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: » SARAH TEÓFILO

Governadores de 13 estados e do Distrito Federal marcaram clara posição contra as críticas do presidente Jair Bolsonaro, e às constantes ameaças dele ao **Supremo Tribunal Federal (STF)** e aos magistrados, ao elaborar uma carta de apoio à Suprema Corte. O documento é curto; tem quatro frases, mas um recado de que, se necessário, os governadores atuarão de forma direta para proteger o Supremo e o **Judiciário**.

'O Estado Democrático de Direito só existe com **Judiciário** independente, livre para decidir de acordo com a Constituição e com as leis. No âmbito dos nossos Estados, tudo faremos para ajudar a preservar a dignidade e a integridade do Poder **Judiciário**. Renovamos o chamamento à serenidade e à paz que a nossa Nação tanto necessita', diz o documento assinado pelos governadores da Bahia, Maranhão, Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul, Ceará, Paraíba, Espírito Santo, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Amapá e Distrito Federal.

Ela foi articulada no fim de semana, depois que o

presidente publicou em seu Twitter que irá entrar com pedido de abertura de processo impeachment contra os ministros Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e alvo de ataques de Bolsonaro e apoiadores. No caso de Moraes, a solicitação se dá por ser ele o responsável pelo pedido de prisão do ex-deputado federal e presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, no âmbito do inquérito que apura ações de milícias digitais.

Ao Correio, o governador do Maranhão, Flávio Dino (PSB), confirmou que a carta é para mostrar que, se necessário, as polícias militares apoiarão o **Judiciário**. 'Caso seja necessário, não há dúvida que haverá tal proteção', afirmou. Questionado se acreditava que chegaria a tal ponto, afirmou que 'a história está cheia de exemplos de psicopatas, aparentemente inofensivos, que lideraram grandes tragédias'. 'Não creio que ocorra, mas também não acho impossível', pontuou.

O governador também comentou em uma rede social: '14 governadores assinam nota em defesa do **Supremo Tribunal Federal**, dos seus ministros e das suas famílias, diante de ameaças e agressões. Não será por falta de proteção policial que vão acabar com a independência do **Judiciário** no Brasil'.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), afirmou ao Correio que a intenção da carta é demonstrar que não será tolerada qualquer tipo de ameaça ao **Judiciário** e à democracia. 'Se o juiz, o desembargador e os ministros não estiverem seguros sobre as consequências de suas decisões de forma isenta, as decisões da democracia ficam afetadas. Garantir segurança para membros do **Judiciário** é de interesse público na medida em que suas decisões não podem ser afetadas por esse tipo de ameaça', disse.

Confiança na polícia

O teor da carta chega em um momento de alinhamento do Ministério da Defesa com o Palácio do Planalto, com eventos interpretados como ameaças, como o desfile de

blindados da Marinha no dia em que o Congresso votou a proposta de voto impresso auditável, bandeira do presidente. Especialistas em militares sempre ponderam como agiriam as polícias militares em um caso de impeto antidemocrático do presidente. Leite ressaltou ter absoluta confiança na Polícia Militar do RS.

'Temos uma polícia qualificada que tem obediência à Constituição Federal. Não tenho dúvida de que não estará disposta a qualquer ato inconstitucional e antidemocrático e vai cumprir aquilo necessário para garantir a segurança no estado e, inclusive, se for o caso, atendimento à segurança de membros do poder **judiciário**', afirmou. Perguntado se acredita que chegaria ao ponto de a segurança dos ministros do **STF** estar em risco, o governador afirmou que não parece ser o caso até o momento.

'Mas esses ataques a ministros que a gente está deixando claro, não só os membros e desembargadores locais, mas os ministros nas suas circulações, por onde forem, se for o caso, os estados estão à disposição para garantir a segurança. Há tanta coisa que não era para chegar (ao ponto) e chegou-se. Os pontos já foram ultrapassados até aqui, e parece infelizmente não haver limite ao presidente', ressaltou.

O governador do Rio Grande do Sul disse, ainda, esperar que o Senado dê uma resposta clara de arquivamento aos pedidos de impeachment contra ministros que o presidente enviar à Casa. Entre os ministros do **STF** a avaliação é de que os pedidos não avançam no Senado e que se tratam, apenas, de mais uma 'cortina de fumaça' do presidente. Ontem, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), usou uma rede social para mandar recado.

'O diálogo entre os Poderes é fundamental e não podemos abrir mão dele, jamais. Fechar portas, derrubar pontes, exercer arbitrariamente suas próprias razões são um desserviço ao país. Portanto, é recomendável, nesse momento de crise, mais do que nunca, a busca de consensos e o respeito às diferenças. Patriotas são aqueles que unem o Brasil, e não os que querem dividi-lo. E os avanços democráticos

conquistados têm a vigorosa vigilância do Congresso, que não permitirá retrocessos', escreveu.

Temos uma polícia qualificada que tem obediência à Constituição Federal. Não tenho dúvida de que não estará disposta a qualquer ato inconstitucional. "
Eduardo Leite (PSDB), governador do

Rio Grande do Sul

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário,
Judiciário - STF

'O Brasil não aceita mais'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: DENISE ROTHENBURG JOÃO VITOR TAVAREZ*

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), suplente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, acredita que seja possível, dentro de duas ou três semanas, estabelecer um relatório da investigação sobre os atos e omissões do governo federal no combate à covid-19. 'Mas, claro, a comissão responde aos fatos. Se surgem novos acontecimentos ao longo dos dias, esse prazo tende a aumentar', ponderou. O parlamentar foi o entrevistado do CB. Poder; parceria entre o Correio e a TV Brasília.

O senador ainda fez críticas às ações de Jair Bolsonaro, que extrapolam o âmbito da pandemia. Vieira chama a atenção para os ataques sistemáticos à democracia, ao sistema eleitoral e a autoridades do **Judiciário**.

'Bolsonaro tem problemas graves para explicar: as suas falhas na pandemia, a adesão ao sistema do Centrão, os ataques à autoridade judiciária, o vazamento do inquérito sigiloso (da PF sobre suspeita de invasão do sistema do TSE). Para não ter que explicar nada disso, ele joga essa carta de golpe. Tenta fazer aquilo que o

Brasil não aceita mais', destacou. Confira, a seguir, os principais trechos da entrevista. O presidente Jair Bolsonaro ameaça pedir a abertura de processo, no Senado, contra os ministros Alexandre de Moraes e Luis Roberto Barroso. O senhor acredita que vai ter espaço no parlamento para analisar um pedido desses?

Acredito que tanto ministros quanto qualquer cidadão podem ser alvo de investigação. Inclusive, deve ser em alguns casos. Mas, nesta ação, percebe-se uma tentativa de desviar o foco dos processos que o próprio Bolsonaro já responde, além das dificuldades do país e que o governo não consegue superar. Não vejo nenhum tipo de viabilidade, neste momento, de tramitação desses pedidos no Senado.

O senhor continua a favor da abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar atos do **Judiciário**, a chamada "Lava-Toga"?

Não mudou absolutamente nada. Essa situação de autoritarismo e abusos por parte de ministros do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, eu não denunciei agora. Mas em abril de 2019. Inclusive com pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes, quando da instauração do inquérito das fake news. Infelizmente o **STF**, quase por unanimidade - exceto o ministro Marco Aurélio -, decidiu que o tal inquérito era legítimo. Quando defendi a Lava-Toga, o governo Bolsonaro trabalhou contra. O presidente convocava senadores para pedir a retirada de assinaturas da CPI. E agora, quando se vê ameaçado, ele joga essa carta na tentativa de intimidar os ministros e de criar mais um atrito em nossa democracia, que já está fragilizada. Nossa democracia está fragilizada? Como avalia o momento?

Não tenho dúvidas de que sofremos uma ameaça à nossa democracia. Temos um presidente da República que diariamente ataca a democracia, o sistema eleitoral e autoridades sem nenhuma prova. Por exemplo, quando ele [Bolsonaro] alegou ter 12 milhões de votos subtraídos em um ataque hacker em 2018. Algo

totalmente sem sentido. E usa isso como mecanismo para mobilizar sua base e esconder as falhas de sua gestão. Não vai colar. Os problemas são muito graves. Ainda assim, infelizmente, só o processo de golpe já causa muito problema à nação. Precisa parar com isso, de uma forma ou de outra.

E a questão do voto impresso?

Nós precisamos que o presidente da República tenha responsabilidade. Se ele aponta que existe algum tipo de falha, de risco ou de fraude, tem que comprovar que isso aconteceu. Mas ele não consegue fazer isso, nunca conseguiu. Não tivemos, em nenhum momento, indício significativo de fraude. Inclusive interpelei o presidente Bolsonaro na Justiça, no sentido de que ele apresente provas. Mas ele já avisou que não tem prova nenhuma. É só uma narrativa, com o objetivo claro de criar tumulto. Repito, Bolsonaro tem problemas graves para explicar: as suas falhas na pandemia, a adesão ao sistema do Centrão, os ataques à autoridade judiciária, o vazamento do inquérito sigiloso (da PF sobre a suspeita de invasão do sistema do TSE). Para não ter que explicar nada disso, ele joga essa carta de golpe. Tenta fazer aquilo que o Brasil não aceita mais. O que já é possível dizer sobre CPI da Pandemia?

A CPI está caminhando para o seu encerramento. Esse tipo de investigação não tem força suficiente para apurar, por exemplo, um caso de lavagem de dinheiro ou corrupção aprofundada. O que podemos fazer é apresentar indícios. A CPI da Pandemia foi instalada para apurar ações e omissões do governo federal durante a pandemia. E tem feito isso muito bem. Já comprovamos que o governo atrasou a compra de vacinas e não fez uma campanha de esclarecimento à população, por exemplo. Tais escolhas foram deliberadas pelo presidente da República. Escolhas que impactaram diretamente na saúde de brasileiros e que iam contra recomendações técnicas. Em um dos depoimentos, vimos o caso da ex-coordenadora do Plano Nacional de Imunização, Francieli Francinato, que pediu exoneração do cargo justamente porque não havia vacina nem comunicação para realizar um plano diante da gravidade da pandemia. Essa é a essência da

CPI. Acredito que seja possível, sim, fazer um relatório rapidamente. Em duas ou três semanas, estará disponível. Mas, claro, a comissão responde aos fatos. Se surgem novos acontecimentos ao longo dos dias, esse prazo tende a aumentar.

É possível dizer que o governo apostou na imunidade de rebanho para conter a pandemia?

Nós temos tanto falas do próprio presidente da República como de seus assessores. Recentemente fizemos a oitiva parcial do deputado Ricardo Barros. Há uma infinidade de vídeos dele defendendo essa tese absurda, à qual o governo Bolsonaro aderiu, fugindo da recomendação de técnicos do próprio Ministério da Saúde, da Organização Mundial da Saúde e dos países vizinhos que espelham um bom atendimento. Nada foi feito no sentido do consenso mundial de atendimento à pandemia. O mundo inteiro, até maio de 2020, discutia se cloroquina fazia sentido para tratamento. De lá para cá, essa discussão parou no mundo. Mas no Brasil, não. Isso tem duas consequências: a primeira delas é enriquecer o empresário que vende cloroquina, sendo que alguns deles têm vinculação com o governo. E a segunda é a ilusão das pessoas de que existe uma cura, um tratamento, em que você pode se expor. A consequência é aumentar o número de variantes, acelerar a contaminação e retardar a nossa saída da crise. Tudo isso é claramente culpa do governo Bolsonaro, com decisão direta do presidente da República. Está provado. Certamente, isso constará no relatório final. Como vê a participação do ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, na questão das vacinas? Pazuello tem muito a esclarecer à CPI. Precisa ser requerido novamente. Em seu depoimento, ele disse que não negociava vacinas, quando se encontrava com vendedores e empresários porque ele era o ministro. Poderia tratar disso. Chamou a atenção, porque não é natural, durante uma crise tão grave, não ter essa participação. Mas fica pior quando passamos a saber que Pazuello teve, sim, contato (com vendedores e vacinas). Ao mesmo tempo, o ex-ministro retarda a aquisição dos fornecedores sérios de vacinas, como da Pfizer, por exemplo. * Estagiário sob supervisão de Carlos Alexandre de Souza

" Temos um presidente que diariamente ataca a democracia, o sistema eleitoral e autoridades sem nenhuma prova. E usa isso como mecanismo para mobilizar sua base e esconder as falhas de sua gestão. Não vai colar. "

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário,
Judiciário - STF

CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA - EIXO CAPITAL



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA

Entre o direito e a política

Em um gesto que não deixa de ser surpreendente, o governador Ibaneis Rocha se juntou a outros 13 chefes de Executivo estadual para emitir uma nota de solidariedade ao Poder **Judiciário**. Egresso da carreira jurídica, o governador do DF avaliou que não poderia silenciar ante os ataques sistemáticos do presidente Jair Bolsonaro aos integrantes da mais alta Corte de Justiça brasileira, bem como à ordem democrática. Ocorre que o titular do Buriti mantém uma boa relação com o chefe do Planalto. Na cerimônia de posse de Ciro Nogueira à Casa Civil, Bolsonaro, mais uma vez, rasgou elogios a Ibaneis. 'Nós aqui somos um só governo. União e Distrito Federal é um casamento perfeito', celebrou. Para não provocar atritos com o presidente, a saída foi sair em defesa do **Judiciário**. E, assim como fizeram Arthur Lira e Rodrigo Pacheco, fazer um apelo pela pacificação entre os Poderes da República.

Pós-covid

O Hospital Universitário de Brasília oferece 60 vagas para o programa de reabilitação pulmonar pós-covid. O tratamento é voltado para pacientes que, recuperados da doença, apresentam cansaço muscular, falta de ar, dificuldade de respirar durante certas atividades, fraqueza generalizada, perda de massa muscular ou dependência funcional. O programa tem duração de oito semanas. Para participar do programa, o paciente deve ser encaminhado por um médico da rede pública de saúde do DF.

Taguatinga é poder

Pelo menos quatro grandes nomes de Taguatinga, cidade com forte tradição na política brasiliense, estarão nos palanques em 2022: Leila Barros, Flávia Arruda, André Clemente e José Humberto Pires. O próprio presidente do PT-DF, Jacy Afonso, que se recupera da covid-19, pode alçar voos altos com uma eventual onda impulsionada por Lula candidato.

Caldeirão fervendo

Convidem para a mesma mesa, mas saibam que, na vera, eles já pensam e agem como concorrentes nas eleições majoritárias do ano que vem. Izalci, Ibaneis, Leila, Reguffe e Flávia espionam os gestos uns dos outros 24 horas por dia.

Será que vai?

A pedra no sapato de Ibaneis está justamente entre Taguatinga e Ceilândia. O Centro Administrativo do DF é um projeto que permanece pendente e pode virar tema de discussões eleitorais em 2022. E aí, vai inaugurar?

Túnel do tempo

Em compensação, é fato que o governador e aliados devem capitalizar votos com a inauguração do túnel de Taguatinga. Prevista para 2022, a obra está mudando a cara da cidade.

Tudo pela educação

Convidado para uma palestra a empresários do Distrito Federal, o ministro do TCU Augusto Nardes fez um alerta para temas que considera fundamentais: educação, funcionalismo público e as invasões de terras no DF- este último um problema que se perpetua há décadas.

Pior que o Vietnã

Nardes propôs uma auditoria do ensino básico, fundamental e também do ensino superior. 'Nossos melhores alunos do Brasil são próximos dos piores do Vietnã. Como aperfeiçoar a educação brasileira? Como ter plataforma digital nesses dois anos perdidos? Ficou claro, nessa pandemia, que não estamos preparados para enfrentar essa situação', apontou o magistrado.

Eficiência funcional

O ministro também tratou da qualidade do serviço público. 'Nós temos 15 milhões de funcionários. Alguém está monitorando se está tendo eficiência? Ou se está tendo treinamento adequado para eles? É a população brasileira que paga. São necessários indicadores de governança. Nós temos que fazer pressão em todos os municípios e estados para implantar a governança', disse.

Favelas do Entorno

Por fim, o magistrado mencionou a questão agrária. 'As invasões continuam avançando. Nós estamos repetindo aqui o que aconteceu no Rio de Janeiro. O Entorno de Brasília está repleto de favelas. Vivemos no Plano Piloto um privilégio que não vai durar para a vida toda. Falei com o atual governador sobre um planejamento estratégico que evite essas situações dramáticas. Os números daqui da região estão entre os piores do Brasil em termos de criminalidade. É uma crítica positiva para que possamos buscar um caminho', acrescentou Nardes.

R\$ 140 milhões

É quanto o GDF pretende investir no recapeamento das principais vias do DF. As obras ocorrerão em toda Grupo Malunga/Divulgação

Via livre

Ex-presidente da Câmara Legislativa, JoeValle (foto), caiu nas graças de Ibaneis Rocha. O ex-parlamentar esteve naVC-441, estrada que liga o Núcleo Rural Lamarão à rodovia DF-285, no Paranoá, onde ouviu do governador: 'Nós ainda vamos conversar, porque está só começando. Vamos puxar você de novo para a política, porque a política precisa de pessoas boas como você'. Em troca pela gentileza, JoeValle se empolgou. Até sugeriu que a via passe a se chamar 'Rodovia Governador Ibaneis'.

Partiu 2022

O governador Ibaneis Rocha não vai esperar o Congresso definir as regras da próxima eleição e já está em campo. Tem conversado com lideranças locais e nacionais de vários partidos com a intenção de formar uma grande chapa de apoio. Para Ibaneis, a volta das coligações é fato consumado, mesmo precisando ainda da aprovação do Senado.

Na luta

O ex-deputado distrital César Lacerda se recupera bem de um AVC e já está em casa.

Picapes da vacina

Para atrair a moçada acima de 18 anos a se vacinar contra a covid-19, DJs vão tocar, nesta terça-feira, na Praça dos Direitos do Itapoã e na Praça dos Direitos de Ceilândia. Nesses locais, os jovens poderão receber a primeira e a segunda doses dos imunizantes. A iniciativa faz parte do programa Sua Vida Vale Muito e, além do trabalho de servidores, conta com a ajuda de voluntários.

Brasil grande

O encontro do Grupo de Líderes Empresariais (Lide) teve, ainda, uma participação da deputada federal Paula Belmonte (Cidadania-DF). Ela chamou a atenção para o investimento em educação. Conclamou os empreendedores a contribuírem com a formação das próximas gerações. 'Não estamos falando de futuro distante. A miséria no Distrito Federal é uma realidade. Nós vivemos em uma ilha da fantasia', opinou. O tema do Lide foi 'Os mecanismos de governança na retomada do crescimento econômico brasileiro'.

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário

Ministro teme impacto de cenário político e Covid nas concessões



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os efeitos da pandemia e o cenário político conturbado no país devem afetar as concessões importantes de infraestrutura previstas para até 2022, como a Ferrogrão, os aeroportos de Congonhas e Santos Dumont e a Via Dutra, disse o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas. Segundo ele, os valores mais altos de outorga e de investimentos previstos também podem limitar a competição pela sétima rodada de aeroportos, pela rodovia Presidente Dutra e pela Ferrogrão a um grupo restrito de concorrentes.

'Atravessamos uma pandemia, e muitas empresas ficaram com dificuldades de caixa', disse Tarcísio à Reuters. 'Em alguns projetos é natural que haja um interesse restrito a poucos grupos, o importante é trazer os qualificados'

As declarações ilustram o desafio de Freitas para concluir a etapa mais crítica do plano de concessões 2019-22 previsto para trazer 250 bilhões de reais em investimentos, vitais para o país que se recupera da grave recessão oriunda da pandemia.

Mas confiante de que o cronograma será cumprido, o

ministro embarca nas próximas semanas para encontros nos EUA, na Europa e Oriente Médio, para atrair licitantes para uma dezena de ativos que serão leiloados entre outubro e novembro, entre terminais portuários e rodovias.

Para um deles, a Via Dutra, Tarcísio já sinaliza que devem ser poucos candidatos, devido ao 'tíquete alto'. Além do valor de outorga, um misto de valor mínimo e menor tarifa, espera-se investimentos de R\$15 bilhões ao longo dos 30 anos da concessão.

Mas o caso mais complexo para é a Ferrogrão, projeto de ferrovia com previsão de leilão no início de 2022, mas que está mergulhado nas arenas política e comercial.

O bilionário projeto de 933 quilômetros, para ligar Mato Grosso ao Pará, numa opção pelo Norte para escoar a exportação de uma das maiores regiões do agronegócio do mundo, é alvo de oposição ferrenha de ambientalistas dentro e fora do Brasil, com questões envolvendo desmatamento e danosa áreas indígenas.

'O ambiente não é dos melhores; em condições normais já teríamos tido um desfecho favorável', disse Tarcísio. 'A Ferrogrão vai acontecer, mas estamos perdendo tempo com componentes político, ideológico e comercial', afirmou, alegando que o projeto já se mostrou ambientalmente sustentável.

Especialistas no setor de infraestrutura ouvidos pela Folha concordam com possíveis impactos da crise política na análise do projeto da Ferrogrão, mas dizem não ver maiores efeitos sobre as Outras concessões que o governo pretende licitar nos próximos meses.

'A situação da Ferrogrão pode ser judicializada, e é lógico que não é interessante uma tensão com o **Judiciário**', diz o sócio da Radar PPP, Guilherme Naves. 'Mas no geral, olhando a carteira de concessões, os investidores trabalham com longo prazo.' Colaborou Nicola Pamplona, do Rio

null

null

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário

PAINEL



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Camila Mattoso com Fabio Serapião e Guilherme Seto

Chapéu

Na mira do Conselho Nacional do Ministério Público, sem apoio da Procuradoria-Geral da República e com investigações anuladas pelas cortes superiores, os procuradores da Lava Jato do Rio de Janeiro fecharam um acordo de delação premiada milionário e ofereceram ao menos três denúncias nos últimos meses. Os casos, entretanto, não têm sido divulgados por causa do receio de novas investidas contra os procuradores como a que está em andamento no CNMP.

CORTE

O corregedor-geral do conselho, Rinaldo Reis Lima, pediu em julho a demissão de 1 procuradores que atuaram na Lava Jato do Rio sob a alegação de que eles publicaram no site do MPF dados sigilosos de uma investigação sobre o ex-ministro Edison Lobão e de seu filho, Márcio Lobão.

POUCO

Transformada em Gaeco (grupo de atuação contra o crime organizado) pela gestão de Augusto Aras, a antiga força-tarefa chefiada pelo procurador Eduardo El Hage tem em seus quadros atualmente nove procuradores e três assessores. A quantidade é classificada por investigadores como insuficiente.

FORA. . . A Polícia Federal ouviu nesta segunda (16) o perito criminal Ivo Peixinho no inquérito administrativo aberto pelo TSE para investigar a live com ataques de Jair Bolsonaro às urnas eletrônicas.

D'ÁGUA

Especialista em crimes cibernéticos, o perito participa desde 2016 dos testes de segurança dos equipamentos e foi levado pelo ministro da Justiça, Anderson Torres, a uma reunião no Palácio do Planalto, em 23 de julho, dias antes da live de Bolsonaro.

ASSIM MESMO

Peixinho e mais um perito foram apresentados na reunião às teses de internet que o presidente usaria na live e disseram não ser possível fazer juízo de valor sem análise oficial. Mesmo após o encontro, o ministro da Justiça apresentou relatórios assinados pelo perito para, em suas palavras, 'corroborar' as ideias de Bolsonaro.

BLOCO Governadores de 13 estados e do Distrito Federal assinaram documento em solidariedade ao Supremo e seus ministros em meio às ameaças e agressões de Bolsonaro.

MAPA

Subscrevemo documento os governadores de DF, Bahia, Maranhão, Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul, Ceará, Paraíba, Espírito Santo, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Amapá.

BERREIRO

Durante entrevista ao influenciador bolsonarista Oswaldo Eustáquio neste domingo (15), Sérgio Reis chorou, defendeu Bolsonaro e voltou a convocar pessoas para protesto de 7 de setembro.

PRESSÃO

'Se o povo não for para as ruas, Brasília não vai fechar, então não vai adiantar nada. O Exército não pode fazer nada, o presidente não pode fazer nada, e nós não podemos fazer nada', disse Reis.

BOIADA

No fim de semana, repercutiu nas redes sociais um áudio em que Reis afirma que ele e os apoiadores de Bolsonaro invadiriam o **STF** e tirariam os ministros na marra. Sua mulher disse à coluna Mônica Bergamo que ele está triste 'porque foi mal interpretado'

RUPTURA

O músico Guarabyra, da dupla Sá e Guarabyra, diz ao Painel que está muito decepcionado com a atitude de Reis em 'ameaçar anormalidade constitucional para fazer valer seus pontos de vista'

SILÊNCIO

Ele diz que participaria de gravação da música Sobradinho no novo disco de Reis, mas desistiu após ouvir o áudio com ataques ao **STF**

LAMENTO

'Perigosamente estimula aventureiros déspotas a agredir, além do que já vem sendo agredido, o Estado de Direito no Brasil. Em suma, a atitude de Sérgio é absolutamente abjeta, arbitrária e irresponsável', critica Guarabyra.

CONVITE

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) quer que Marco Polo Del Nero, ex-presidente da CBF, preste depoimento à CPI da Covid. O parlamentar afirma que já protocolou o requerimento para ouvi-lo.

REDE

A vinculação de Del Nero à CPI se dá por meio de Francisco Maximiano, dono da empresa Precisa, que intermediou a venda da Covaxin para o governo federal. Reportagem da revista Veja mostrou que outra empresa de Maximiano, a Global, pagou R\$ 7 milhões a escritório de advocacia do qual Del Nero é sócio.

TIROTEIO

"Não é o Bolsonaro, é o Paulo Guedes. Como não tem nada de positivo para mostrar, ele fica arrumando problema"

De André Ceciliano (PT), presidente da Alerj, sobre a intenção do governo Jair Bolsonaro em vender o Palácio Gustavo Capanema

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

O máximo do direito, o máximo da injustiça



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Augusto Aras

A intensidade dos últimos anos legou um ambiente institucional tensionado, onde os limites vêm sendo testados continuamente e parte da sociedade tem demandado ações enérgicas, muitas vezes desconhecendo os limites e raios de ação de cada um dos atores.

É o caso do procurador-geral da República (PGR), que, mesmo acumulando competências e responsabilidades, não pode tudo. A linha divisória é claramente delimitada pela Constituição e leis. Cinge-se, especialmente, como titular da ação penal pública, nos crimes comuns, contra autoridades com prerrogativa de foro no **Supremo Tribunal Federal**, como o presidente da República, senadores e deputados federais.

Não tem atribuição, de ofício, para processar quem ofende a honra de terceiros, salvo se a vítima for chefe de Poder (antiga Lei de Segurança Nacional). Se não for, dependerá de representação do ofendido. Também não pode processar aquelas autoridades por crimes de responsabilidade porque é da competência do

Congresso Nacional. De regra, não é dado ao PGR compartilhar da retórica política (ainda que a crítica seja ácida) consistente no diálogo, em busca de consenso social, típica dos Poderes Legislativo e Executivo.

Cabe ao PGR ficar adstrito ao discurso jurídico inerente ao sistema de Justiça que submete, repita-se, submete as duas magistraturas ao império da lei, à norma, ao Estado de Direito (de segurança jurídica, de verdade e de memória).

Quando o PGR sai do discurso jurídico e passa à retórica política, igualando-se aos representantes eleitos, criminaliza-se a política. Usando a norma para submeter contrários, cassando mandatários, obstando o desenvolvimento sustentável, econômico, ambiental e social, inclusive com a paralisação de obras.

Podendo até embaraçar o enfrentamento da pandemia com discussões marcadas pelas incertezas empíricas alheias às relações jurídicas, em tese, para cumprir as sagradas funções que lhe foram confiadas pela Carta Magna.

Quando a atuação jurídica se imiscui com o dia a dia da retórica política, é possível invocar a Constituição para defender absurdos. Foi nela que o vice-presidente e senador norte-americano John Caldwell Calhoun (1782-1850) se baseou para sustentar sua posição antiaboliconista em sua época.

Foi assim que constatamos, em 34 anos de carreira pública, que certos excessos e violações à Constituição Federal e à lei orgânica que estrutura e organiza o Ministério Público resultaram em graves lesões aos princípios constitucionais, mormente republicano e da administração pública, com reflexos nocivos nos direitos e garantias fundamentais, levando ao questionamento da amplitude da instituição.

Na gestão atual, buscamos o aprimoramento institucional, propiciando a todos os membros e servidores iguais oportunidades, sem odiosas

preferências e facciosismos; aos cidadãos, inclusive às minorias, o respeito aos seus direitos e garantias, ao devido processo legal; às empresas, a liberdade de iniciativa e de concorrência; aos trabalhadores, a sua proteção com a geração de empregos; a todos, a liberdade de expressão.

Fortalecemos os órgãos internos de combate à corrupção, instalando os Gaecos federais (Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), investigamos e processamos centenas de pessoas com prerrogativa de foro nos tribunais superiores, recuperando ativos bilionários.

Em 22 meses promovemos as campanhas 'Respeito' e 'Diversidade' em busca da pacificação social, renovamos os quadros e o programa da Escola Superior, com a adoção da deontologia do MP, e antes mesmo do reconhecimento da pandemia, constituímos o Giac (Gabinete Integrado de Acompanhamento) e centralizamos as demandas buscando otimizar o seu atendimento.

Superamos, quantitativa e qualitativamente, todas as expectativas, graças aos colegas de todos os ramos do MP brasileiro, sem exibicionismos, pois nosso dever é promover Justiça com independência funcional e impessoalidade.

É preciso sobriedade e sabedoria para retomarmos, superando o luto vivido por milhões de famílias e o drama do desemprego sem abrir mão da democracia, que foi por décadas ansiada e buscada. Temos de nos apegar ao combate de problemas reais e ao cuidado para não apagar fogo com gasolina. O Brasil vive um momento onde todas as cordas estão esticadas. E cabe a nós, do Ministério Público, guiar-nos sempre contra o excesso de ativismo para evitar injustiças irreversíveis.

[...]

Temos de nos apegar ao combate de problemas reais e ao cuidado para não apagar fogo com gasolina. O Brasil vive um momento onde todas as cordas estão esticadas. E cabe a nós, do Ministério Público, guiar-nos

sempre contra o excesso de ativismo para evitar injustiças irreversíveis

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Ministros tentam convencer Bolsonaro a amenizar com STF e evitar atrito no Senado



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Julia Chaib, Marianna Holanda, Renato Machado, Ricardo Della Colletta e Danielle Brant

BRASÍLIA - Depois de o presidente Jair Bolsonaro anunciarem uma rede social que pretende pedir o impeachment de integrantes do **STF (Supremo Tribunal Federal)**, ministros palacianos tentam convencê-lo a recuar da ideia.

A tarefa coube principalmente ao chefe da Casa Civil e líder do centrão, Ciro Nogueira, mas também conta com o apoio de Flávia Arruda, ministra da Secretaria de Governo.

Ambos lideram a ala política do Palácio do Planalto e têm argumentado internamente que o gesto de levar ao Senado pedidos de afastamento contra os ministros Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes, além de ser 'inútil' do ponto de vista prático, tem potencial de piorar ainda mais a crise entre os Poderes.

Bolsonaro chegou a trabalhar com a hipótese de ir

acompanhado de ministros do governo entregar pessoalmente ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), o pedido de afastamento.

Nas palavras de assessores, o gesto terminaria de dinamitar a interlocução do Planalto com a cúpula do **Judiciário** -Tjá bastante desgastada pelas declarações do presidente nas últimas semanas.

Ciro e Flávia também têm dito que a nova investida de Bolsonaro contra Barroso e Moraes, se confirmada, atrapalharia a governabilidade e ainda criaria novos obstáculos para as indicações de André Mendonça e Augusto Aras, que tramitam no Senado.

Os senadores deverão analisar o nome de Mendonça para uma vaga no **STF** e o de Aras para recondução na chefia da PGR (Procuradoria-Geral da República). Além disso, o governo ainda enfrenta a CPI da Covid no Senado, comissão onde um pedido de indiciamento do presidente já é dado como certo.

Em conversas com aliados no final de semana, de acordo com relatos, Bolsonaro não se comprometeu a abaixar o tom contra o **STF**, mas tampouco interdito o trabalho dos que tentam pavimentar diálogo com a corte.

A interlocutores, o ministro da Casa Civil tem repetido que é um 'amortecedor' e que busca a 'paz' entre as instituições. Ele acompanhou Bolsonaro nesta segunda-feira (16) num exercício militar da Marinha em Formosa (GO) e teve nova reunião com o presidente no final da tarde.

Durante o exercício, Bolsonaro afirmou que 'jamais nós seremos os motivadores de qualquer ruptura ou medidas que tragam intranquilidade para o povo brasileiro'.

O presidente disse ainda que as Forças Armadas 'dão

suporte aos Três Poderes'.

'Qualquer movimento nosso visa única e exclusivamente a defesa da pátria', disse Bolsonaro aos militares.

O seu discurso ficou registrado em um vídeo na página do deputado federal Helio Lopes (PSL-RJ) e não foi transmitido pela TV Brasil.

O problema, de acordo com interlocutores palacianos, é que Bolsonaro é imprevisível e tem um histórico de ignorar apelos por moderação.

O próprio Ciro Nogueira pediu em seu discurso de posse que Bolsonaro o visse como um 'amortecedor'. A aliados, ele defendeu nos últimos dias que o presidente virasse a página em relação ao voto impresso. Não foi ouvido.

Bolsonaro anunciou, no sábado (14), que pretende levar ao Senado pedidos de abertura de processo de impeachment contra Moraes e Barroso. O mandatário revelou seu plano nas redes sociais um dia depois de Moraes ter determinado a prisão de Roberto Jefferson, aliado do presidente.

'De há muito, os ministros Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso, do **Supremo Tribunal Federal**, extrapolam com atos os limites constitucionais. Na próxima semana, levarei ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), um pedido para que instaure um processo sobre ambos, de acordo com O art. 52 da Constituição Federal', escreveu o presidente.

Desde a prisão do ex-condenado no mensalão, a base do presidente passou a cobrá-lo por um posicionamento mais contundente contra o STF.

Quando o deputado federal afastado Daniel Silveira (PSLRJ) foi preso no âmbito do inquérito dos atos antidemocráticos, por determinação de Moraes, Bolsonaro se calou.

A ala mais radical do bolsonarismo incentiva confronto. Auxiliares do presidente destacam que seria difícil para

ele voltar atrás de uma promessa feita nas redes sociais.

Por isso, uma das alternativas levadas a Bolsonaro é encontrar uma forma de apresentar os pedidos de afastamento sem envolver diretamente a figura do presidente.

Nesse sentido, Bolsonaro foi aconselhado a deixar que um aliado protocole a ação.

Sem citar Bolsonaro, Pacheco admitiu uma crise entre os Poderes ao se manifestar em rede social nesta segunda.

O presidente do Senado afirmou que 'é recomendável, nesse momento de crise, mais do que nunca, a busca de consensos e o respeito às diferenças. Patriotas são aqueles que unemo Brasil, e não aqueles que querem dividi-lo'.

Disse ainda que o Congresso não vai aceitar 'retrocessos' e que realiza uma 'vigorosa vigilância' da democracia.

A decisão de Bolsonaro de pedir a abertura de processos contra os ministros do **STF** colocou Pacheco em uma situação delicada, principalmente se for confirmada a possibilidade do mandatário entregar pessoalmente o documento.

A interlocutores, Pacheco tem dito ser contrário a essa possibilidade, mas que receberia Bolsonaro para não criar novos constrangimentos.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse, mais cedo, ser 'um ferrenho defensor constitucional da harmonia e independência entre os Poderes'. 'O país precisa de mais trabalho e menos confusão', escreveu.

Até o vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB) disse ser 'difícil' prosperar os pedidos de Bolsonaro no Senado.

'O presidente tem a visão dele, considera que esses

ministros estão passando dos limites, e uma das saídas [. . .] seria o impeachment. [. . .] Acho difícil o Senado aceitar', disse.

Os ataques de Bolsonaro contra o **Judiciário** também levaram governadores de 13 estados e do Distrito Federal a divulgar nesta segunda uma carta em solidariedade ao Supremo e aos seus ministros.

Assinam o documento os Governadores Renan Filho (MDB-AL), Waldez Goés (PDT-AP), Rui Costa (PT-BA), Camilo Santana (PT-CE), Ibaneis Rocha (MDB-DF), Renato Casagrande (PSB-ES), Flávio Dino (PSB-MA), João Azevêdo (Cidadania-PB), Paulo Câmara (PSB-PE), Wellington Dias (PT-PI), Fátima Bezerra (PT-RN), Eduardo Leite (PSDB-RS), João Doria (PSDB-SP) e Belivaldo Chagas (PSD-SE).

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário,
Judiciário - STF

PGR ABRE INVESTIGAÇÃO CONTRA BOLSONARO POR ATAQUE ASURNAS



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O procurador-geral da República, Augusto Aras, afirmou ao **STF (Supremo Tribunal Federal)** nesta segunda-feira (16) que abriu uma investigação preliminar para apurar se o presidente Jair Bolsonaro cometeu crime por ter usado uma TV pública para transmitir a live em que fez seu maior ataque ao sistema eletrônico de votação. À ministra Cármen Lúcia, do **STF (Supremo Tribunal Federal)**, havia dado nesta segunda 24 horas para o procurador-geral se manifestar sobre o fato. No último dia 3, a ministra já havia solicitado parecer da Procuradoria sobre o caso e dito que, em tese, o episódio poderia configurar crime de natureza eleitoral. Nesta segunda-feira, classificou como graves as condutas descritas por deputados do PT na notícia-crime apresentada contra Bolsonaro ao **STF** sobre o Caso. Aras, que costuma se alinhar a Bolsonaro, contraria o histórico da instituição ao evitar defender as urnas eletrônicas.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

É o Judiciário, estúpido



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Ana Estela de Sousa Pinto

Se estes quatro anos fossem a final de um campeonato, a democracia brasileira teria entrado em campo como favorita após as eleições de 2018. Mas terminou o primeiro tempo perdendo, e isso não é uma boa notícia, segundo estudo de cientistas políticos suecos.

Eles analisaram 96 processos de colapso democrático em 64 nações de 1900 a 2019, mas com uma inovação em relação a outros trabalhos sobre como as democracias morrem -ou, mais urgente, como resistem às tentativas de assassinato.

Liderada pela pesquisadora Vanessa Boese, a equipe da Universidade de Gotemburgo estudou a resiliência das democracias em duas etapas distintas: erosão inicial e colapso.

A relevância desse enfoque, afirmam, é que em cada uma das fases as defesas possíveis contra as tentativas de autocratização -experiência prévia com regimes democráticos, desenvolvimento econômico, atuação do **Judiciário** e ambiente político regional- têm pesos

diferentes.

A prosperidade econômica, por exemplo, é relevante para evitar que o processo inicial de erosão se estabeleça, mas tem pouco efeito quando ele já se instalou, de acordo com o estudo.

É nesse grupo de 12 países em que retrocesso sensível já foi detectado que está relacionado o Brasil, ao lado da Bulgária, da Índia, de Israel e, como o levantamento vai até 2019, dos Estados Unidos de Donald Trump.

Há motivos para preocupação, segundo o estudo: nos 84 casos cujos desfechos já são conhecidos, 77 das democracias que tropeçaram na primeira fase sucumbiram ao avanço autoritário; só 19 viraram o jogo.

Se ainda há tempo para reforçar a retranca no segundo tempo da partida, convém conhecer os resultados das estatísticas suecas: restrições judiciais estão "positiva e significativamente" associadas à resiliência nas duas etapas.

Mais: é o **Judiciário** que desempenha "um papel importante como a última linha de defesa da democracia contra os aspirantes a ditadores".

COLUMNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário

FOLHA EXPLICA - Entenda como funciona o impeachment de ministros do STF



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Géssica Brandino e Renata Galf

SÃO PAULO - Um dia após a prisão de seu aliado Roberto Jefferson, o presidente Jair Bolsonaro afirmou neste sábado (14) não provocar nem desejar uma ruptura institucional e disse que vai levar ao Senado um pedido de abertura de processo contra os ministros Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso, do **STF (Supremo Tribunal Federal)**.

Tramitam no Senado 17 pedidos de impeachment contra ministros da corte, a maioria deles contra o Moraes. De 2008 até o momento, a Casa recebeu 72 solicitações pedindo o impedimento de integrantes do Supremo. Destas, 52 foram feitas durante a gestão de Bolsonaro.

No caso de impeachment de ministro do Supremo, o presidente do Senado não é obrigado a dar seguimento a um pedido recebido. Dentre os pedidos recebidos pelos senadores, a maioria sequer foi admitida pela Casa.

*

Como funciona a tramitação do impeachment contra ministros do **STF**? Há diferenças em relação ao processo contra o presidente?

Pesquisadora do Supremo em Pauta da FGV e doutoranda em Direito do Estado pela USP, Ana Laura Barbosa explica que qualquer cidadão pode apresentar a denúncia nos dois casos, mas a diferença entre os processos está no juízo sobre a admissibilidade da denúncia.

No caso do presidente da República, pautar o processo de impeachment é uma prerrogativa do presidente da Câmara e precisa do voto de 342 de um total de 513 deputados federais para ser autorizado e seguir para o Senado.

No caso de ministros do **STF**, apenas o Senado atua no processo. O pedido é encaminhado para a Comissão Diretora, e é uma prerrogativa do presidente da Casa, atualmente o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), decidir se os senadores analisarão o mérito ou se o pedido será arquivado. Para que um ministro seja destituído do Supremo é preciso o aval de 54 senadores.

Quantos pedidos de impeachment contra ministros do **STF** tramitam no Senado?

Desde 2008, a Casa recebeu 72 solicitações de impeachment contra integrantes do Supremo. Destas, 52 foram feitas durante a gestão de Bolsonaro na Presidência.

O Senado não admitiu 30 das petições apresentadas. Outras 22 foram indeferidas e três arquivadas. Estão em tramitação 17 pedidos, dos quais 7 são contra Moraes, que também é alvo de outras duas solicitações, feitas

contra todos ou vários membros da corte.

Somados os pedidos individuais e coletivos, Moraes já teve seu impeachment requerido junto ao Senado 26 vezes. Há nove solicitações contra o ministro ainda em análise. Dias Toffoli, que presidiu o **STF** de setembro de 2018 a 2020, aparece na sequência, em 17 pedidos. Gilmar Mendes é o terceiro, alvo de 15 pedidos.

Que condutas correspondem a crimes de responsabilidade de ministros do **STF**?

São cinco condutas, listadas na lei 1.079 de 1950. A primeira delas prevê crime de responsabilidade que integrante do Supremo altere, por qualquer forma, exceto por meio de recurso, a decisão ou voto já proferido em sessão da corte já encerrada.

Outro crime é realizar julgamento, quando, por lei, seja suspeito na causa. O exercício de atividade político-partidária também pode gerar responsabilização, assim como ter conduta negligente no cumprimento dos deveres do cargo e agir de modo incompatível com a honra dignidade e decoro das funções.

A lei ainda prevê a possibilidade de responsabilização por crimes contra a lei orçamentária em caso de condutas ordenadas ou praticadas pelo presidente do Supremo ou seu substituto.

Há participação dos ministros do **STF** nos processos de impeachment contra a corte no Senado? É possível interferir de alguma forma?

O professor de direito constitucional da UnB (Universidade de Brasília) Mamede Said Maia Filho diz que o papel do **STF** no processo se restringe a presidir a sessão de julgamento. 'Se for ele [o presidente do **STF**] que estiver na berlinda, no meu entendimento, assume o vice. Isso não está claro na lei' Diego Werneck, professor associado do Insper, frisa que a competência de julgar é privativa do Senado e que, nesse caso, não cabe uma análise posterior de um tribunal. O Supremo, porém, pode interferir durante o processo para que as regras constitucionais sejam

aplicadas.

Como não há casos de ministros que tenham sido julgados pelo Senado, caso isso aconteça, poderá haver 'decisões sobre questões ainda não enfrentadas dentro das jurisprudência brasileira'.

'O que aconteceu no caso da Dilma e do Collor oferece algum tipo de orientação, mas que é incompleta se a gente considera que não são estruturas idênticas. Esse processo começa e termina no Senado. O presidente da República tem duas Casas para se defender. O ministro do Supremo só tem uma', afirma.

O processo de impeachment de ministro do **STF** também é considerado político-jurídico como o de presidente ou deve ser mais técnico?

Por ser um julgamento feito em uma casa política, o Senado, o professor Mamede, da UnB, afirma que não é possível esperar que o processo seja estritamente técnico.

'Diria que os pedidos atuais que tramitam tem toda essa dimensão política. Pessoas que se sentem ofendidas porque os ministros julgaram contra a visão que elas têm, que no mais das vezes é uma visão leiga que não condiz com a interpretação da Constituição e do ordenamento jurídico', afirma.

Werneck, do Insper, diz que, além do fato de os responsáveis pelo julgamento serem parlamentares, há também uma dimensão política na avaliação sobre se a conduta praticada é grave o suficiente para justificar a retirada de um ministro, cálculo que também é feito no caso do afastamento do chefe do Executivo.

No caso dos membros do Supremo, porém, resta descobrir como seria o comportamento dos senadores.

'A gente não teve impeachment de ministro do **STF** desde 1988. Invariavelmente a gente trabalha com um parâmetro que é incerto. O Supremo nunca precisou se pronunciar sobre a compatibilidade da lei 1.079 na parte referente a crime de responsabilidade de ministros'.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Especialistas criticam argumento para prisão de Jefferson, apesar de crimes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Renata Galf

SÃO PAULO - Há pelo menos dois níveis de discussão em relação à prisão do presidente do PTB, Roberto Jefferson, determinada pelo ministro Alexandre de Moraes, do **STF (Supremo Tribunal Federal)**.

A primeira delas é se caberia ou não prisão preventiva. Entre os especialistas ouvidos pela Folha, não houve consenso. Parte considera que a medida até seria possível frente aos indícios, mas criticam a fundamentação. Há quem considere que a argumentação do ministro foi suficiente.

Outra questão é se teria havido cometimento de crimes por parte de Jefferson. Neste ponto, é consenso entre os especialistas que diversas das falas de Jefferson ultrapassam os limites da liberdade de expressão, adentrando a esfera criminal. Entretanto, ressaltam que nem todas as falas apontadas configurariam crime e que essa análise mais detalhada deve ser feita no decurso da investigação.

Também houve críticas ao posicionamento da PGR (Procuradoria-Geral da República), que apontou que a prisão seria uma forma de censura prévia. No entanto, eles dizem não ter ficado claro qual o posicionamento do órgão quanto a se estariam ou não configurados crimes nas falas elencadas na decisão de Moraes.

Parte dos especialistas ressaltam ainda que, diferentemente da prisão do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ), cujo pedido partiu do **STF**, no caso de Jefferson a solicitação foi feita pela Polícia Federal.

O líder do PTB e aliado do presidente Jair Bolsonaro foi preso na última sexta-feira (13) no âmbito da investigação sobre suposta organização criminosa digital voltada a atacar as instituições a fim de abalar a democracia.

Em maio do ano passado, o ex-deputado já tinha sido alvo de busca e apreensão e de bloqueio de suas redes sociais.

Segundo Moraes, o político divulgou vídeos e mensagens como 'nítido objetivo de tumultuar, dificultar, frustrar ou impedir o processo eleitoral'.

Moraes assinou o mandado contra o presidente do PTB sem a manifestação da PGR, que não cumpriu o prazo de 24 horas para se posicionar.

O ministro do **STF** listou indícios de mais de dez crimes. Na decisão de 38 páginas, a maior parte não se refere à argumentação jurídica, mas à transcrição de diversas manifestações de Jefferson em entrevistas nos últimos meses e que foram reunidas pela PF.

O professor de teoria e história do direito da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) Diego Nunes argumenta que parte dos crimes apontados referentes à Lei de

Segurança Nacional já estariam em tese configurados apenas pelo discurso. Ele considera que, como o inquérito está em sigilo, é provável que haja mais elementos que embasem indícios de risco de violência.

'Os artigos 22 e 23 são crimes cometidos verbalmente. São condutas que extrapolem aquilo que se entende como liberdade de expressão'

Como exemplo de possível crime, ele destaca as falas defendendo a invasão do Senado. 'Me parece que em tese estaria incitando a subversão da ordem política e social'

Em entrevistas, Jefferson fez declarações como: 'Eu penso que nós temos que agir agora. Concentrar as pressões populares contra o Senado e, se preciso, invadir o Senado e colocar para fora da CPI a pescoção. Porque moleque a gente trata a pescoção'.

'Nós, o povo, fazemos uma pressão no dia da CPI, invadirmos aquele troço e colocar pra fora a pescoção os senadores que compõem a comissão de inquérito. (...) E jogar todo mundo dentro daquele lago em frente ao Congresso Nacional, pra ver se eles fazem um batismo em água e Deus entra no coração daqueles satanazes. '

As principais críticas à decisão por parte de advogados e especialistas em direito se devem à fundamentação da prisão. Mesmo entre aqueles que concordam com a medida há quem faça esta ressalva.

Anamaria Prates Barroso, advogada criminal e doutoranda em direito constitucional, considera que, em tese, a prisão preventiva poderia ter sido feita com base na reiteração da conduta criminosa.

'A reiteração é quando você diz eu estou demonstrando que a pessoa continua praticando novamente o crime por diversas vezes', explica. Ela considera, entretanto, que Moraes não utilizou essa repetição como fundamento. 'Ele chegou a falar em reiteração diversas vezes, mas este não foi o fundamento da prisão.'

Para Prates, o fundamento utilizado está no trecho em que Moraes cita a necessidade de garantia à ordem pública e os fortes indícios de materialidade e autoria dos crimes.

Ela aponta que, apesar de ainda se estar na fase inicial do inquérito em que são apontadas as probabilidades, o discurso extrapola a liberdade de expressão. 'As falas do Roberto Jefferson são falas mesmo de incitação, a gente consegue ver isso. Liberdade de expressão não é manifestação ou discurso de ódio, nem homofóbico ou incitação à violência'.

Já Thomaz Pereira, que é professor da FGV Direito Rio, faz uma análise diferente sobre a fundamentação da prisão. Ele considera que a reiteração da conduta foi um dos elementos utilizados por Moraes. Aliado a isso, ele aponta a: e, além da conduta reitera, haveria risco de violência.

'Tem dois tipos de crimes, se fosse simplesmente os crimes contra a honra, talvez seria simplesmente a questão de reiteração de conduta, mas como está tudo junto dentro de um pacote que inclui tipos da Lei de Segurança Nacional, que falam sobre processos violentos de derrubada, relacionados a subversão da ordem política, haveria um elemento de violência possível'.

Comparativamente a ações anteriores, como a prisão de Daniel Silveira, o professor Diego Nunes avalia como diferencial que a prisão de Jefferson não foi simplesmente o **STF** agindo em própria defesa.

'Foi uma ação da Polícia Federal, que é o órgão competente para fazer este tipo de investigação. O Ministério Público foi notificado e não falou dentro do prazo, o que é algo muito estranho', afirma.

A PGR não divulgou seu parecer, mas disse em nota que 'a prisão representaria uma censura prévia'.

A professora de direito penal da FGV Raquel Scalcon discorda da posição da PGR.

'Ele [Jefferson] não está usando do seu direito fundamental de liberdade de expressão, o que ele faz está à margem desse direito, não é protegido por esse direito. Então eu não posso dizer que a prisão viola a liberdade de expressão, porque isso pressupõe que tudo que era dito era totalmente lícito'

Ela aponta, contudo, que ao longo da investigação é provável que parte dos crimes apontados sejam descartados. 'Acho que houve sim crimes, tenho dúvidas se foram todos aqueles. Acho que há algum excesso. '

Alguns dos possíveis crimes de Jefferson

LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

* art. 17: tentar mudar a ordem, o regime vigente ou o Estado de Direito

* art. 22: fazer propaganda de processos violentos ou ilegais para alteração da ordem política

' art. 23: incitar à subversão da ordem política ou social

CÓDIGO PENAL

* art. 138: caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime

* art. 139: difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação

* art. 140: ofender a dignidade ou o decoro de alguém

* art. 286: incitar a prática de crime

* art. 287: fazer apologia ao crime ou criminoso

* art. 288: associação criminosa

* art. 339: denúncia caluniosa

LEI DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

* art. 2º: Promover, constituir, financiar ou integrar organização criminosa

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Relator da reforma do IR não cede a pressões e diz que vai manter texto



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Bernardo Caram

Mesmo sob críticas de empresários e pressões contrárias de estados e municípios, o relator da reforma do IR (Imposto de Renda), deputado Celso Sabino (PSDB-PA) afirmou à Folha que não apresentará novo parecer com mudanças no texto.

Apesar de divergências, o projeto de lei que reestrutura as cobranças do IR pode ser votado nesta terça (17) pela Câmara dos Deputados. O relator passou o nm de semana e esta segunda-feira (16) em reuniões sobre o tema.

Após diversas mudanças no texto no último mês, o deputado disse que não haverá novo relatório e justificou que apresentará argumentos positivos para convencer os parlamentares a votar a versão atual do projeto. Ponto de tensão entre governos regionais e empresários, a alíquota do imposto cobrado das pessoas jurídicas não sofrerá nova alteração, de acordo com o deputado.

Entre os dados que Sabino pretende apresentar no plenário, ele afirma que haverá redução efetiva de imposto. Segundo ele, 875 mil empresas terão redução de aproximadamente 29% na cobrança de IR e contribuição sobre o lucro.

O deputado ressalta que o texto segue a proposta do governo e fará a maior atualização da tabela do IR da pessoa física desde a criação do real, com o número de pessoas isentas passando de 10 milhões para 16 milhões.

Embora alterações tenham sido feitas no último mês no texto proposto pelo governo, ainda há muita resistência contra a medida.

ACNI (Confederação Nacional da Indústria), por exemplo, vem pressionando para que a discussão sobre o tema seja aprofundada antes de uma análise no plenário. Na tentativa mais recente de votação, a última versão da reforma foi protocolada no sistema do Legislativo menos de 24 horas antes da sessão deliberativa.

A confederação afirma que o projeto vai na direção correta, mas pede novos ajustes no texto. A entidade quer uma redução maior no imposto cobrado das empresas e pede que a taxa de dividendos tenha alíquota de 15%, ante os 20% previstos na versão atual.

O projeto também é alvo de reclamações de governadores e prefeitos. Como o IR é arrecadado pela Receita Federal e compartilhado entre União, esta aos e municípios, um corte nessa tributação gera perdas para os governos regionais.

O secretário do Tesouro e Orçamento, Bruno Funchal, afirmou que versão recente da reforma deveria gerar uma redução anual de arrecadação de aproximadamente R\$ 20 bilhões. Estados e municípios

calculavam perda de R\$ 16,5 bilhões. Mas o texto já sofreu nova mudança.

A Abrasf (Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais) se posicionou contra o projeto. A entidade afirma que os municípios perderão receitas e também pede mais tempo para ampliação do debate.

Na semana passada, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tentou pôr a proposta em votação, mas acabou adiando a análise. Ele indicou, no entanto, que o plenário terá de votar a medida mesmo que não haja consenso.

Nesta segunda, Lira afirmou em redes sociais que a proposta será votada nesta semana. Na publicação, o deputado fazia uma defesa da Constituição e da independência entre Poderes, em meio a atritos entre o presidente Jair Bolsonaro e o **Judiciário**.

'Vigilante e soberana, a Câmara avança nas reformas, como a tributária que votaremos nesta semana, na certeza de que o país precisa de mais trabalho e menos confusão.'

Entregue pelo governo no fim de junho, a reforma do IR foi recebida com uma onda de críticas. A versão original apresentada pela equipe do ministro Paulo Guedes (Economia), que trazia a taxaço de dividendos e reduço tímida no imposto das empresas, passou por diversas alteraçes.

O relator manteve a taxaço de dividendos, que é criticada por empresários, mas ampliou o corte do imposto sobre as companhias. O movimento, no entanto, desagradou a estados e municípios.

Nova versão do texto permite que micro e pequenas empresas (que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano) que recolhem tributos pelo chamado lucro presumido (regime simplificado) possam distribuir dividendo s sem serem taxadas. O benefício era mais restrito na versão anterior.

Para compensar o impacto da nova mudança, o relator

diminuiu o corte no IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica), de 9,5 para 8,5 pontos percentuais. Com isso, a alíquota-base do IRPJ cairia de 15% para 6,5%.

Sabino tentou minimizar a resistência de estados e municípios apresentando o corte mais brando de IRPJ e inserindo, no lugar, uma reduço de i,s ponto percentual na CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) -um tributo federal aplicado às empresas.

A mudança é explicada porque os recursos obtidos com o IRPJ são compartilhados com governadores e prefeitos, e a CSLL, não. Com a reduço na CSLL, a maioria das empresas veria esse tributo baixar de 9% para 7,5%.

O projeto original encaminhado pelo Executivo havia proposto uma reduço bem mais modesta no IRPJ, dos atuais 15% para 12,5% em 2022 e 10% em 2023 e não tinha reduço na CSLL. Mas empresários haviam reclamado dizendo que, com a taxaço dos dividendos em 20% prevista pelo texto, teriam aumento de carga no fim das contas.

PONTOS DA REFORMA, SEGUNDO A VERSÃO MAIS RECENTE DO RELATOR

Isenço de IR para a baixa renda Eleva de R\$1.903,98 de para R\$2.500,00 por mês

Tabela do IR

Correço de 31% na faixa de isenço e de, em média, 13% nas demais

Dividendos

Isenta totalmente dividendos de empresas do Simples e R\$ 20 mil mensais pagos por pequenas empresas

IRPJ

Corte da alíquota-base de 15% em 8,5 pontos percentuais, para 6,5% em 2022. Corte da CSLL em 1,5 ponto percentual (na maioria dos casos, cai para 7,5%)

JCP (Juros sobre Capital Próprio)

Acaba não só com a dedutibilidade como com o JCP em si

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário

TSE proíbe redes sociais de repassar dinheiro a investigados por fake news



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Matheus Teixeira

BRASÍLIA - O corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro Luís Felipe Salomão, determinou às empresas que administram redes sociais que suspendam os repasses de dinheiro a páginas bolsonaristas investigadas por disseminar fake news.

A decisão do ministro do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) atende a um pedido da Polícia Federal e foi tomada no âmbito do inquérito para investigar as acusações sem provas apresentadas pelo presidente Jair Bolsonaro de que as urnas eletrônicas foram fraudadas nas últimas eleições e que são passíveis de irregularidades no pleito de 2022.

Salomão afirmou que o conteúdo das redes de apoiadores do chefe do Executivo não trata de 'crítica legítima' ao sistema eleitoral, mas sim 'de notícias falsas acerta do sistema eletrônico de votação'.

'Essa prática, em juízo preliminar, é extremamente

nociva ao Estado democrático de Direito e, em larga escala, tem o potencial de comprometer a legitimidade das eleições, realizadas no Brasil desde 1996 em formato eletrônico com a mais absoluta segurança', afirmou.

A decisão atinge algumas das páginas bolsonaristas mais populares no Instagram, Facebook e YouTube.

O canal Terça Livre e o perfil de seu administrador, Allan dos Santos, a página do movimento Nas Ruas, e o perfil do blogueiro Oswaldo Eustáquio, que já foi preso por ordem do **STF (Supremo Tribunal Federal)**, estão entre os canais que não poderão mais receber dinheiro das redes sociais.

'Quanto mais se atacam as instituições e o sistema eleitoral, mais proveito econômico os envolvidos obtêm. Como já observado, isso ocorre pelo processo de monetização empreendido por esses usuários, a partir do número de visualizações das páginas, do recebimento de doações, do pagamento de publicidade, da inscrição de apoiadores e da realização de lives', afirmou Salomão.

O ministro não deferiu o pedido da PF porém, para que o governo federal fosse obrigado a informar quem foi o responsável por organizar a live em que Bolsonaro fez seu maior ataque ao sistema eleitoral, com uma série de mentiras sobre as urnas eletrônicas, no dia 29 de julho.

Durante a apresentação, foram veiculados vídeos que buscam transmitir a mensagem de que é possível fraudar o código-fonte para computar o voto de um candidato para o outro.

Ao longo de sua fala naquele dia, Bolsonaro mudou o discurso e admitiu que não pode comprovar se as eleições foram ou não fraudadas.

'Não tem como se comprovar que as eleições não foram

ou foram fraudadas. São indícios. Crime se desvenda com vários indícios', declarou. Ao final, Bolsonaro foi questionado por jornalistas se havia mostrado suspeitas ou provas. Respondeu: 'Suspeitas, fortíssimas. As provas você consegue coma somatória de indícios. Apresentamos um montão de indícios aqui'.

A PF também queria que o Executivo informasse o nome de todas as pessoas que estiveram presente na transmissão.

Salomão, contudo, rejeitou a solicitação e disse que a corporação deve seguir investigando o caso. 'Ressalvo da concessão dessas medidas os canais, páginas e perfis mantidos por autoridades públicas que atuam justamente no cenário político (porque tais instrumentos são relacionados ao exercício de suas funções) e, ainda, parte residual do conteúdo em que não vislumbrei, ao menos neste primeiro exame, atos ofensivos à democracia e ao sistema eleitoral, cabendo à autoridade policial aprofundar a análise feita no relatório', disse.

O ministro determinou a suspensão dos repasses oriundos da monetização das publicações, dos serviços de doação que as plataformas dispõem e do pagamento de publicidade e inscrição de apoiadores dos canais.

Salomão também mandou as redes sociais se absterem de utilizar algoritmos que sugiram e vídeos de conteúdo relacionado aos ataques ao sistema de votação.

'Tal proibição não englobará pesquisa ativa de usuários em busca por conteúdo específico com utilização de palavras-chave', pondera.

O magistrado afirmou que a suspensão dos pagamentos às páginas 'que comprovadamente vêm se dedicando a propagar desinformação' é razoável 'porque, em tese, retira o principal instrumento utilizado para perpetuar as práticas sob investigação, qual seja, o estímulo financeiro'.

A reportagem procurou os advogados de Allan dos Santos e Oswaldo Eustáquio, mas não obteve resposta

até a publicação deste texto.

"Quanto mais se atacam as instituições e o sistema eleitoral, mais proveito econômico os envolvidos obtêm"

Luís Felipe Salomão

ministro do TSE e corregedor-geral da Justiça Eleitoral

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

MÔNICA BERGAMO



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: com Bruno B. Soraggi, Bianka Vieira e Victoria Azevedo

QUEBRA NA SAFRA

O envolvimento do presidente da Aprosoja-MT, a associação dos produtores de soja do Mato Grosso, nas manifestações do dia 7 de setembro em Brasília rachou o setor. Antonio Galvan esteve como presidente Jair Bolsonaro junto com o cantor Sérgio Reis.

SAFRA 2

Segundo o artista declarou depois a amigos, a ideia deles é parar o país junto com os caminhoneiros, e até mesmo invadir o **Supremo Tribunal Federal** para tirar os ministros da corte 'na marra' caso eles não sofram impeachment do Senado. Os produtores de soja pagariam todas as despesas dos manifestantes.

SAFRA 3

'Ele pode ter posições pessoais, mas não pode usar a associação para isso', afirma Blairo Maggi, um dos

maiores produtores de soja do mundo e filiado à Aprosoja. 'O presidente [Galvan] fala como se o setor inteiro do agro e da soja apoiassem esse movimento. E isso não é verdade', segue.

SAFRA 4

Maggi afirma que telefonou para Galvan e questionou como poderia uma associação defender 'esse tipo de ruptura', com greve de caminhoneiros e invasão do **STF**. 'Seria uma tragédia', diz ele. Os ruralistas seriam os primeiros afetados com a quebra no fluxo de mercadorias.

PINGA

Maggi disse que Galvan negou o radicalismo e disse que Sérgio Reis falou demais. Em entrevista, o presidente da Aprosoja-MT chegou a dizer que o cantor tinha 'tomado umas pingas', e por isso exagerou.

RESSACA

E O cantor Sérgio Reis, 81, ficou deprimido e passando mal na segunda-feira (16), com uma crise de diabetes depois da repercussão do áudio em que ele afirmou que caminhoneiros, financiados por produtores de soja, parariam o país no dia 7 de setembro até que o Senado afastasse ministros do **Supremo Tribunal Federal (STF)** de seus cargos. Ele disse que, se em 30 dias a questão não fosse resolvida, eles invadiriam a Corte para 'tirar os caras na marra'.

RESSACA 2

'Ele está muito triste e depressivo porque foi mal interpretado. Ele quer apenas ajudar a população. Está magoado demais', disse à coluna a mulher de Reis, Ângela Bavini. 'O Sérgio foi induzido por pessoas que dizem estar em um movimento tranquilo. No fim, todo mundo vaza [desaparece], e sobra para ele, que é uma celebridade', segue ela.

RESSACA 3

A mulher do cantor afirma que é contra o envolvimento do marido em movimentos como o de 7 de setembro. Reis, que foi deputado federal de 2015 a 2019, 'é querido e amado pelo Brasil inteiro, de direita, de esquerda', afirma ela. RESSACA 4 Segundo Ângela, a diabetes do cantor 'subiu que é uma barbaridade'.

*

A família, os médicos e também advogados desaconselharam o cantor a ir a Brasília no 7 de setembro.

CAMARADA

O músico Renato Teixeira se manifestou em prol da democracia após as declarações do cantor Sérgio Reis, seu amigo. 'A democracia é um bem conquistado a duras penas. A música é uma arte democrática. Portanto, jamais usarei o meu prestígio para tentar usurpar o nosso sistema democrático', escreveu nas redes sociais.

COMBOIO

Em um áudio que viralizou, Sérgio Reis afirmou que caminhoneiros parariam o país até que o Senado afastasse os ministros do Supremo de seus cargos. No ano passado, Teixeira e Reis apresentaram juntos a live 'Amizade Sincera'.

CEP

A Funarte (Fundação Nacional das Artes) vai interditar por tempo indeterminado o prédio que abriga o Centro de Documentação e Pesquisa da entidade, que guarda acervo bibliográfico e documental, devido às suas condições físicas e estruturais.

MUDANÇA

A avaliação da Funarte é que as condições atuais do edifício, localizado no Rio de Janeiro, colocam em risco

a integridade do acervo e das pessoas que nele trabalham e utilizam seus serviços.

ABERTO

O Museu da Língua Portuguesa, em SP já recebeu 5.649 visitantes desde sua reabertura para o público, no dia 1º, até domingo (15). A partir de terça (17), o museu aumentará sua capacidade, podendo receber até 825 pessoas por dia.

NAS REDES

A apresentadora Sabrina Sato posou para um retrato com sua filha, Zoe.

'Que Exú ilumine sua semana', escreveu o ator Raphael Logam.

'Eu e meu retomo de Saturno estamos de parabéns', postou a atriz Luisa Arraes

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Em busca de conflito



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente Jair Bolsonaro informou que pretende ingressar no Senado com pedido de impeachment dos ministros Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes, do **Supremo Tribunal Federal**. Bolsonaro argumenta que, 'de há muito', os dois magistrados 'extrapolam com atos os limites constitucionais'. Segundo o presidente, 'o povo brasileiro não aceitará passivamente que direitos e garantias fundamentais (...), como o da liberdade de expressão, continuem a ser violados e punidos com prisões arbitrárias, justamente por quem deveria defendê-los'.

A ameaça de Bolsonaro de usar o instrumento do impeachment contra ministros do Supremo, previsto no artigo 52 da Constituição, revela que o presidente não tem a menor intenção de desanuviar suas relações com o **Judiciário**, fortemente estremecidas por seu comportamento indecoroso e violento em relação aos ministros Barroso e Moraes, responsáveis por decisões recentes que lhe desagradaram.

Ao contrário: consta que o presidente ficou furioso ao tomar conhecimento do encontro entre seu vice, Hamilton Mourão, e o ministro Barroso, noticiado pelo

Estado. Na reunião, realizada a seu pedido, o magistrado queria ouvir Mourão a respeito da adesão dos militares a uma possível ruptura da ordem institucional estimulada às escâncaras por Bolsonaro. O vice-presidente garantiu que não há como isso acontecer.

Segundo o jornal, Bolsonaro viu o encontro de Mourão e Barroso como parte de uma conspiração para derrubá-lo. A ameaça de pedir o impeachment dos ministros Barroso e Moraes foi a forma que o presidente encontrou para reagir.

A desculpa formal para a nova crise foi a prisão do presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, ordenada pelo ministro Moraes sob acusação de que o ex-deputado, vanguarda exótica do bolsonarismo radical, integra uma organização criminosa que incita a ação armada contra os Poderes constituídos e defende a articulação de um golpe de Estado. Há diversos vídeos, espantosos, em que Jefferson, armas em punho, vitupera contra o Supremo e estimula a prática de crimes.

Para o presidente Bolsonaro, Roberto Jefferson apenas exerceu sua 'liberdade de expressão'. Uma semana antes da prisão, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Luiz Eduardo Ramos, referiu-se ao ex-deputado como 'mais um soldado na luta pela liberdade do nosso povo e pela democracia do nosso Brasil'.

Desde os tempos em que Bolsonaro violava sistematicamente o decoro parlamentar, já se sabe que, na hermenêutica bolsonarista, os direitos e garantias constitucionais, como a liberdade de expressão, são uma licença para delinquir. Já os críticos do governo, segundo o presidente, não têm o direito de falar o que podem e devem. Contra os opositores, Bolsonaro lançou o peso da Lei de Segurança Nacional (LSN), criada ainda na ditadura - e revogada só recentemente - para ameaçar quem calunia ou difama o presidente.

É ocioso tentar demonstrar que a interpretação

bolsonarista sobre a liberdade e a democracia é equivocada. Em primeiro lugar, porque não é possível esperar que um bolsonarista entenda os princípios da democracia - se entendeu, é porque deixou de ser bolsonarista. Em segundo lugar, não importa a qualidade da argumentação: o bolsonarismo não pretende discutir nada, mas apenas causar confusão, em todas as áreas que importam, seja no combate à pandemia, seja na manutenção da democracia.

É na confusão - de valores, sobretudo - que Bolsonaro prospera. Foi assim com a cloroquina, com o 'voto impresso' e, agora, com os desafetos no Supremo. Quando o pedido de impeachment dos ministros do Supremo for engavetado, como se espera, Bolsonaro inventará outra crise, pois depende continuamente disso para afastar de si a responsabilidade pela difícil situação econômica do País - às voltas com a carestia, o desemprego e as perspectivas desanimadoras de crescimento. E depende disso para eletrizar os bolsonaristas radicais, com cujos votos pretende chegar ao segundo turno da eleição de 2022 - e com cuja irresponsabilidade planeja, em caso de derrota, vandalizar a democracia.

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário,
Judiciário - STF

COLUNA DO ESTADÃO - Paulistanos rechaçam a onda negacionista



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Alberto Bombig;

Mais do que praticamente concluir as aplicações em primeira dose da vacinação contra a covid-19 nos paulistanos acima de 18 anos, a Virada da Vacina assinalou derrota substancial ao discurso negacionista. Na maior cidade do País, a porcentagem de 99,15% de imunizados chama atenção também se comparada às taxas de outras capitais: Rio tinha até ontem 87,1% de seus adultos vacinados com uma dose. Porto Alegre, 82,2%; Belo Horizonte, 70,7%. É justamente na capital paulista que Bolsonaro amarga os piores índices de rejeição no Estado.

» Olha eu aqui, gente. O bom resultado marca a primeira vitória política relevante do prefeito Ricardo Nunes (MDB), que assumiu a cidade após a morte de Bruno Covas (PSDB) cercado de desconfiança.

» Mr. DJ. Entre os grandes acertos de Nunes está a manutenção de Edson Aparecido (PSDB) no cargo de secretário da Saúde, órgão responsável pelo evento que reuniu até DJs para motivar os paulistanos a tomar a vacina contra a covid-19.

» Aqui, não. 'A vacinação em São Paulo mostra que o paulistano não está no universo do negacionismo. Valorização fundamental da ciência e dos protocolos sanitários. Politicamente, é uma derrota para o governo Bolsonaro', diz o cientista político Rodrigo Prando.

» Adversário... Há um ponto de consenso entre governadores do Nordeste ao Sul ouvidos pela Coluna em meio à pior relação entre os chefes de Executivo estaduais e federal desde a redemocratização: a culpa é do presidente Bolsonaro.

» ...em comum. 'É a primeira vez que o Brasil tem da parte do poder central uma posição permanentemente antiestados e municípios. É impensável, pois somos uma república federativa', diz o governador Wellington Dias (PT-PI).

» Faz... 'A crise federativa deriva do presidencialismo de confusão que Bolsonaro implantou no Brasil', diz Flávio Dino (PSB-MA). 'Não me parece que o problema demande repensar a estrutura federativa. É caso de repensar o presidente', afirma o governador Eduardo Leite (PSDB-RS).

» ...sentido. Ontem, governadores emitiram nota contrária ao presidente e em favor do **STF**.

» SINAIS PARTICULARES. Edson Aparecido, secretário municipal de Saúde em São Paulo » Carta Magna. 'A mobilização da maioria dos governadores é em defesa da nossa Constituição, da democracia e da liberdade', afirma João Doria (PSDB-SP).

» Avaliação. Do cientista político José Álvaro Moisés: 'A natureza do pacto federativo demanda diálogo permanente entre autoridades. Isso não está acontecendo. Bolsonaro estabeleceu uma guerra. Faz mal ao Brasil'.

» click. Convidado para ato militar com Bolsonaro em Formosa, Ronaldo Caiado (DEM) preferiu inaugurar, na

mesma hora, o setor antirracismo da Polícia Civil de Goiás.

» Mais... Os presidentes de PV, PSDB, MDB, Democratas, Solidariedade, Cidadania, Novo e PSL se reúnem nesta terça-feira, 17, em Brasília. Segundo José Luiz Penna, presidente do PV, será mais um passo em busca de um nome de consenso para a encarnar a candidatura de centro.

» ...diálogo. O encontro dos presidentes dos partidos também discutirá as propostas de reforma política colocadas em pauta no País, como a volta das coligações, atualmente sob apreciação do Senado.

COM MATHEUS LARA

PRONTO, FALEI! Paulo Hartung Ex-governador do Espírito Santo

'Quando o Brasil precisa escolher entre o certo e o fácil, via de regra, infelizmente, enveredamos pelo mais fácil, ligado a populismo e interesses eleitorais.'

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Senado 'segura' indicação de Mendonça ao Supremo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Daniel Weterman / BRASÍLIA

A cúpula do Senado decidiu 'segurar' a indicação do exministro da Advocacia-Geral da União (AGU) André Mendonça para o **Supremo Tribunal Federal (STF)** diante das ameaças do presidente Jair Bolsonaro à Corte. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), havia planejado dar início à tramitação do nome de Mendonça neste mês, mas adiou a decisão.

Bolsonaro elevou a temperatura da crise entre os Poderes no fim de semana, quando anunciou que pedirá ao Senado o impeachment dos ministros do Supremo Luís Roberto Barroso, também presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e Alexandre de Moraes. Alega, para tanto, que os dois magistrados 'extrapolam' os limites da Constituição.

A pressão do presidente, porém, fez a cúpula do Senado reagir. Pacheco já avisou que não dará andamento a nenhum processo de impeachment contra magistrados do Supremo e líderes da Casa também descartaram essa possibilidade. Agora, porém, Pacheco também resolveu atrasar a tramitação da escolha de

Mendonça, enviada ao Senado por Bolsonaro em 13 de julho. Mendonça é o segundo nome que o presidente indica para o Supremo. Em outubro do ano passado, ele conseguiu nomear o ministro Kassio Nunes Marques.

Em reação à ofensiva do presidente, que continua questionando a lisura das eleições de 2022 sem voto impresso, o senador decidiu se posicionar no jogo político. Disposto a se lançar como pré-candidato ao Palácio do Planalto - e com intenção de trocar o DEM pelo PSD -, Pacheco tem procurado marcar diferenças com o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), que comanda o Centrão e é aliado de Bolsonaro.

'O diálogo entre os Poderes é fundamental e não podemos abrir mão dele, jamais. Fechar portas, derrubar pontes, exercer arbitrariamente suas próprias razões são um desserviço ao País', escreveu o presidente do Senado no Twitter, em recado para Bolsonaro. 'Portanto, é recomendável, nesse momento de crise, mais do que nunca, a busca de consensos e o respeito às diferenças. Patriotas são aqueles que unem o Brasil, e não os que querem dividi-lo. E os avanços democráticos conquistados têm a vigorosa vigilância do Congresso, que não permitirá retrocessos.'

Pacheco precisa ler no plenário a mensagem de Bolsonaro com a indicação de Mendonça para uma cadeira no Supremo. Somente após esse ato formal é que a votação poderá ser marcada. Ele resiste a fazer isso imediatamente, o que é visto nos bastidores como um recado contra os últimos movimentos de Bolsonaro.

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (DEM-AP), também levantou obstáculos à escolha de Mendonça desde o início e não tem respondido nem a colegas sobre quando será a sabatina do ex-advogado-geral da União.

A comissão é uma das únicas que ainda não se reuniram para votar projetos neste ano.

Para assumir uma cadeira no Supremo, Mendonça

precisa passar por uma sabatina na CCJ e ter o nome aprovado por pelo menos 41 dos 81 senadores. Como mostrou o Estadão, ele ainda não possui os votos necessários. O alinhamento com Bolsonaro e o perfil 'terrivelmente evangélico', citado pelo próprio presidente, aumentam as resistências no Senado.

O quadro não está definido e governos costumam aprovar suas indicações. Mas as ameaças do presidente dirigidas ao Supremo e a pressão exercida por ele ao pedir apoio do Senado para afastar Barroso e Moraes devem criar um caminho mais complicado para a tramitação da escolha de Mendonça.

'O presidente tem a visão dele. Ele considera que esses ministros estão passando dos limites em algumas decisões que têm sido tomadas, e uma das saídas dentro da nossa Constituição seria o impeachment. Acho difícil o Senado aceitar', afirmou ontem o vice-presidente Hamilton Mourão (mais informações na pág. A7).

Embate. A decisão de Bolsonaro de partir para o confronto contra ministros do Supremo foi tomada após ele ser informado que Barroso convidou o vice para uma reunião reservada em sua casa, no dia 10, como revelou o Estadão. Aquele também foi o dia do desfile de blindados na Praça dos Três Poderes e da derrubada da proposta do voto impresso pela Câmara, horas mais tarde.

A reportagem apurou que Bolsonaro ficou irritado com o encontro entre Barroso e Mourão. Avaliou que o vice está fazendo 'dobradinha' com o Supremo, participando de uma 'conspiração' para derrubá-lo. O ministro chamou Mourão para uma conversa, porém, porque queria saber se as Forças Armadas embarcariam numa aventura golpista. O general assegurou que não havia risco de ruptura institucional no País.

Outro motivo do inconformismo de Bolsonaro com o **STF** foi a série de inquéritos contra ele e a prisão do ex-deputado Roberto Jefferson, presidente do PTB, determinada por Alexandre de Moraes. Aliado do presidente, Jefferson é acusado de participar de uma

milícia digital para atacar as instituições e a democracia. Ainda ontem, o corregedor do TSE, Luis Felipe Salomão, determinou o bloqueio de verba de redes sociais para páginas bolsonaristas acusadas de disseminar fake news sobre eleições.

Na tentativa de diminuir as resistências, André Mendonça tem participado de encontros com senadores em busca de votos, fazendo o tradicional 'beijamão' no Senado. No último dia 3, o ex-advogado-geral da União se reuniu com senadores e outras autoridades na casa de Wellington Fagundes (PL-MT), em Brasília. O jantar contou com a presença do ministro do **STF** Gilmar Mendes e da titular da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, e de um integrante da oposição, o senador Jean Paul Prates (PTRN). / COLABOROU WESLEY GALZO

'Crise'

'É recomendável, nesse momento de crise, a busca de consensos e o respeito às diferenças. Patriotas são aqueles que unem o Brasil, e não os que querem dividi-lo.' Rodrigo Pacheco (DEM-MG) PRESIDENTE DO SENADO

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Mourão diz ser 'difícil impeachment no STF'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, disse ontem ver com ceticismo a possibilidade de o Congresso dar andamento a pedidos de impeachment dos ministros do **Supremo Tribunal Federal (STF)** Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes. 'Acho difícil o Senado aceitar', afirmou o general a jornalistas na chegada ao Palácio do Planalto.

Mourão confirmou que esteve com Barroso na semana passada, para conversar sobre 'temas da atualidade'. O encontro, revelado pelo Estadão, ocorreu no dia 10, quando veículos blindados militares fizeram um desfile na Praça dos Três Poderes horas antes de a Câmara votar a proposta de implantação do voto impresso.

A conversa ocorreu na casa de Barroso. Preocupado com o risco de ruptura institucional, o ministro queria saber se as Forças Armadas embarcariam em uma aventura golpista promovida pelo presidente Jair Bolsonaro. 'Conversamos sobre temas da atualidade. O ministro está criando uma comissão externa para a melhorar a auditoria (das urnas eletrônicas), então acho que foi um passo importante', afirmou Mourão. Após a divulgação do encontro, Bolsonaro declarou, no sábado,

que pedirá ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), o impeachment de Barroso e Moraes.

A jornalistas, o vice-presidente reiterou as críticas à prisão do presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, autorizada por Moraes na semana passada. 'Não considero que Roberto Jefferson seja uma ameaça à democracia. Acho que Alexandre de Moraes poderia ter tomado outra decisão sem mandar prender por opinião.' Ainda na contramão de Bolsonaro, Mourão disse novamente confiar nas urnas eletrônicas 'até que me provem o contrário'.

Desagravo. Governadores de 13 Estados e do Distrito Federal emitiram uma nota conjunta ontem em solidariedade aos magistrados pelo que chamam de 'constantes ameaçadas e agressões'. 'O estado democrático de direito só existe com **Judiciário** independente, livre para decidir de acordo com a Constituição e com as leis', afirma o texto, que não faz citação nominal a Bolsonaro.

Assinam o texto João Doria (PSDB), de São Paulo; Eduardo Leite (PSDB), do Rio Grande do Sul; Renato Casagrande (PSB), do Espírito Santo; Ibaneis Rocha (MDB), do Distrito Federal; Waldez Góes (PDT), do Amapá; Rui Costa (PT), da Bahia; Flávio Dino (PSB), do Maranhão; Paulo Câmara (PSB), de Pernambuco; Camilo Santana (PT), do Ceará; João Azevedo (Cidadania), da Paraíba; Wellington Dias (PT), do Piauí; Fátima Bezerra (PT), do Rio Grande do Norte; Belivaldo Chagas (PSD), de Sergipe; e Renan Filho (MDB), de Alagoas.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF

RUMO À GAVETA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: JULIA LINDNER, NATÁLIA PORTINARI, JUSSARA SOARES, DANIEL GULINO E DIMITIRUS DANTAS

Caso o presidente Jair Bolsonaro leve adiante o plano de apresentar pedidos de impeachment contra os ministros do **Supremo Tribunal Federal (STF)** Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso, os processos não terão vida longa no Senado. O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), já sinalizou a aliados que não pretende dar andamento ao caso.

A reação à ameaça feita no sábado por Bolsonaro não ficou restrita ao Senado. Ontem, governadores de 14 estados divulgaram nota em defesa da democracia e do **STF**, em discurso ecoado também pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e pelo próprio Pacheco. Criticada pela inação diante dos ataques do presidente ao sistema eleitoral, a Procuradoria-Geral da República (PGR) informou ontem que abriu apuração preliminar para apurar possíveis crimes de Bolsonaro ao praticar desinformação sobre a uma eletrônica. Em outra frente, o corregedor-geral do TSE, Luis Felipe Salomão,

determinou o bloqueio do repasse de verbas publicitárias feito por plataformas digitais a canais que disseminam fake news sobre as eleições. Bolsonaro é investigado no mesmo inquérito (leia mais na página 7).

O início de um processo de afastamento de magistrados do **STF** depende exclusivamente do presidente do Senado. Cabe a ele formalizar a abertura do procedimento com a leitura de um documento no plenário. Pacheco vem se mostrando disposto a sequer iniciar a tramitação - Bolsonaro prometeu apresentar os pedidos contra Moraes e Barroso um dia depois de o presidente do PTB e seu aliado, Roberto Jefferson, ser preso por incitar a violência e ameaçar ministros do **STF**.

Os indicativos de Pacheco já chegaram ao Planalto. Auxiliares e aliados do chamado grupo pragmático que cerca Bolsonaro trabalham para demovê-lo da promessa feita no sábado. O movimento do presidente manteve em alta temperatura a crise institucional entre Executivo e **Judiciário**, que já dura mais de um mês. Entre os líderes da turma do 'deixa disso' está o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, que ontem à noite se reuniu com Pacheco e Lira. Embora alguns auxiliares considerem difícil Bolsonaro voltar atrás, eles argumentam que seria mais inteligente atrair Pacheco e articular com ele a votação de pautas positivas, capazes de render dividendos a ambos, do que botá-lo contra a parede.

Pelas redes sociais, Pacheco declarou ontem que 'os avanços democráticos conquistados têm a rigorosa vigilância do Congresso, que não permitirá retrocessos'. O presidente do Senado afirmou ainda que o 'diálogo entre os Poderes é fundamental e não podemos abrir mão dele, jamais. Fechar portas, derrubar pontes, exercer arbitrariamente suas próprias razões são desserviço'.

Arthur Lira também usou as redes sociais afirmando ser 'um ferrenho defensor constitucional da harmonia e independência entre os Poderes'.

Já governadores de 13 estados e do DF divulgaram nota em defesa do Supremo. Sem citar Bolsonaro, eles manifestaram solidariedade ao tribunal, 'aos seus ministros e às suas famílias, em face de constantes ameaças e agressões'. O comunicado prega que o 'Estado de Direito só existe com **Judiciário** independente' e defende um 'chamamento à serenidade e à paz que a nossa nação tanto necessita'.

PRESSÃO SOBRE A PGR

Entre os signatários estão os governadores dos partidos de esquerda, assim como os presidentes do PSDB, João Doria (São Paulo) e Eduardo Leite (Rio Grande do Sul).

Ontem, o procurador-geral da República, Augusto Aras, informou ao **STF** que determinou a abertura de apuração preliminar para avaliar se houve crime nos ataques de Bolsonaro às urnas eletrônicas. A resposta ocorreu logo após a ministra do **STF** Cármen Lúcia estipular prazo de 24 horas para a PGR se manifestar sobre um pedido de investigação contra o presidente por uso da TV Brasil para a transmissão de uma de suas 'lives'. A representação, apresentada por congressistas, acusa Bolsonaro de improbidade administrativa, propaganda antecipada e crime eleitoral. A PGR já tinha recebido a queixa-crime há 13 dias, sem se manifestar.

Militares não farão desfile no Sete de Setembro

> Se o presidente Jair Bolsonaro estiver pretendendo utilizar as Forças Armadas de novo para demonstrar força na ofensiva que seus seguidores estão prevendo para o Sete de Setembro, terá que mudar o planejamento do Ministério da Defesa. Até agora, não está prevista qualquer parada militar em Brasília no aniversário da Independência do Brasil, como informou ontem a colunista do GLOBO Malu Gaspar.

> Segundo nota enviada pela Defesa aos comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica no último dia 2, não haverá desfile em razão da pandemia. Assim como

no ano passado, a única cerimônia oficial prevista é a de hasteamento de bandeira no Palácio da Alvorada.

> Nos primeiros meses do ano, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência chegou a cogitar a realização de um grande evento, com previsão de público de 20 mil pessoas, mas a iniciativa não foi adiante.

> Até o momento, as reuniões sobre o assunto entre os comandos das Forças só definiram que serão realizadas atividades específicas, ainda não detalhadas. No ano passado, houve uma demonstração da Esquadrilha da Fumaça.

> Durante o fim de semana, grupos bolsonaristas espalharam um áudio do cantor Sérgio Reis dizendo ter estado com Bolsonaro num almoço e combinado fazer uma manifestação de caminhoneiros que ficariam estacionados nos acessos a Brasília no dia 7, sem entrar na cidade 'para não atrapalhar o Sete de Setembro do presidente'.

> Reis disse no áudio que no dia seguinte, ele iria ao Senado entregar uma 'intimação' ao presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, para que ele aprovasse em 72 horas o voto impresso e retirasse do cargo todos os ministros do Supremo. Do contrário, caminhoneiros e plantadores de soja parariamopaís. Líderes de caminhoneiros negaram qualquer articulação para marchar Brasília. Bolsonaristas, porém, estão convocando manifestações contra o Supremo para a data.

ENQUANTO ISSO...

Com trilha de 'Missão Impossível', presidente acompanha treinamento militar em Formosa

JUSSARA SOARES E DIMITRIUS DANTAS

Ao som das trilhas do filme 'Missão Impossível' e de outras produções americanas de ação, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) assistiu ontem a uma apresentação da Operação Formosa, um exercício

militar realizado pela Marinha em Formosa (GO). Disparos de foguetes, tiros, explosões e rasantes de caças fizeram parte da manobra militar acompanhada por cerca de uma hora e meia pelo presidente, ministros e parlamentares.

Toda a simulação foi transmitida pela TV Brasil. Embora a operação ocorra há 33 anos, é a primeira vez que ganhou espaço na emissora pública, por causa da presença de Bolsonaro.

Na semana passada, o presidente recebeu o convite para o evento em mãos no Palácio do Planalto após um desfile de blindados. A exibição do veículos militares ocorreu na manhã do mesmo dia em que o voto impresso foi derrubado no plenário na Câmara de Deputados e foi encarada como uma intimidação por alguns parlamentares.

Em meio à tensão com o **Supremo Tribunal Federal (STF)** e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Bolsonaro vem afirmando que as Forças Armadas são o 'poder moderador' e que tem apoio dos militares. Ontem, entretanto, num local fechado, sem a presença da imprensa, ele garantiu a oficiais que não será 'motivador de qualquer ruptura'. Durante a noite, o deputado federal Hélio Bolsonaro (PSL-RJ) divulgou em suas redes sociais um vídeo.

- Não existe entre nós um compromisso maior do que aquele de servir à tua pátria, de buscar a normalidade, a tranquilidade, a ponderação. Jamais nós seremos os motivadores de qualquer ruptura ou medidas que tragam intranquilidade para o povo brasileiro - afirmou o presidente.

Bolsonaro afirmou aos militares que o Brasil precisa de paz, tranquilidade e harmonia. O presidente destacou ainda o aspecto democrático do país. Segundo ele, o Brasil deve dar cada vez mais ao mundo a demonstração de que é uma 'potência democrática'.

A Operação Formosa é realizada todos os anos pela Marinha, desde 1988. Neste ano, pela primeira vez o Exército e a Aeronáutica também participaram. De

acordo com o Ministério da Defesa, a operação 'tem como principal propósito assegurar o preparo do Corpo de Fuzileiros Navais, mantendo a tropa preparada para exercer sua atividade-fim'. Cerca de 2.500 militares participaram do exercício, segundo a pasta. O treinamento custou R\$ 4 milhões aos cofres públicos.

Os ministros Ciro Nogueira (Casa Civil), Walter Braga Netto (Defesa), Augusto Heleno (GSI), Marcelo Queiroga (Saúde) e Gilson Machado (Turismo) acompanharam o presidente. Durante a operação, Bolsonaro e Ciro Nogueira foram convidados a fazer dois disparos em um obuseiro. Lado a lado, eles acionaram as armas, acompanhados por militares.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF

TSE bloqueia pagamentos a canais que divulgam fake news



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: MARIANA MUNIZ

O corregedor-geral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luis Felipe Salomão, determinou ontem que as plataformas digitais YouTube, TwitchJV, Twitter, Instagram e Facebook suspendam o repasse de verba publicitária para canais investigados por propagação de informações falsas sobre as eleições brasileiras. Pela decisão, os valores arrecadados devem ser direcionados a uma conta judicial vinculada à Corte Eleitoral.

A decisão foi dada na análise de pedido da delegada da Polícia Federal Denise Dias Rosas para a aplicação de medidas cautelares no inquérito aberto pelo TSE para apurar os ataques feitos pelo presidente Jair Bolsonaro ao sistema eleitoral brasileiro. A delegada auxilia as investigações do processo e é a responsável pelas novas apurações abertas no âmbito do **Supremo Tribunal Federal (STF)** envolvendo Bolsonaro.

Entre os canais identificados pela PF está o do blogueiro bolsonarista Allan dos Santos e do militante bolsonarista Oswaldo Eustáquio, que foram alvo do

inquérito dos atos antidemocráticos do **STF**. Essas páginas ficarão sem receber remuneração por parte das plataformas.

Na decisão, o ministro afirma que a PF descreve no inquérito, com riqueza de detalhes, a forma de funcionamento voltada a disseminar notícias falsas ou apresentadas de forma parcial, com o intuito de influenciar o eleitor sobre o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro e 'obter vantagens político-partidárias ou financeiras'.

A PF aponta para uma rede organizada e complexa para estimular a polarização no debate político, tendo como foco as urnas eletrônicas, e, em último grau, servir a interesses político-partidários.

'De fato, na maior parte do conteúdo analisado, o que se constata não é a veiculação de críticas legítimas ou a proposição de soluções para aperfeiçoar o processo eleitoral - plenamente garantidas aos cidadãos e aos meios de comunicação - , mas sim o impulsionamento de denúncias e de notícias falsas acerca de fraudes no sistema eletrônico de votação, que, contudo, já foram exaustivamente refutadas diante de sua manifesta improcedência, inclusive pela própria Polícia Federal', explicou na decisão.

Segundo o ministro, a suspensão dos pagamentos das plataformas de redes sociais às pessoas e páginas indicadas, 'que comprovadamente vêm se dedicando a propagar desinformação, afigura-se razoável e efetiva porque, em tese, retira o principal instrumento utilizado para perpetuar as práticas sob investigação, qual seja, o estímulo financeiro'.

Segundo o TSE, os representantes legais das plataformas YouTube, Twitch.TV, Twitter, Instagram e Facebook serão convocados a participar de reunião com as equipes técnicas da Corte e da Polícia Federal, em data que ainda será definida.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Para Mourão, impeachment de ministros não passa no Senado

Autor: Matheus Schuch

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, opinou ontem que foi desnecessária a prisão decretada pelo ministro Alexandre de Moraes, do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, contra o ex-deputado Roberto Jefferson, que gravou vídeos com arma em punho e estimulou ataques à democracia. Para Mourão, o presidente Jair Bolsonaro está no direito de pedir ao Senado abertura de impeachment contra ministros da Corte, mas considera 'difícil' que o pedido seja aceito.

'O presidente tem a visão dele, ele considera que esses ministros estão passando dos limites aí em algumas decisões que têm sido tomadas e uma das saídas dentro da nossa Constituição, prescreve ali no artigo 52, seria o impeachment, que compete ao Senado fazer. Então ele vai pedir para o Senado, vamos ver o que vai acontecer. Acho difícil o Senado aceitar', disse o vice a jornalistas no Palácio do Planalto. Questionado se a prisão do ex-deputado e presidente do PTB foi um excesso, Mourão disse que Moraes poderia ter tomado outra decisão 'sem necessitar mandar prender por algo que é uma opinião'. O vice não considera que Jefferson 'seja uma ameaça à democracia tão latente assim'. 'Isso é opinião. A partir do momento que ele, por exemplo, montar uma milícia com 5 mil homens? vier cercar o Congresso, aí virou ameaça. Mas, enquanto ele está expressando as palavras, acho que está extrapolando os limites nisso aí', argumentou. "Se eu sou ofendido, o que que eu faço? Eu registro um boletim de ocorrência e abro contra a pessoa que me ofendeu. Então, eu acho que esse é o caminho", complementou o vice, citando o caso do cantor Sérgio Reis, que revelou que estaria organizando uma paralisação de caminhoneiros em sinal de apoio a Bolsonaro, cobrando também um posicionamento das Forças Armadas.

Mourão confirmou que esteve com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Luís Roberto Barroso, na semana passada. O ministro é um dos principais alvos das críticas de Bolsonaro. Segundo o vice, os dois trataram de 'temas da atualidade' e ele não foi cobrado

por Bolsonaro sobre a reunião.

Sobre a segurança das urnas eletrônicas, que é atacada sem provas pelo presidente, Mourão elogiou as medidas anunciadas pelo TSE para acompanhamento externo das apurações e disse que confia no sistema 'até que provem o contrário'.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

A nova recuperação judicial do produtor rural

Autor: Renato Buranello e José A. Leirião Filho

A controvérsia gerada pelos pedidos de recuperação judicial por produtores rurais pessoas naturais não é novidade aos agentes econômicos que compõem as cadeias agroindustriais. O setor, que atualmente conta com um sistema de financiamento em que o mercado privado assumiu papel de destaque, passou a vivenciar controvérsias que se iniciaram com recuperações judiciais como a de J. Pupin, o que gerou desequilíbrio na matriz de crédito, ante a insegurança jurídica fomentada por embates doutrinários e decisões divergentes do Poder **Judiciário**.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que o registro do produtor rural como empresário é desnecessário para que a regularidade do exercício da atividade rural de forma organizada seja comprovada pelo biênio fixado pela lei falimentar (REsp 1. 800. 032 e REsp 1. 811. 953).

Contudo, ao longo da evolução jurisprudencial da controvérsia, tramitou na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 6. 229, de 2005, que acabou por ser composto por extensa - e em diversos pontos preocupante - reforma legislativa (Lei nº 14. 112, de 2020).

Dentre as emendas legislativas que integraram a reforma, a de nº 11, de autoria do deputado Alceu Moreira (MDB/RS), após discussões entre importantes entidades do setor e formação de um grupo técnico, foi responsável por propor alterações que repercutem na recuperação judicial da atividade de produção rural.

Referida emenda contou com previsões que não se inseriram no contexto geral da reforma da lei falimentar. A razão se deve ao fato de que, ao longo de 2019, a Subsecretária de Política Agrícola e Negócios Agroambientais do Ministério da Economia mediou encontros entre associações, confederações e organizações representativas de produtores rurais e financiadores do agronegócio no Brasil, como objetivo

de discutir a problemática da recuperação judicial do produtor rural e buscar um caminho legislativo como intuito de fomentar segurança jurídica e previsibilidade às relações negociais do setor.

Nesse ínterim, como dito, o STJ definiu o leading case sobre o tema, o que indicou a possibilidade de se inserir no PL tão somente alterações pontuais, em busca do reequilíbrio da matriz de crédito do setor; referidas propostas compuseram a 'Emenda Alcev', dentre elas, as que disciplinam os requisitos à legitimação do pedido de recuperação judicial pelo produtor rural pessoa natural.

As mudanças legislativas em questão, em linha com os posicionamentos do STJ, ratificam a possibilidade de requerimento de recuperação judicial pelo produtor rural pessoa natural, desde que presentes os requisitos necessários à comprovação do biênio de exercício regular da atividade, quais sejam, a apresentação tempestiva de (i) Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR), ou registro contábil que venha a substituí-lo; (ii) Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF); e (iii) balanço patrimonial.

A razão para o estabelecimento de rol taxativo que determina a apresentação concomitante da referida documentação contábil entregue tempestivamente aos órgãos fiscais se dá ante a intensa informalidade que vige as atividades desempenhadas pelos produtores rurais, que atuam preponderantemente como pessoas físicas ante os benefícios correlatos, em especial a simplicidade de atuação no âmbito contábil, bem como o fato de que o sistema tributário brasileiro se apresenta mais favorável aos contribuintes pessoas físicas.

Diante dessa realidade, a proposta legislativa, não obstante anuir à possibilidade de acesso do produtor rural ao regime de insolvência empresarial, fixa requisitos instrumentais em prol da manutenção, pelo produtor, de documentação que respeite minimamente os padrões contábeis vigentes, de modo que o pleiteante possua, ao menos, dois anos de entrega

regular de escrita fiscal contábil.

Nesse ponto, não obstante as propostas legislativas instituírem rigor contábil inédito ao produtor rural, trata-se do estabelecimento de um ônus que objetiva incutir transparência principalmente à análise de crédito a ser realizada pelos financiadores do setor, de modo a possibilitar uma avaliação efetiva de receitas, bens, despesas, custos e dívidas, cujas informações também serão relevantes à sujeição dos créditos ao concurso de credores, visto que a emenda também determina que somente estarão sujeitos à recuperação judicial os créditos que decorram exclusivamente da atividade rural e que estejam discriminados na documentação contábil apresentada.

As alterações em tela representam, vale dizer, regras que atingiram o consenso entre os agentes econômicos do setor que, em lúcida visão que supera o pobre maniqueísmo de interesses econômicos imediatos, mira o estabelecimento de regras claras à possibilidade de acesso pelo produtor rural ao instituto da recuperação judicial, o que, além de louvável, é de suma importância ao desenvolvimento econômico do agronegócio.

Nos poucos meses de vigência da reforma, contudo, já é possível notar decisões que relativizam os novos requisitos, o que, espera-se, não se multiplique, em prol dos fundamentos que levaram à reforma legislativa, que devem ser preservados em novos precedentes jurisprudenciais, de modo a gerar transparência ao mercado em relação à matriz de crédito e às fontes de financiamento privado da atividade, com o fito de promover um melhor ambiente de negócios, segurança jurídica e menores custos de transação ao próprio produtor rural.

Já é possível notar decisões que relativizam os novos requisitos, o que, espera-se, não se multiplique

COLUNISTAS

Após União, Estados criam emendas sem transparência



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A modalidade que ficou conhecida como "emenda cheque em branco", pela qual parlamentares transferem recursos a prefeitos e governadores sem fiscalização prévia e destinação definida, chegou aos Estados. Ao menos dez unidades da Federação já aprovaram ou têm em tramitação uma emenda constitucional para permitir que deputados estaduais transfiram dinheiro para prefeitos gastarem sem a necessidade de apresentar projeto ou justificativa.

Em Minas Gerais, parlamentares estaduais repassarão a municípios, sem convênio, R\$ 1,5 bilhão em recursos pagos pela mineradora Vale após a tragédia de Brumadinho. Em Santa Catarina, enquanto enfrentava um processo de impeachment, o governador Carlos Moisés (PSL) transformou todos os repasses de recursos do Estado para municípios em transferências especiais, modelo menos transparente e de difícil fiscalização.

Levantamento feito pelo Instituto Nacional de Orçamento Público (Inop) a pedido do Estadão/Broadcast mostra que foram promulgadas neste ano emendas criando "cheques em branco" em

São Paulo, Alagoas e Amazonas. Em 2020, propostas semelhantes foram aprovadas em Mato Grosso, Roraima, Santa Catarina e Espírito Santo e, ainda em 2019, em Minas. No Rio Grande do Norte e no Piauí, as mudanças legislativas ainda estão em tramitação.

No governo Jair Bolsonaro, o Congresso aprovou, em 2019, uma Proposta de Emenda à Constituição que uniu situação e oposição e criou o mecanismo das transferências especiais. Antes da PEC, havia apenas transferências com finalidade definida, pela qual o Estado ou a prefeitura tem de apresentar, antes de receber o dinheiro, uma série de documentos, o que inclui objeto do programa, justificativa e plano de trabalho. Todo o processo é fiscalizado por órgãos de controle.

Com as transferências especiais, basta o beneficiário indicar uma conta bancária para receber o dinheiro. Como mostrou o Estadão/Broadcast, essas emendas foram usadas por 66% dos parlamentares federais neste ano, que enviaram recursos inclusive para parentes.

Deputados estaduais e governadores propuseram emendas para incluir nas Constituições estaduais as transferências especiais. Em muitos casos, o texto das propostas é idêntico ao conteúdo da que criou o modelo na Constituição Federal. Em Santa Catarina e em Alagoas, as propostas foram iniciativa dos próprios governadores.

Em São Paulo, as primeiras emendas "cheque em branco" começarão a ser pagas no ano que vem, com recursos da lei orçamentária de 2022. Se o mecanismo estivesse em vigor neste ano, deputados poderiam destinar até R\$ 250 milhões a municípios de forma menos transparente. A reportagem apurou que o Tribunal de Contas do Estado deve dar um parecer sobre o tema até outubro, durante a elaboração do Orçamento de 2022.

'Entraves'

"Tinha muito obstáculo e estamos simplesmente tirando os entraves burocráticos e passando diretamente. Você tem de partir do ponto de vista de que há lisura e honestidade até que se prove o contrário", afirmou o deputado Campos Machado (Avante), um dos autores da PEC que criou as transferências especiais em São Paulo.

Minas foi além e criou um subtipo dessa modalidade. Depois de incluir na Constituição do Estado a possibilidade de os deputados estaduais usarem transferências especiais para enviar emendas, a Assembleia Legislativa aprovou, em julho, uma PEC para permitir também o envio a municípios, sem a necessidade de convênios e fiscalização, de parte da indenização paga pela Vale ao governo mineiro após a tragédia de Brumadinho.

Contrário à destinação do recurso sem objetivo definido, o governador Romeu Zema (Novo) negociou um projeto de lei que limitou a aplicação do dinheiro a 17 tipos diferentes, que vão de pavimentação até a construção de casas. A lei, no entanto, prevê que os recursos serão transferidos sem a apresentação de "quaisquer documentos ou da celebração de convênio, contrato, termo de parceria, acordo, ajuste ou instrumento congêneres entre o Estado e o município".

"O processo de convênio seria muito moroso e poderia ter uma discricionariedade política. Nossa ideia foi fazer um repasse simultâneo para todos os municípios para evitar algum nível de priorização política", justificou o relator da PEC, André Quintão (PT). Segundo ele, será a maior transferência de recursos para municípios dos últimos 20 anos. O montante, R\$ 1,5 bilhão, representa quase 80% do valor aprovado por todos os deputados federais e senadores em transferências especiais a Estados e municípios neste ano, que foi de R\$ 1,9 bilhão.

Em nota, o governo de Minas disse que trabalhou em busca de uma solução "técnica e legal" que viabilizasse o repasse dos recursos com um modelo de prestação de contas. E ressaltou que houve definição de objetos

para o uso do dinheiro mesmo sem a formalização de convênios.

Para o diretor do Inop, Renatho Melo, há um "efeito cascata" nos Estados, o que é preocupante por se tratar de um modelo questionado por órgãos de controle e pelo Ministério Público Federal. "As fragilidades são repassadas no efeito cascata, a falta de transparência e controle é elevada e isso desperta um alerta. Estamos caminhando para modelos que nos levam a abismos orçamentários." Para ele, trata-se também de um facilitador para a corrupção que deve passar por um aprimoramento ou um novo regimento.

SC

Em Santa Catarina, a iniciativa de propor a criação da emenda "cheque em branco" foi do governador Carlos Moisés (PSL), na esteira da articulação para se livrar do impeachment. Ele encaminhou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), no ano passado, e já repassou R\$ 421,5 milhões de julho de 2020 até agora. Este ano, após dois afastamentos, Moisés retomou a cadeira e propôs uma nova PEC ampliando o mecanismo para todas as transferências do Estado, incluindo, além das emendas parlamentares, os repasses diretos do Executivo.

A PEC do "fundo a fundo", como foi chamada a segunda medida, foi aprovada em menos de um mês, contrariando alertas do Ministério Público de Contas do Estado e da Consultoria Legislativa da Assembleia, que se posicionaram contra a proposta. "Em Santa Catarina, aparentemente, isso tem uma justificativa. Dois processos de impeachment e há uma conta que precisa ser paga. Talvez esse mecanismo esteja na conta", afirmou o procurador Diogo Roberto Ringenberg, do Ministério Público de Contas de Santa Catarina. "É praticamente impossível a fiscalização."

A mudança concede um tratamento tributário diferenciado aos recursos, transformando-os em receitas não tributárias, o que pode tirar recursos da Saúde e da Educação, que têm gastos mínimos definidos de acordo com a arrecadação de impostos.

O secretário da Casa Civil do Estado, Eron Giordini, disse que o modelo foi proposto para agilizar o repasse dos municípios e negou o uso do mecanismo para comprar apoio político. Ele prometeu editar uma portaria para exigir dos municípios a indicação dos valores e um plano de trabalho detalhando a destinação do recurso no caso da segunda medida. Esse controle, porém, não será aplicado no caso das emendas parlamentares.

"O governador é municipalista e vejo muito mais como um incentivo a essa aproximação com os municípios, através de um processo de desburocratização. Não tem nenhuma relação política com o processo de impeachment, de afastamento ou de agrado ao Parlamento", afirmou Giordini. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Nos siga no

Deixe seu Comentário

Veja Também

SÃO PAULO Garcia, no velho 'estilo Alckmin'

SÃO PAULO Cenário político na Bahia aguarda definição de Roma

LEI DE SEGURANÇA NACIONAL Fim da LSN pode beneficiar réus

PÊSAMES Morre, aos 77 anos, o marqueteiro Duda Mendonça

RUPTURA DEMOCRÁTICA País está muito perto de uma ruptura democrática, avalia Mandetta

GREVE DOS CAMINHONEIROS Sergio Reis convoca greve de caminhoneiros, categoria nega e ministério desdenha

GRUPO Taleban toma Cabul após presidente deixar capital

Olavo de Carvalho volta a ser internado em SP

RIO, 14 Advogados de Roberto Jefferson pedem prisão domiciliar na **audiência de custódia**

BRASÍLIA "Quando não existe 3ª via, tem de trabalhar para construir", diz Marina

Mais Lidas

GREVE DOS CAMINHONEIROS Sergio Reis convoca greve de caminhoneiros, categoria nega e ministério desdenha

GUERRA Taleban chega a Cabul e quer 'rendição pacífica' do governo afegão

LUTO NA DUBLAGEM Dubladora da pata Margarida é assassinada por namorado no Rio

LEMBRANÇAS Leandro teve passagem breve, mas marcante, pela música sertaneja

AUTOMÓVEIS Brasileiro se rende aos altos e fortes (SUV)

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Audiência de Custódia

Solução de conflitos: TJPE abre inscrições para Semana Nacional de Conciliação



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Marcelo Aprígio

Na busca por resolver pacificamente questões como partilha de bens, direito do consumidor, conflitos entre vizinhos, acidentes entre veículos, cobranças de taxas de condomínio, pensão alimentícia, entre outros, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) abre, na segunda-feira (16), inscrições para a 16ª Semana Nacional de **Conciliação**, marcada para ocorrer entre os dias 8 e 12 de novembro em todo o país. As inscrições são gratuitas e seguem até o dia 10 de setembro, pela internet.

Quem já tem processo em tramitação no Poder **Judiciário** pernambucano, deverá realizar a inscrição por meio de um formulário disponível no site do TJPE, ou via contato direto com a vara onde tramita a ação, para solicitar a inclusão em pauta. Qualquer pessoa interessada em um acordo, seja na condição de parte autora ou ré, pode solicitar a **conciliação** com a parte adversa.

Semana de **Conciliação** auxilia contribuintes com débitos de ICMS em Pernambuco

Justiça Federal em Pernambuco passará a atender presencialmente a partir da próxima segunda

Justiça Federal em Pernambuco abre inscrições para seleção com mais de 30 vagas de estágio

Justiça boa é justiça próxima

Caso não possua processo em andamento na Justiça estadual, o cidadão pode entrar em contato com o Centro **Judiciário** de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) mais próximo de sua residência e cidade, e assim agendar a sua sessão de **conciliação**.

Os contatos de e-mails e telefones das unidades judiciárias do TJPE e os endereços dos Cejusc podem ser encontrados no site do tribunal.

Após a solicitação, o processo será analisado pela equipe do Núcleo de **Conciliação** (Nupemec), e no caso de ser selecionado, as partes serão informadas sobre o dia, horário, modalidade da audiência ou local onde será realizada a sessão de **conciliação**.

Audiências virtuais

As audiências serão realizadas preferencialmente no formato virtual, nas Varas Cíveis e Criminais, nos Juizados Cíveis e Criminais, nas Casas de Justiça e Cidadania, nas unidades do Proenvidados e nos 26 Centros Judiciários de Solução de Conflitos do TJPE, com a participação das Câmaras Privadas de **Conciliação** e Mediação.

O coordenador geral do Numpec do TJPE, desembargador Erik Simões, enfatiza que a ação representa uma oportunidade de o cidadão se conscientizar acerca da importância da resolução do

conflito e da busca pela pacificação social. O magistrado também ressalta que qualquer pessoa interessada em um acordo, seja na condição de parte autora ou ré, possui autonomia, legitimidade e independência para mostrar o seu desejo em prol da **conciliação** com a parte adversa.

"O Poder **Judiciário** de Pernambuco se aproxima da realização de mais uma edição da Semana Nacional de **Conciliação**, e abre espaço para que todas aquelas pessoas que possuem demandas e processos passíveis de acordo, e que têm interesse pela **conciliação**, possam registrar a sua inscrição, pedindo a inclusão de sua ação judicial, seja esta física ou eletrônica, ou demanda pré-processual, na Semana de **Conciliação**", afirma o magistrado. "Com certeza, a nossa equipe buscará analisar cada inscrição efetuada e que demonstra chances de resultados positivos", completa Simões.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Conciliação

2.ª Vara de Execução Penal dá início ao calendário de audiências nas unidades prisionais da capital | Amazonas Notícias



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Finalidade dos mutirões de audiência é agilizar o andamento dos processos do regime semiaberto

A 2.ª Vara de Execução Penal (2.ª VEP) iniciou nesta segunda-feira (16/08) um calendário de mutirões de audiências presenciais de justificação, que serão realizados nas unidades prisionais da capital, num total de mais de 400 audiências. O primeiro presídio a receber a ação foi o Instituto Penal Antônio Trindade (Ipat), localizado no quilômetro 8 da BR-174. As audiências têm a finalidade de ouvir os apenados do regime semiaberto, regredidos cautelarmente e, nesta terça, contaram com a participação do Ministério Público do Estado (MPE-AM) e de uma advogada designada.

As audiências de justificação são um procedimento obrigatório que a Lei de Execução Penal (LEP) prevê nos incidentes de regressão cautelar de regime, quando o apenado comete alguma falta que é considerada grave, como o cometimento de um novo crime, ou a quebra das regras do monitoramento eletrônico, quando se instaura um incidente e tem-se que ouvir o apenado.

'Estamos retomando esse procedimento porque o número de processos aguardando a realização de audiências é grande e o ato presencial é mais célere do que por vídeoconferência. Começamos aqui pelo Ipat, com um total de 15 processos. Pretendemos, nos meses de agosto e setembro, fazer as audiências nas demais unidades. Somente para este mês de agosto estão pautadas 225 audiências e aproximadamente 200 para setembro. Ou seja, mais de 400 nestes dois meses', explicou a juíza Sabrina Ferreira, titular da 2.ª Vara de Execuções Penais, que coordena a ação.

Promotoria

Para o promotor de Justiça Ítalo Nascimento, da 97.ª Promotoria de Execução Penal (Proep) e que participou das audiências no Ipat, a ação em presídios como o Instituto Penal Antônio Trindade se constituem em importante iniciativa para reduzir o quantitativo de audiências de justificação dos **presos** que aguardam por realização. 'As audiências online que vêm sendo realizadas são uma iniciativa muito dinâmica; mas a vinda da Justiça com o Ministério Público, da Defensoria e dos advogados traz uma celeridade ainda maior e vai contribuir muito nessa dinâmica proposta pela Justiça de desafogar a pauta de audiências.

Inspeção

Na última sexta-feira, 13/08, integrantes do Grupo Permanente de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) do Tribunal de Justiça do Amazonas realizaram uma inspeção no Ipat, que tem capacidade para 496 **presos** provisórios abrigados em uma estrutura de segurança máxima. Além dos membros do GMF, também participaram representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública e do programa '**Fazendo Justiça**', do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Paulo André Nunes

Foto: Chico Batata

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Fazendo
Justiça, Judiciário - Presos

Amazonas: Corregedoria de Justiça anuncia nova edição da Semana Nacional da Conciliação | Amazonas Notícias



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A exemplo dos demais Estados, **Judiciário** do Amazonas promoverá mutirão de audiências no período de 8 a 12 de novembro.

A Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ/AM) anunciou que o Poder **Judiciário** do Amazonas realizará, entre os dias 8 e 12 de novembro, um mutirão de audiências como parte das ações da 'Semana Nacional da **Conciliação**'.

Para estabelecer a logística da atividade, que mobilizará unidades judiciárias da capital e do interior, a corregedora-geral de Justiça, desembargadora Nélia Caminha, reuniu-se na última semana com magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) para definir as prioridades iniciais, a divisão de trabalhos, assim como as diretrizes que constarão na Portaria da atividade, que será divulgada nos próximos dias.

No Amazonas, a 'Semana Nacional da **Conciliação**' é organizada e coordenada pela Corregedoria-Geral de

Justiça, seguindo os direcionamentos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão promotor do evento.

Neste ano de 2021, a 'Semana da **Conciliação**' chega à 16.^a edição, tendo como tema '**Conciliação**: Mais tempo para você'. Realizado, sempre, de forma simultânea em todo o território brasileiro, o mutirão de audiências, assim como em anos anteriores, mobilizará centenas de servidores, magistrados, colaboradores, estagiários e voluntários dos Tribunais Estaduais, Federal e do Trabalho.

Conforme anunciado pela corregedora-geral de Justiça do Amazonas durante a reunião, no âmbito do Poder **Judiciário** Estadual, o mutirão deve ocorrer com audiências, preferencialmente, por videoconferência, em prevenção ao contágio pela **covid-19**. 'No ano de 2020, realizamos a 'Semana da **Conciliação**' no Amazonas com as audiências ocorrendo preferencialmente no formato remoto em virtude da pandemia, e os resultados foram satisfatórios, com mais de 20 mil pessoas atendidas. Assim sendo, com a experiência adquirida no ano passado e com os investimentos tecnológicos empreendidos pela presidência do Tribunal, pretendemos realizá-la no mesmo formato neste ano de 2021, mobilizando unidades judiciárias da Comarca de Manaus e do interior', afirmou a desembargadora Nélia Caminha.

Antecipando em dois meses à realização do evento, a primeira reunião preparatória ao evento, sob a direção da corregedora-geral, teve a participação do coordenador do Sistema Permanente de Mediação e **Conciliação** (Sispemec/TJAM), desembargador Délcio Luís Santos; do coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJAM) e do Centro **Judiciário** de Soluções de Conflitos (Cejusc/Família), juiz Gildo Alves de Carvalho; do coordenador do Cejusc/Cível, juiz Roberto Taketomi; dos juízes corregedores-auxiliares da CGJ/AM, Elza Vitória de Mello e Igor Campagnolli; do

secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação da Corte, Breno Corado; da secretária-geral da CGJ/AM, Isabella Antunes e de servidores e técnicos da CGJ/AM.

Primeiras orientações

Para as pessoas com processos tramitando na Justiça Estadual, a Corregedoria informa que a solicitação para que sua ação judicial seja incluída na pauta da 'Semana da **Conciliação**' pode ser feita via internet, por portal do TJAM na internet, na opção 'Quero Conciliar', que pode ser acessada diretamente no link a seguir:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/formulario-quero-conciliar>

O link está disponível às partes processuais a qualquer época do ano e ao acessá-lo, o interessado responderá a um breve formulário e deve aguardar as instruções da unidade judiciária (Vara) onde tramita seu processo, para receber as orientações quanto ao agendamento da audiência.

Durante a reunião também foi discutida a possibilidade de realização de um curso intensivo para graduandos (estagiários ou voluntários) que poderão atuar, como em edições passadas do evento, como assistentes nas audiências. A referida formação deverá ser organizada pelo Sispemec/Nupemec em data que será anunciada.

Na reunião de trabalho também foram definidas as primeiras orientações para os magistrados da capital e do interior e deliberou-se sobre a composição da comissão de juízes (dos diversos segmentos) que atuarão como sub-coordenadores da atividade, em suas respectivas áreas. Todas as informações constarão em uma Portaria, que será divulgada nos próximos dias pela Corregedoria de Justiça.

Mais de 20,7 mil pessoas atendidas em 2020

No ano de 2020, o Poder **Judiciário** do Estado do Amazonas homologou 3.829 acordos entre partes processuais durante a 'Semana Nacional da **Conciliação**', realizada no período de 30 de novembro

a 4 de dezembro daquele ano.

Além dos 3.829 acordos homologados, 20.782 pessoas (partes processuais) participaram das audiências de **conciliação**, que em razão da pandemia da **covid-19** e a necessidade de distanciamento social, foram realizadas preferencialmente por modo virtual.

O balanço estatístico indicou que, mesmo com o desafio de promover as sessões conciliatórias a distância, 10.353 audiências foram realizadas, quantitativo que representou 77,49% das designadas para o evento.

Os acordos processuais realizados em comum acordo entre as partes, conforme o balanço, resultaram em R\$ 16.742.609,04 em valores financeiros homologados durante as sessões conciliatórias.

Afonso Júnior - CGJ/AM

Imagem: CNJ

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Conciliação, Judiciário - Covid-19

TJPE abre inscrições para 16ª Semana Nacional de Conciliação



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Diário de Pernambuco

Foto: TJPE/Divulgação

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) abriu inscrições para que os cidadãos cadastrem demandas passíveis de acordo na 16ª Semana Nacional de Conciliação. O cadastro pode ser feito a partir desta segunda-feira (16) e segue até o dia 10 de setembro. Poderão participar todos os processos de matérias cíveis, como, por exemplo, direito do consumidor, partilha de bens, sucessão, demandas empresariais, reconhecimento de paternidade, dívidas de mensalidades escolares e débitos com planos de saúde.

Também podem ser inscritas ações judiciais relativas a direito de família, como pedidos de divórcio, guarda de filhos, pensão alimentícia, regulamentação de visita, dissolução de união estável, e reconhecimento de união estável. O TJPE informou que, no caso das pessoas que já têm processo em tramitação no Poder **Judiciário** pernambucano, a inscrição deve ser feita por meio de formulário online, ou, se preferir, pode efetuar diretamente com a vara de origem do processo, para

pedir a inclusão.

Caso não possua processo em andamento na Justiça estadual, o cidadão pode entrar em contato com o Centro **Judiciário** de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus) e agendar uma sessão de **conciliação**.

Ainda segundo o tribunal, após a solicitação, as partes serão informadas sobre o dia, horário, modalidade da audiência ou local onde será realizada a sessão de **conciliação**. As audiências serão realizadas preferencialmente no formato virtual, nas Varas Cíveis e Criminais, nos Juizados Cíveis e Criminais, nas Casas de Justiça e Cidadania, nas unidades do Proenvidados e nos 26 Centros Judiciários de Solução de Conflitos do TJPE, com a participação das Câmaras Privadas de **Conciliação** e Mediação.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Conciliação

Semana de Conciliação no Amazonas acontecerá em novembro, diz CGJ



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Manaus/AM - A Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ/AM) anunciou que o Poder **Judiciário** do Amazonas realizará, entre os dias 8 e 12 de novembro, um mutirão de audiências como parte das ações da Semana Nacional da **Conciliação**.

Para estabelecer a logística da atividade, que mobilizará unidades judiciárias da capital e do interior, a corregedora-geral de Justiça, desembargadora Nélia Caminha, reuniu-se na última semana com magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) para definir as prioridades iniciais, a divisão de trabalhos, assim como as diretrizes que constarão na Portaria da atividade, que será divulgada nos próximos dias.

No Amazonas, a Semana Nacional da **Conciliação** é organizada e coordenada pela Corregedoria-Geral de Justiça, seguindo os direcionamentos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão promotor do evento.

Neste ano de 2021, a Semana da **Conciliação** chega à 16a. edição, tendo como tema "**Conciliação**: Mais tempo para você". Realizado, sempre, de forma

simultânea em todo o território brasileiro, o mutirão de audiências, assim como em anos anteriores, mobilizará centenas de servidores, magistrados, colaboradores, estagiários e voluntários dos Tribunais Estaduais, Federal e do Trabalho.

Conforme anunciado pela corregedora-geral de Justiça do Amazonas durante a reunião, no âmbito do Poder **Judiciário** Estadual, o mutirão deve ocorrer com audiências, preferencialmente, por videoconferência, em prevenção ao contágio pela **covid-19**. "No ano de 2020, realizamos a Semana da **Conciliação** no Amazonas com as audiências ocorrendo preferencialmente no formato remoto em virtude da pandemia e os resultados foram satisfatórios, com mais de 20 mil pessoas atendidas. Assim sendo, com a experiência adquirida no ano passado e com os investimentos tecnológicos empreendidos pela presidência do Tribunal, pretendemos realizá-la no mesmo formato neste ano de 2021, mobilizando unidades judiciárias da comarca de Manaus e do interior", afirmou a desembargadora Nélia Caminha.

Antecipando em dois meses à realização do evento, a primeira reunião preparatória ao evento, sob a direção da corregedora-geral, teve a participação do coordenador do Sistema Permanente de Mediação e **Conciliação** (Sispemec/TJAM), desembargador Délcio Luís Santos; do coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJAM) e do Centro **Judiciário** de Soluções de Conflitos (Cejusc/Família), juiz Gildo Alves de Carvalho; do coordenador do Cejusc/Cível, juiz Roberto Taketomi; dos juízes corregedores-auxiliares da CGJ/AM, Elza Vitória de Mello e Igor Campagnolli; do secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação da Corte, Breno Corado; da secretária-geral da CGJ/AM, Isabella Antunes e de servidores e técnicos da CGJ/AM.

Primeiras orientações

Para as pessoas com processos tramitando na Justiça

Estadual, a Corregedoria informa que a solicitação para que sua ação judicial seja incluída na pauta da Semana da **Conciliação** pode ser feita via internet, por portal do TJAM na internet, na opção "Quero Conciliar", que pode ser acessada diretamente no link a seguir:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/formulario-queru-conciliar>

O link está disponível às partes processuais a qualquer época do ano e ao acessá-lo, o interessado responderá a um breve formulário e deve aguardar as instruções da unidade judiciária (Vara) onde tramita seu processo, para receber as orientações quanto ao agendamento da audiência.

Durante a reunião também foi discutida a possibilidade de realização de um curso intensivo para graduandos (estagiários ou voluntários) que poderão atuar, como em edições passadas do evento, como assistentes nas audiências. A referida formação deverá ser organizada pelo Sispmec/Nupmec em data que será anunciada.

Na reunião de trabalho também foram definidas as primeiras orientações para os magistrados da capital e do interior e deliberou-se sobre a composição da comissão de juízes (dos diversos segmentos) que atuarão como sub-coordenadores da atividade, em suas respectivas áreas. Todas as informações constarão em uma Portaria, que será divulgada nos próximos dias pela Corregedoria de Justiça.

Mais de 20,7 mil pessoas atendidas em 2020

No ano de 2020, o Poder **Judiciário** do Estado do Amazonas homologou 3.829 acordos entre partes processuais durante a Semana Nacional da **Conciliação**, realizada no período de 30 de novembro a 4 de dezembro daquele ano.

Além dos 3.829 acordos homologados, 20.782 pessoas (partes processuais) participaram das audiências de **conciliação**, que em razão da pandemia da **covid-19** e a necessidade de distanciamento social, foram realizadas preferencialmente por modo virtual.

O balanço estatístico indicou que, mesmo com o desafio de promover as sessões conciliatórias à distância, 10.353 audiências foram realizadas, quantitativo que representou 77,49% das designadas para o evento.

Os acordos processuais realizados em comum acordo entre as partes, conforme o balanço, resultaram em R\$ 16.742.609,04 em valores financeiros homologados durante as sessões conciliatórias.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Conciliação, Judiciário - Covid-19

Queixa crime contra Min. Alexandre de Moraes

A defesa de Roberto Jeferson disse que vai entrar com novo pedido de impeachment e uma queixa crime por abuso de autoridade contra o ministro do STF Alexandre de Moraes a questão ainda pode ser levada a uma corte internacional.

Na **audiência de custódia** no sábado o advogado do presidente do PTB pediu a conversão da prisão preventiva em domiciliar alegando delicado os problemas de saúde.

O ex deputado foi preso na sexta feira por decisão de Moraes acusado de participar de uma suposta milícia digital.

O advogado de Roberto Jeferson falou em violação do estado democrático de direito.

Importante destacar.

Kenet disse Custódia aos outros advogados que não estava acompanhando da sala foram proibidos de participar do time de Juninho.

Que eu estou bem acompanhado quando eu pretendo ter a internet.

Eles estavam no lado de fora do presídio com os celulares dos links esse cara ficou na sala de espera ele não foi permitida a facultar a sua entrada está mais no flagrante violação ao estado montar direito e principalmente as prerrogativas dos advogados.

Dia treze na prisão não estava em Brasília.

E por tentar entrar nas dependências do supremo tribunal federal quando informei o que eu iria tratar com o ministério de Moraes que eu era advogado de Roberto Jeferson foi impedido de entrar na saída do supremo tribunal federal.

Bom não acho que muitos fenômenos uma ação para que ocorra ocorrer se a **audiência de custódia** e a

conversão de precisamos repetir em prisão domiciliar.

Com tudo.

Eu o juiz auxiliar ele estava lá só para cumprir tabela porque ele não tinha autonomia nem autoridade pra poder revogar ou não o converteu não uma prisão preventiva do ministro Alexandre de Moraes.

Ele se comprometeu a encaminhar com máxima urgência precisa de Moraes para que ele tomasse uma decisão está lembrando Roberto Jeferson é ele está passando por tratamento.

Eles está acontecendo então a gordura no fígado nos rins.

Não é na semana passada foi atendida pelo SAMU que ele teve uma queda súbita de pressão de emergência por fora do partido.

É ele vendo o Rio de Janeiro quando o samário estamos três dias enterrado estava em tratamento há com antibióticos em casas de repouso.

Então se você não infelizmente no STF entre recorre pra eles mesmo nós iremos ingressar próxima semana com lobo e Pete do ministério da saúde de Moraes.

Uma queixa crime por abuso de autoridade ao ministro Alexandre de Moraes.

O advogado que eu costumava também representa a sua pessoa física muitos destes Moraes por falta de uma violação da negativa dos advogados.

E nós não estamos preparando uma denúncia na alguém da organização dos estados interamericanos.

Contra os abusos perpetuados cometidos pelo ministro Alexandre de Moraes presidente Roberto Jeferson continua a presidente do partido.

Está bem.

A sepultura essa prisão preventiva.

Percorreu um pequeno um pouco mais elevado ele irá se licenciar e assim a Graciela e nove assumirá a presidência do partido até a sua saída da prisão.

Portanto para manutenção de milhões de empregos a desoneração da folha de pagamentos volta a ser debatida no congresso.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Audiência de Custódia

Comissão de ciência e tecnologia: Regulação do uso da IA

Claro a pé.

Onde é o dia.

Convocado.

De aprofundar.

Las.

No Brasil.

Aquela sobre o projeto.

Que um de dois mil e vinte.

PT.

Promover a fora.

Direitos de dever.

Para potencializar o desenvolvimento e a.

Não dá tempo.

Para ele.

Esta audiência pública.

Tendo realizado em vir.

Provação dos requerimentos.

De número setenta e cinco e oito.

Cinco.

Ambos de minha autoria.

Soube.

Pelo deputado Nilton está.

Formamos.

Em atendimento aos mesmos requerimentos.

Para realização de outra.

Sobre o tema o dia trinta de agosto.

Demais convidados.

Vamos então aos mais de esclarecimento.

Que nos nortearam nessa audiência pública os procedimentos.

Tarde.

Trabalhe.

Cada par les.

Terá dez minutos para.

São.

Não é.

Ferrada.

Terá.

Da palavra aos pagamento.

Querido.

Por até três minutos.

Palestrante disse porão do mês.

Para resposta.

Forma que esta reunião e.

Metida ao vivo pela internet.

Formato interessa.

Vario.

Cidadãos participando conosco da odin.

E então.

Ela pode.

Fada pela página da comissão no portal da câmara ou pelo e outubro.

Canal oficial da casa.

E na página da comissão que está disponível.

É o link para o portal e democracia um dia.

Ele a pegou.

Então mostre para eles.

Pose.

Audiência às efe.

Mas eu.

Dia serão disponibilizadas para.

Está na página da comida.

Convidados que participaram desta audiência pública.

Quais faço.

Esse é o agradecimento pela presença pela gentileza de estarem conosco.

Nossos convidados são o seguinte.

Dora Kaufman professora da PUC de São Paulo e pós doutor em paz.

Reais da inteligência.

Piau.

Giovana carbone gerente global de política de privacidade do centro para a liderança de política de informação da huntington é dos.

Caro.

Ivo Correa advogado.

É e professor no programa de políticas públicas do índice.

Diogo Rice diretor geral do instituto liberdade.

Tao.

Ana Paula bihar ele.

Sócia fundadora do bihar alertar os éditos sociedade de advogados.

Tório com a atuação focado no setor de tecnologia.

Ígor Luna coordenador do comitê jurídico da câmara brasileira de economia digital.

Representando o presidente da entidade presidente Leonardo falhar.

Valter Wolf presidente da associação brasileira de inteligência artificial.

João José.

Costa Gondim pesquisador da área de inteligência artificial e cyber segurança e professor doutor do departamento de ciência da computação da un.

Frank médico advogado e pronto.

Exercitar especialista em segurança eletrônica.

Guerra cibernética inteligentes.

Artificial.

Senhor do álcool professor do departamento de sociologia da USP.

Cruzador do observatório de inovação e competitividade.

Comunicou à impossibilidade de participar deste debate.

Estamos então.

E a para as exposições os nossos respectivos convidados mais uma vez agradecer a gentileza de cada um de vocês.

Zero aí está conosco está com a comissão de ciência e tecnologia da casa.

Está com a câmara dos deputados.

Com o congresso nacional pra gente.

Colher.

Tais assuntos na nossa visão desta legislatura e muito nos honra presença de cada um de vocês que são grandes talentos o nosso país da inovação da ciência.

Dia muito obrigada pela gentileza e agradecer também a presença.

A nossa querida colega deputada Luísa Erundina que já está conosco.

Cunhada.

Posições dos nossos convidados.

Inicialmente então passo a palavra.

A professora Dória por dez minutos para fazer isso.

Tem a palavra.

Bom boa tarde a todos é só é um é uma vantagem desvantagem ser a primeira falar.

Mas é o que me cabe e bê o primeiro assim é é um tema muito complexo não é para um tempo tão reduzido então primeiro desafio é abordar alguns pontos assim mas muito rapidamente não é.

Então primeiro eu queria ressaltar a distinção.

Eu acho que é importante entre um marco regulatório um projeto de lei não é um projeto de lei lhe confere direito de aqui ser invocados por pessoas de pessoas perante os tribunais do país.

Então nesse sentido ele precisa ser claro preciso em condicional.

Segundo é que eu queria ressaltar é a complexidade do desenvolvimento e uso da tecnologia recomenda cautela nesse fim de ativos volume habitação.

A única proposta hoje pelo menos que eu tenho o conhecimento é de fato de de regulamentação é a proposta da comissão europeia.

Foi o é a torná la pública e vinte um de abril último né ela tem cento e oito páginas ela é decorre de um processo que quatro anos e disse.

Então onde participaram vários fóruns foram produzidos vários documentos.

Ela a previsão é que ela fique ainda em discussão dos próximos três ou quatro anos.

E ela tem muitas deficiências não é eu sou colunista da época negócio eu fiz um uma coluna inclusive analisando é a.

O que eu considero lacunas ineficiências essa proposta tem bom tem artigo do.

Hã.

Um filósofo russo é Luciano florir de muito interessante também e tem uma uma documento que foi enviado pelo Google pela área jurídica do Google para a comissão europeia que também faz algumas ponderações todos eu acho muito interessante.

Tão.

Especificamente sobre o nosso projeto de lei o que nós estamos conversando hoje vinte um de dois mil e vinte.

É eu vou.

É colocar algumas questões mas é o primeiro a ser geral esse isso que eu tentei é transmitir a complexidade dessas tecnologias é uma tecnologia de propósito geral.

E se ela e ela transversal ela ter passa todos os setores e as demais tecnologias.

É e é é muito difícil assim é compreender a tecnologia e os impactos é o estudo há alguns anos e torrões de dominar todo o lado.

Todas as implicações envolvido.

Bom aí vou pôr um ponto alguns prós algumas questões deste projeto específico né primeiro ele não prevê punições a não conformidade.

E valores de multa ou que já me causa um.

Mas assim hum.

Uma primeira o comentário porque imagino que o projeto de lei ele tem que prevê punições não é senão a não conformidade o que que acontece com aqueles que não estão em conformidade com o projeto de lei.

Não está clara distinção a distinção entre atributo de desenvolvedores e usuários o que muito importante.

Estão com suas absolutamente distintas compromissos distintos é só o senhor Jones.

Para desenvolvedores usuários essa por exemplo é uma parte em ser positiva da da proposta da comissão europeia.

King esses dois conjuntos de.

Envolvidos na na não ecossistemas a inteligência artificial.

Outro é outra questão é que o documento ele repete aspectos éticos Gerais.

Então esses aspectos éticos Gerais eles estão sendo replicado em vários documentos mundo afora desde dois mil e dezessete dois mil e dezessete teve um evento que ainda não senhor ao final dele e vinte três princípios de ética Gerais e existentes sendo respeitados.

Com instituições órgãos multilaterais governos.

Eles são.

É eu acho até que é que são consensuais não não tenho o eu eu não creio que alguém possa discordar esses princípios gerais a questão é que eles não são aplicáveis.

Do ponto de vista prático.

Não eu nem para desenvolvedores nem por usuários.

Quando vocês quando nós estamos falando hoje de inteligência artificial nós estamos falando de uma técnica específica que ela permeia quase todas as aplicações hoje quero dar um um um modelo estatístico da probabilidade.

Então pra os princípios éticos Gerais serem adequados.

Do ponto de vista prático eles terem precisa traduzir isso.

O termo matemático para compor o modelo estatístico de probabilidade o que não é o caso.

Além de que muito deles não são consensuais não é o que que é eu sei o que que a justiça o que que é é bom vários deles.

Eles têm interpretações distintas depende do país da comunidade.

Não é.

Um outro ponto que ele não recebe outros limites e restrições a tecnologia não é isso é uma das grandes críticas por exemplo a proposta da comissão europeia.

A essa técnica ao qual me referi que ela se chama rede de negócios profundas ou do piloto bom tem vários outros nomes.

Que é.

Volto a repetir mero é modelos.

Por de probabilidade ela ela tem limitações intrínsecas primeiro ela como todo modelo de probabilidade ela ela não é cem por cento elas são uma propriedade além disso ela tem várias questões.

Mas então quando o projeto de lei é falamos sobre não discriminação que o viés.

Então explique habilidade de transparência principalmente é essa soma é estes são desejos.

Mas são muito difíceis ou na minha opinião são impossíveis apesar de todos os esforços estão sendo feitos existe um congresso se reúne a cadeia de se reunir anualmente só para tratar por exemplo da questão do viés.

Tenho várias iniciativas para mitigar seus efeitos.

Mas eu desconheço alguma alguma técnica alguma solução algum procedimento que elimine a questão da do viés que tem várias causas não é só a questão da base de dados.

E as explica habilidades explica a habilidade o chamado black box.

É faz parte.

Dessa a e parece meio estranho que eu vou falar mais a cognição humana não consegue é entender o processo que essa técnica como é que ela corra relaciona os dados.

É na verdade nas bases de como as variáveis nas bases de dados.

Então eu não tinha.

Colocar isso e que a gente tem que buscar.

E isso sem levar em conta a restrição da própria tecnologia.

Eu acho que um outro ponto que também é na minha visão é é é é dúvida na lei de na o artigo vinte da LCP de.

É é.

Pirado neste artigo repete o fato de que o erro é que é.

Você é elevado encontra segredos comerciais industriais eu acho que isso abre um flanco enormes.

Que me parece assim que as empresas principalmente né elas têm.

Por que ela tenha acesso a um conjunto de advogados e acho que facilmente podem alegar segredo comercial industrial.

O câmbio em xeque toda a questão da conformidade.

O outro ponto é a questão da segurança né então eu.

O projeto de lei com a utilização de me destaque dos limites aqui desde que compatível com os padrões internacionais apto a permitir a funcionalidade de gerenciamento e aí vai.

Primeiro não existe esse padrões internacionais com o rosto de uma adiar pelo menos eu desconheço.

Não é a a essa á a inteligência artificial que hoje permeia quase todas as aplicações ela começou ela foi reconhecida dois mil e doze então ela é muito recente.

Tá então não existe ou eu desculpa eu desconheço esses padrões internacionais.

Segundo ano.

Uma lei ela tem que explicitar quais são esses padrões.

Esse não é como eu disse no início ela vai ser usada para esses dois no tribunal então se ela não explicita ela disse que estão padrões internacionais ela tem múltiplas interpretações.

Hoje por exemplo que tem dois países que estão liderando o desenvolvimento e uso.

Da inteligência artificial China Estados Unidos.

Padrões é internacionais ano.

São absolutamente disse distintos nos Estados Unidos e na China né então já começa por aí que padrões nós estamos aqui padrões nós estamos o segundo e aí o golpe e o outro padrões porque eu.

Temos jurídico a que tem presidente advogado não é minha área mas o sistema jurídico é esse dos Estados Unidos é distinto do sistema jurídico golpe eu queria mais próximo do nosso sistema jurídico.

Então a o o os padrões.

Se não tivesse.

Depois de ter um outro item que prestação de contas não é responsabilizado pela prestação de contas demonstrado.

São pelos agentes de trinta oficial do cumprimento das normas que preciso é de inteligência artificial e adoção de medidas eficazes para o bom funcionamento dos sistemas observado suas funções extremamente vago.

Me parece adequado ao projeto de lei aliás eu é um certo conhecimento e eu não sei interpretar o que quer dizer isso o que que é o Pete e seu eu como depois usuário o desenvolvedor o que que eu tenho que fazer.

Depois montei na piscina do poder público facilitará é o outro.

Ano os itens de facilitarem o senhor do sistema com negligência artificial no times.

Pública e na prestação do serviço público visando eficiência redução dos custos.

É o poder público também é muito vago eu acho que o projeto de lei tem de indicar qual é o órgão não é o o que que eu.

E que procedimento a ser observado.

É eu também fiz uma coluna recentemente porque minha corrida é só sobre inteligência artificial é eu fiz e a mostrou do que é a inteligência artificial na área pública ela está sendo usado cada vez mais mesmo que a gente nem perceba.

Ela não tem essa visibilidade tanto na é na polícia e principalmente no setor jogo é na na na justiça né.

Eu recentemente a FGV fez um estudo mostrou que tem sessenta e quatro modelos o jogo utilizado pela justiça ou em fase de implementação.

Então está avançando mas o que que é o esse poder público é muito vago não é e o que que é o que que ele vai fazer ou ou quais são inclusive porque a é a lei de proteção de dados ela.

Diferente da europeia logo a um tratamento distinto por para o bem público e por poder privado e nesse caso.

Como é que seria o tratamento.

Ela tem o artigo treze não sou homem o tempo vai terminar para e vai recomendar a adoção de padrões.

É a mesma coisa é vago não é um projeto tenho que lhe diga que os órgãos responsáveis ou especial com conteúdo destes relatórios definir claramente o que são padrões de boas práticas para enfrentar uma possível operação de sistemas.

O que essas tecnologia é relativamente recente conversa falei é não existem boas práticas a serem seguidas né.

Eu conheço um.

Você ama e um.

Um guia.

E foi desenvolvido por mais uma das grandes sempre toca a forma de tecnologia.

E no caso o Google é que chama é gás burro.

Que foi desenvolvido implementado é.

Recentemente.

Também tem vários e vários questões mas eu não conheço assim quais são as boas práticas.

E é tudo muito novo é isso que eu volte a dizer então é só pra então para concluir eu acho que uma precipitação.

Tentar e eu não compreendo por que que ter cuidado é urgência caráter de urgência.

É por um projeto que no mundo inteiro aparente somente só tem uma iniciativa de criar um uma uma regulamentação que da comissão europeia que vai ficar em discussão durante três quatro anos e que foi fruto de uma ampla discussão.

Então não eu não sei e eu não sei o que justifica e e no Brasil nós estamos e relativamente a outros países nós estamos é de digamos a atrasados.

Não é a implementação da inteligência artificial hoje mesmo o que está avançando e eu acho que vai avançar cada vez mais rápido ela não é se ela não domina é o hoje a grande parte das empresas no Brasil.

Não estou na fase inicial de transformação digital que digitalização dos processos básicos e automação básico.

Mas então por que que nós sabe qual é a razão de não estarmos nos precipitando então eu sou muito mais favorável eu não consigo.

Imaginar como é que a gente pode a qualquer lugar do mundo criar uma lei geral para inteligência artificial eu até que me surgem outros argumentos e eu sou a favor como prova um pouco do que o processo que está acontecendo Estados Unidos.

É regulamentação por cada setor não então é o banco central ele tem que regular hoje como é que vai ser usado eu ou a inteligência artificial pra por exemplo definir é e é empréstimo bancário não.

Então isso é do âmbito do banco central ele define as regras e eu ia e fiscaliza de todo o sistema bancário.

Então ele cabe a ele também definir como é que vai usar inteligência artificial o Mac é o órgão que define a política e e e fiscaliza a implementação dessa política na área da educação porém são cabe ao governador.

Tá já vou concluir então eu acho que esse seria o caminho então eu acho que é mágica razoável a gente cria tentar criar um processo amplo de discussão o marco regulatório para ganhar do que um projeto de lei.

Então desculpa que eu passei meu tempo é isso.

Excelente.

Obrigada pela gentileza pelas considerações.

A hora.

Considerações muito.

E obviamente.

Essa iríamos a partir da sua exposição mais reflexivos e mais entusiasmo.

Vamos nos debruçar nos.

Sobre o tema muito obrigado.

Esse momento passaríamos então a palavra ao Giovane calor que é gerente global de.

Giovana me desculpe Giovane Giovana me diz que bela deselegância e Giovane Carlo onde que é gerente global de política de privacidade do centro para liderança.

Formação da huntington angels.

Curto muito obrigada de Havana pela sua participação tem a palavra.

Geada e boa tarde a todos é obrigado a meu convite realmente como muito honrada em poder contribuir.

É com esse debate aqui é super atual e é super relevante pontas restaurador acabou de falar também se ressentido né.

É primeiro só pra explicar porque uma representação eu vou rapidamente representar representar o assim porque é é uma entidade nova pra vocês.

É onde eu trabalho e depois eu vou passar três mensagens sobre inteligência artificial que eu considero fundamental pra pros debate elas as esse projeto de lei.

Então como você falou meu nome é Giovana e eu trabalho no centro do cérebro são dez tinha falecido este aqui é o ciclo se você e I também conhecido nós somos uma tempo até que global de políticas de dados e a gente já existe há vinte anos.

Nós somos baseados em Londres que é onde eu moro é em Bruxelas em Washington DC.

E a gente trabalha com reguladores formadores de políticas públicas e empresas ao redor do mundo todo difundindo boas práticas relacionadas ao uso de dados.

É inclusive em relação às ordens de dados e de novas tecnologias como uma inteligência artificial.

E eu queria começar é por quando um pouquinho o porquê de eu ser eu né de eu ter sido convidada aqui pra esse debate.

É é e e por que ou se contar quando nessa área.

Nós somos bem conhecidos na verdade mundialmente também no Brasil pelo nosso trabalho relacionado à privacidade e proteção de dados pessoais e no Brasil gente teve um projeto é que chama LGBT.

Viva e a gente faz em parceria como se diz do instituto brasileiro de direito público só que proteção de dados pessoais do som dos focos de trabalho do ciclo é um dos nossos maiores projeto entra na verdade tem a ver com inteligência artificial.

E a gente já tenha atuado fortemente há muitos anos é na sala de inteligência artificial dois meses dezoito a gente publicou o nosso primeiro relatório explorando as

tensões.

Entre inteligência artificial e privacidade em nosso segundo para está o relatório fora todos os demais relatores e consultas públicas.

Que a gente faz sobre esse tema o segundo relatório de dois mil e vinte.

É explorar umas questões difíceis e são são soluções práticas pra.

É inteligência artificial e esse relatório publicado em português também inclusive pois os nossos.

É Peters e relatório existem respostas a consultas públicas.

Escritas é em toda nossa existência estavam publicados no site acessíveis alguns deles traduzidos para português.

É a gente já respondeu consultas públicas diversas sobre a inteligência artificial na Europa no Canadá.

No Reino Unido e também no Brasil a última foi consultor para o MC tique de Janeiro de do ano passado né.

Inclusive aqui na Europa a gente está atuando fortemente com é o debate é que está acontecendo na comissão europeia com a professora adora me mencionou agora por.

E a gente respondeu à consulta pública que eles organizaram é em julho desse ano também.

E com frequência.

A gente organiza é eventos sobre a inteligência artificial inclusive com formadores de política pública inclusive com reguladores.

O nosso é último evento nesse tema foi em parceria com as senhor que é o regulador de privacidade aqui no

Reino Unido.

Que eles estão desenvolvendo um um um por Kirchner é uma uma caixinha de ferramentas relacionadas a análise de risco.

Em projetos envolvendo o inteligente.

Céu.

Então sim eu quis dar essa introdução sobre nosso trabalho é pra dizer que cinco tem muito a contribuir para este debate no Brasil e a gente adoraria poder continuar participando é destes debaixo sobre inteligência artificial e ficamos muito honrados com o convite de hoje.

Então passamos agora para as minhas mensagens.

Eu preparei três mensagens importantes.

É sobre esse debate inteligentes.

Tchau no Brasil e o círculo é concordam com processador de que é importante.

Sou o novo é muito complexo é e tem muito a ser explorado então eu espero que isso se nos três mensagens ajudem um pouquinho com esse debate.

A primeira mensagem é que as maiores preocupações no âmbito global relacionados à inteligência.

Artificial ou pelo menos grandes preocupações é dizem respeito na verdade a produção de dados pessoais.

É isso porque a gente de PR que na Europa que foi sua por exemplo LGBT e várias outras linhas de produção de dados.

Tai uma definição muito amplo de dados pessoais a eles de pedra também tem uma defina são muito amplas e basicamente todos os times que são relacionados a pessoas.

Que são identificadas o que são identificáveis.

São considerados já te pessoais logo caem nos poupe dessas leis de produção de idade.

Então os debates é de proteção de dados diferente da inteligência artificial que é uma tecnologia tão nova eles já existem há muito mais tempo é do que os debaixo lançados essa tecnologia.

E o Brasil é na verdade tem uma lei muito avançado de santidade que é.

Tivemos aqui um problema com o sinal da Giovana voltamos Giovane pronto volta hoje como cabelo de vida.

Eu vou continuar falando aqui hoje quero que vocês têm escutado até onde eu estava para terminando mas eu estava falando que é o meu primeiro ponto relacionado proteção de dados e inteligência artificial é e querendo dizer.

Que o Brasil já há uma lei que é muito avançada em relação às outras Lady solitários do mundo que a LG perdendo inclusive ela tem vários pontos do que ela é muito avançada comparado a própria GPR aqui na Europa então é muito.

Muito positivo que os projetos de leis é como o projeto de lei que gente está debatendo hoje.

É é façam referência a eles de beber leite são os dados então as regras que já existem na MPB por exemplo as de agosto é relacionadas ao princípio da responsabilização ou como a gente chama muita que não nos sigam não é da conta bilhete.

Já se aplicam e a inteligência artificial e outras regras também relacionados à transparência.

A atuação baseado em riscos a boa fé e à não discriminação e também se aplicam é a inteligência artificial e são princípios importantes.

Pra inteligência artificial.

A minha segunda mensagem então esse entre qualquer regulação futuras de inteligência artificial no Brasil tem que levar em consideração esse fato de que muitos dos detalhes.

São regulares de outras leis como a LG pedir então a revolução de inteligência artificial tem que ser lesbica ela tem que ser baseada em princípios tem que ser baseado na abordagem de risco foi na cama também.

E evitando conflitos com as leis que já existem.

Se a regulação de inteligência artificial ou muito detalhada empurre é regras é que seja muito prescritivas sobre essa tecnologia existe um risco de que de que essa regulação.

É resulte no efeito contrário do que é o que é o desejado na verdade.

É que é o desenvolvimento desta tecnologia a inteligência artificial é ela é fundamental em diversas áreas do nosso crescimento econômico.

E do crescimento de um governo digital então é importante.

Que a gente fosse tempo entre o desenvolvimento desta tecnologia e de outras tecnologias emergentes.

É e que o Brasil consiga competir nessa corrida internacional que como a professora adoro falou muito bem sendo dominado pela China que puxados Unidos de a gente sabe que a Europa e Oriente Médio tão bem Thomas quando muito é do desenvolvimento de inter.

Se a ordem.

Hoje os emergentes né.

É o Brasil ele tem.

Aprovar uma regulação de inteligência artificial que

Defesa de Roberto Jefferson pede conversão da prisão preventiva em prisão domiciliar

A defesa do ex-deputado Roberto Jefferson pediu a conversão da prisão preventiva dele em prisão domiciliar. O político compareceu à audiência de custódia no último sábado. Roberto Jefferson foi preso na sexta-feira. Ele é investigado no inquérito que apura a existência de uma organização criminosa que usa as redes sociais para propagar o discurso de ódio e atentar contra a democracia. No pedido de conversão, a defesa alegou que Roberto Jefferson tem câncer, faz tratamento contra uma infecção renal e toma remédios de uso contínuo. O juiz Airton Vieira encaminhou o pedido para análise do ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Governadores de 13 estados e do DF divulgam nota conjunta em solidariedade ao STF

Confira os detalhes com a repórter Carolina Chaves.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Gilmar Mendes revoga proibição de Crivella de deixar o país

Ministro Gilmar Mendes, do **STF**, revoga proibição ao ex-prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Crivella de deixar o país. As informações com a consultora jurídica da TV Justiça Gisele Reis.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Ministro Nunes Marques suspende julgamento sobre atendimento a pessoas trans no SUS

Ministro Nunes Marques, do **Supremo Tribunal Federal**, pede destaque e suspende julgamento na Corte sobre o acesso de pessoas trans ao Sistema Único de Saúde. O **STF** debate o direito de homens e mulheres transexuais de se consultarem em especialidades médicas de acordo com o sexo biológico. O caso está sendo julgado pelo Plenário Virtual.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

PGR deverá se manifestar sobre pedido de investigação contra o presidente Bolsonaro

Ministra Cármen Lúcia, do **Supremo Tribunal Federal**, determina que a Procuradoria-Geral da República se manifeste em 24 horas sobre pedido de investigação contra o presidente Jair Bolsonaro.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

É falsa notícia-crime que pede a inclusão do cantor Sérgio Reis em inquérito do STF

Tribunal Superior Eleitoral esclarece que é falsa a notícia-crime que pede a inclusão do cantor Sérgio Reis no inquérito do **Supremo Tribunal Federal** que investiga as fake news. O documento forjado circulou nesta segunda-feira na internet e tem o nome do presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso, que jamais redigiu ou assinou tal documento.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Confira a nota pública divulgada em apoio ao Supremo Tribunal Federal

Em apoio ao **Supremo Tribunal Federal**, governadores de 13 estados e do Distrito Federal divulgaram nota pública nesta segunda-feira.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

STF reconhece repercussão geral em processo sobre definição de trabalho escravo

Em julgamento no Plenário Virtual, o Supremo reconhece a repercussão geral de um recurso extraordinário que discute a configuração do crime de trabalho escravo. Confira os detalhes com a consultora jurídica da TV Justiça Karina Zucoloto.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

STF entende que concurso de promoção e remoção de magistrados do Tribunal de Justiça mineiro deve dar preferência à antiguidade na carreira de juiz

Notícias

16/08/2021 - 8h

STF entende que concurso de promoção e remoção de magistrados do Tribunal de Justiça mineiro deve dar preferência à antiguidade na carreira de juiz.

Lívia Azevedo

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF